



LIVE MKT
Resultados ao Vivo



Adasa

Agência Reguladora de Águas,
Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

D E G R A V A Ç Ã O

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL (ZEE/DF)

DATA: 11 de março de 2017

HORÁRIO: das 9 às 17 horas

LOCAL: Auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
(Crea-DF) - 901 Sul, Conjunto D.

OBJETIVO: “Debate da minuta do texto que embasará o projeto de lei, a ser encaminhado à Câmara Legislativa, que vai disciplinar o desenvolvimento sustentável na capital do País”.

SUMÁRIO

	PÁGINA
PARTE I –	00
MANHÃ.....	3
..	
<i>ARQUIVO/ÁUDIO: 170311_004</i>	
<i>QUANTIDADE: 03:55:25</i>	
PARTE II –	08
TARDE.....	2
.	
<i>ARQUIVO/ÁUDIO: 170311_005</i>	
<i>QUANTIDADE: 03:45:54</i>	

CONVENÇÕES NO TEXTO:

<i>(Ininteligível)</i>	= Palavras ou termos não compreendidos
_____	= Palavras redigidas por semelhança auditiva
...	= Frases não concluídas

DEGRAVAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL (ZEE/DF) - 11 de março de 2017

PARTE I - MANHÃ

ARQUIVO/ÁUDIO: 170311_004

QUANTIDADE: 03:55:25

Sr. (Mestre de Cerimônia) – Bom-dia a todas, bom-dia a todos.

Queremos pedir que as pessoas que se encontram aí no hall de entrada, por gentileza, adentrem ao auditório para que possamos dar início aos trabalhos dessa Audiência Pública.

Mais uma vez bom-dia a todos, bom-dia a todas. Pedimos que ocupem seus lugares para que possamos dar início aos trabalhos. E também a gentileza do desligamento dos sinais sonoros dos telefones celulares. Obrigado.

Bom-dia, senhoras e senhores. Terá início nesse momento a Audiência Pública do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal. Para compor a mesa diretora dos trabalhos desse evento, convidamos o senhor secretário de estado do Meio Ambiente, André Lima.

[Aplausos]

O senhor secretário de estado de Gestão do Território e Habitação, Thiago Andrade.

[Aplausos]

A senhora promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Marta Eliana Oliveira.

[Aplausos]

O senhor secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Jair Vieira.

[Aplausos]

Para abertura dos trabalhos passamos a palavra ao senhor secretário de estado do Meio Ambiente.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. André Lima (Secretário/SEMA – Presidente da Audiência) – Amigos e amigas, bom-dia a todos. Quero cumprimentar nossos companheiros aqui da mesa, o senhor secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; nossa promotora Marta Eliana; Thiago, da Segeth, secretário de gestão Territorial e Habitação; e a todos e a todas que estão aqui presentes hoje, nesse dia muito importante para todos nós, que é o, digamos assim, encerramento de um ciclo e abertura, obviamente, de um novo ciclo, para a aprovação de um instrumento de planejamento e gestão do território muito importante e necessário para o nosso Distrito Federal.

Eu cheguei a dizer e digo isso com bastante convicção de que se tivéssemos um instrumento como esse aprovado conforme determina a nossa Lei Orgânica e Legislação, há mais de 20 anos, muito provavelmente não estaríamos sofrendo o que estamos sofrendo hoje em relação à crise hídrica, pelo menos na intensidade em que estamos.

Eu vou ter a oportunidade de dizer algumas palavras a respeito do Zoneamento, mas eu quero declarar aberta essa Audiência Pública, quero ouvir os nossos companheiros aqui da mesa também nessa abertura. Mas antes disso eu vou pedir para a gente fazer um minuto de concentração para a gente – como não vai ter aqui o Hino Nacional, nós vamos fazer aqui uma mentalização, vou pedir o silêncio de todos, que a gente possa concentrar, quem quiser se concentrar no Hino Nacional eu acho que é bom também –, mas a gente examinar bem nesse um minuto o que nós queremos aqui para o nosso Distrito Federal, no que se refere a esse binômio econômico-ecológico. Pensar, sonhar, idealizar, examinar bem como que cada um pode contribuir, não só para a aprovação dele, mas depois para sua implementação, e a gente fazer um minutinho de concentração em silêncio, como um ritual, digamos assim, de abertura dessa Audiência Pública, para que todos também tenhamos tranquilidade, paciência, tolerância, porque todos os que quiserem falar falarão, mas vai ter que ter uma ordem porque não dá para todo mundo falar ao mesmo tempo, e como esse auditório está relativamente cheio e possivelmente mais gente deve chegar, a gente vai ter que ter um certo controle do tempo eu como estou no Governo, mas sou oriundo há mais de 25 anos da militância socioambiental, sei que às vezes a EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

gente fica um pouco tenso, porque às vezes tem pouco tempo para falar. Mas eu já quero fazer esse acordo com vocês, não é que cada um tem pouco tempo para falar, é que todos terão todo o tempo para falar. Então cada um vai ter que poder também considerar que tem um tanto de outros aqui para poder falar também. Então eu vou pedir também nesse um minuto que a gente se concentre, que a gente se tranquilize, porque nós vamos ficar aqui até o último inscrito falar. Desde que não passe das 17h. Mas podemos até examinar, se tiver muita gente aqui ainda para querer falar a gente pode estender um pouco mais, na condição de presidente da Audiência eu posso também definir que a gente vai ficar um pouco mais. Então quero pedir esse um minuto agora para gente se tranquilizar antes do nosso cerimonialista passar para os nossos amigos aqui da mesa poderem falar. Só um minutinho para a gente...

[UM MINUTO DE SILÊNCIO]

Bom, muito grato aí a todos por esse silêncio. O silêncio é bom também, faz parte do processo de audiência.

Sr. (Mestre de Cerimônia) – Obrigado, secretário André Lima.

Agradecendo a presença de todos, todas as pessoas que prestigiam esse importante evento, registramos também a presença do Fábio Fuzeira, representado a deputada Telma Rufino; o Grahal Benatti, representando o ICMBio; o Lucas Gimenez, administrador do Recanto das Emas; o Sr. Gutemberg Uchôa, representando aqui a importante instituição Fecomércio; João Accioly, também representando a Sinduscom; Jane Vilas Boas, presidente do Ibram; Nilton de Castro, representando a Diretoria do Crea, que nos recebe muito bem nessa manhã; o major Antônio, representando aqui o Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Distrito Federal; o agente Esteves, gerente de Controle Operacional do Detran; o Diogo da Mata Garcia, representando o deputado Joe Valle; a Maria Augusta, Amigos do Parque Burle Marx; também Ozéas de Paulo, administrador de Taguatinga.

Conforme prevê o regimento interno dessa Audiência Pública, ouviremos os integrantes da mesa por cinco minutos cada um.

Inicialmente o secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Jair Vieira Tannus Júnior.

Sr. Jair Vieira Tannus Júnior (MMA) – Muito bom-dia a todos, agradeço ao André Lima o generoso convite para que pudéssemos participar desse momento importante aqui para o Distrito Federal.

Inicialmente eu peço licença para cumprimentar todos os servidores do Governo do Distrito Federal que estiverem envolvidos com esse processo, secretário Thiago Andrade, Dra. Marta, promotora de Justiça, eu gostaria de cumprimentar também o diretor de Gestão Ambiental e Territorial lá do Ministério do Meio Ambiente e em seu nome cumprimentar todos os técnicos do Ministério que também estiveram envolvidos com esse processo.

O ZEE é um instrumento concebido para planejar o território brasileiro e assim apoiar o seu ordenamento sustentável, harmonizando suas relações econômicas, sociais e ambientais. Ao fornecer um diagnóstico sobre os meios físico, biótico, sócio, econômico e sobre sua organização jurídico-institucional, oferece diretrizes de ação de acordo com as fragilidades e potencialidades do território, além de refletir os diferentes interesses da sociedade. Desse modo, contribui para um sistema de planejamento mais eficaz, onde os investimentos insossos são aplicados de acordo com as potencialidades do território entendido como elemento central para o planejamento, tanto pelo Governo quanto pela iniciativa privada.

A nível federal, o ZEE é coordenado e executado no âmbito de um modelo de gestão composto por dois colegiados; a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, que é o CCZEE, e o Consórcio ZEE Brasil, ambos instituídos por Decreto e coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente. Assim, além de realizar os ZEEs de competência do Governo Federal, à luz do Decreto nº 4297/2002, tal modelo de gestão tem por atribuição a articulação com os estados no sentido de apoiá-los na execução dos seus respectivos trabalhos de Zoneamento, compatibilizando-os com aqueles executados pelo Governo Federal, com foco na necessidade constante de

integração entre os diferentes entes da Federação no planejamento do uso e ocupação do território nacional.

Em 2015 foi estabelecido um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal visando à qualificação, finalização e implementação do ZEE-DF, instrumento esse que garante o apoio formal do Ministério do Meio Ambiente ao Governo do Distrito Federal até o ano de 2019.

Após várias consultas públicas, estamos finalizando hoje com essa Audiência Pública, que visa absorver as contribuições dos diversos setores e atores do Distrito Federal ao ZEE=DF, que será submetido na sequência, mediante projeto de Lei, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, visando sua instituição mediante Marco Legal.

Na condição de coordenador do CCZEE, estamos aqui para garantir o respaldo institucional ao processo de elaboração do ZEE-DF e o apoio do Ministério nas articulações necessárias, visando a sua tramitação futura na Câmara Legislativa.

Assim, desejo que tenhamos um dia profícuo de trabalho e consigamos encerrar essa Audiência Pública de forma exitosa, para que o Distrito Federal possa dar esse passo importante para o seu planejamento territorial.

Muito obrigado a todos.

Sr. (Mestre de Cerimônia) – A seguir passamos a palavra à senhora promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dra. Marta Eliana Oliveira.

Dra. Marta Eliana Oliveira (MPDFT) – Bom-dia a todos, a todas que estão nesse auditório. É um prazer enorme, uma satisfação ver a frequência nesse auditório, porque em pleno sábado de sol estamos nós aqui preocupados com o Distrito Federal, com a qualidade de vida da população, com aquilo que queremos deixar para os nossos filhos, os nossos netos. Parabéns a todos os que estão presentes, parabéns a equipe que está conduzindo a elaboração desse importantíssimo instrumento, gostaria de cumprimentar todos os integrantes da mesa e fazer uma

reflexão. Nós temos um desafio enorme pela frente, como seres humanos nós queremos progredir, prosperar, queremos nos desenvolver cada vez mais, mas vivemos em um planeta de recursos finitos. E às vezes temos até algum desvio assim de querer muito mais do que precisamos, não é? E os recursos não conseguem atender tudo isso. E trazendo isso aqui, porque a gente pensa globalmente e depois a gente vai para o nosso local, a nossa terra aqui, o Distrito Federal, quando nós começamos a trabalhar com Gestão Territorial na Promotoria, em uma visão um pouco mais sustentável e preventiva dessas situações, nossa primeira impressão foi; nós não deveremos ter nem revisão do plano diretor de Ordenamento Territorial antes de termos Zoneamento Ecológico-Econômico. Porque o plano diretor dizia: como é que nós vamos ocupar o território? E o ZEE dizia assim: para ocupar o território vamos respeitar a capacidade de suporte do território. Eu defendi essa tese na Justiça, não consegui a liminar para suspender a revisão do PDOT. E, na época, um dos argumentos que nós usávamos era: olha, o Distrito Federal tem pouca disponibilidade hídrica, nós precisamos ter muito cuidado com isso. E hoje estamos aqui vivendo uma crise hídrica, e tenho eu a impressão, secundando o que o nosso secretário disse, que se nós tivéssemos um planejamento que respeitasse a capacidade de suporte do território, provavelmente nós não estaríamos nessa situação. Mas, enfim, isso aconteceu, estamos aqui, devemos ter serenidade com o que está acontecendo, nós estamos diante de um desafio enorme, uma crise que é bastante séria, com um risco concreto de um colapso, e nós devemos ter serenidade e responsabilidade e todos darmos a nossa contribuição para que isso não aconteça. Eu às vezes fico um pouco abismada em ver algum tipo de manifestação muito raivosa, muito agressiva, diante do que está acontecendo. E vejo que é um momento em que nós precisamos estar juntos, pensarmos juntos, buscarmos soluções, acolhermos aqueles que têm mais dificuldades em entender o que está acontecendo, e tentarmos, como sociedade mesmo, sermos propositivos nessa situação. Eu peço a licença até para convidar todos vocês para a Audiência Pública que o Ministério Público vai realizar na terça-feira sobre a crise hídrica, justamente para ouvir a sociedade, até com uma intenção de ver a sociedade mais organizada e dando maiores contribuições nessa situação.

Mas, enfim, em relação ao nosso Zoneamento, ele está previsto já na nossa Lei Orgânica, como disse o André, que é de 1993, deveria ter ficado pronto em 1995 e agora nós estamos aqui vendo concretizar o que eu diria que é um sonho, que nós buscamos, que é realmente que o planejamento do Distrito Federal, da ocupação do território do Distrito Federal, ele siga determinados norteamentos que tenham a ver realmente com a capacidade de suporte do território com aquilo que a natureza nos oferece, a natureza nos oferece de graça bens e serviços, que se nós cuidarmos dele nós teremos realmente uma qualidade de vida muito melhor e mais capacidade para o desenvolvimento. Eu me lembro que, em algumas reuniões, em algumas conversas, a gente ouve dizer assim, do setor produtivo, por exemplo: *“Nossa, mas aí vem proibir mais coisa, vem atrapalhar o desenvolvimento, como é que é isso?”*. E a gente precisa sentar e conversar sobre isso realmente. O ambientalista, ele não pode ter uma visão de que as pessoas não podem se desenvolver, que o setor econômico não pode se desenvolver, não pode haver geração de emprego e renda. Nós precisamos disso sim. Por exemplo, se nós temos um risco ecológico aí que pode prejudicar uma área de recarga de aquíferos, o que nós vamos dizer? Não pode? Não, nós vamos dizer: *“Olha, gente, aqui tem esse risco, como é que nós vamos fazer então?”*. Vamos levar isso em consideração, o projeto que vai ser implantado aqui então vai fazer o que? Vamos garantir a permeabilidade do solo? Vamos adensar menos? O que nós vamos fazer? Vamos fazer infiltração de drenagem pluvial? Então nós temos soluções, é possível e eu acredito que o Zoneamento vai nos trazer essa ferramenta importantíssima. Eu, então, uma vez mais reforço que eu gostaria de convidá-los para essa Audiência Pública de terça-feira, e gostaria de desejar aqui um excelente trabalho para a Audiência Pública de hoje, espero que nós tenhamos um instrumento realmente que possa nos trazer um desenvolvimento sustentável.

Muito obrigada.

[Aplausos]

Sr. (Mestre de Cerimônia) – Continuando o registro das instituições presentes, registramos a presença do José Geoffrey, representando a administração do Park Way; também Josefa Morgana, representando o Instituto de Meteorologia; e Antônio Carlos Navarro, a Federação das Indústrias do Distrito Federal.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Na sequência ouviremos o senhor secretário de Gestão do Território e Habitação, Thiago Andrade.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Sr. Thiago Andrade (SEGETH) – Bom, primeiro muito bom dia, quero agradecer a presença de todos, quero reiterar aqui o agradecimento especial à sociedade civil, feito pela nossa promotora Eliana, porque realmente ver esse auditório quase repleto é motivo de alegria, ainda mais em um fim de semana, e nós também, egresso da sociedade civil, sempre presamos, porque é uma doação, de fato, que a sociedade faz em prol, no fundo, no fundo, dela mesma. Então, não são muitos que fazem isso dentro de uma sociedade inteira, então aos que estão aqui meus parabéns, aos que estão aqui.

Quero também cumprimentar toda mesa e quero fazer um breve histórico de como o ZEE se desenvolveu nesse Governo do ponto de vista da Secretaria de Gestão do Território e Habitação, e agradecer profundamente as equipes que fazem parte do ZEE. São fundamentalmente quatro secretarias que sob o comando da SEMA e sob a liderança da SEMA fazem a parte de conteúdo mais profundo, que é obviamente a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Gestão do Território e Habitação, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que realmente compreenderam e deram uma..., fizeram uma grande e profunda virada no ZEE, que já vinha caminhando, vinha caminhando com estudos técnicos, consultoria contratada, elaboração de mapas, já há algum tempo, mas que conseguiram de fato entender uma coisa que para nós é muito cara; que tanto a economia quanto o ambiente jurídico-administrativo e, principalmente, a burocracia, elas, de um modo geral, pairam acima do território, mas nunca chegam, descem e pisam o território. Ou seja, elas trabalham em um espaço como se fosse um espaço de autonomia, como se as questões físicas, territoriais, humanas, sociais e culturais, não tivessem grande valor, grande impacto, ou mesmo o principal, a grande determinação, ou seja, é a base de onde se lança e de onde se parte, ou deveria se partir, toda a intervenção humana no chão da cidade. Então isso eu acho que foi uma compreensão que foi mudada radicalmente, e essa equipe, quero agradecer especificamente aqui a equipe da SEMA; Maria Sílvia, Ludmila, Rogério e toda a equipe jurídica de apoio também EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

da SEMA, e também a equipe da Segeth, com o nosso subsecretário Vicente, a Heloísa, nossa coordenadora, e o Beto, que também fez parte dessa equipe amiúde e cotidianamente, porque, eu tenho certeza, conseguiram materializar bastante essa visão de que precisamos ter o ZEE, não como topo da cadeia, porque ele, é de fato, no ordenamento jurídico o nosso grande guarda-chuva, a partir do qual, como instrumento fundamental e maior, a gente orienta os outros instrumentos, como PDOT e seus instrumentos complementares, e as outras políticas públicas. Então eu, na verdade, entendo o ZEE como a base da pirâmide, realmente a plataforma de salto de onde a gente vai partir para não só revisar esses instrumentos, como também para fazer uma série de programas de políticas públicas. É fundamental que se reconheça, nesse sentido, por exemplo, aquilo que nos é mais caro, uma visão metropolitana dentro dessa perspectiva de Zoneamento Ecológico-Econômico. A cidade obviamente não é estanque, é a terceira metrópole nacional, configurada pelo IBGE, porque para metrópoles, classificação de metrópoles, não são levados em conta somente o poderio econômico ou o tamanho de sua população, mas o seu grau de influência. E, no caso, Brasília é a terceira metrópole nacional, por sua posição no território, por sua potência política, por toda sua área de influência que chega a Bahia, chega ao norte do país, chega, obviamente, a muitos quilômetros dentro do Centro-Oeste. Então, nesse sentido, quando a gente fala de uma visão metropolitana, ela obviamente tem a primeira visão sobre a RIDE, mas ela tem quer ser expandida, até porque outras políticas públicas que parecem, a primeiro momento, não têm nada a ver com o ZEE. Elas são extremamente afetadas por essa dinâmica metropolitana, haja visto a Saúde. Hoje, inclusive, o secretário Humberto publicou um artigo no Correio Braziliense sobre a Saúde que mostra justamente aquilo que já acho que é do conhecimento de todos, como a nossa rede recebe pelos habitantes do Distrito Federal, e atendem uma gama muito maior de usuários, de cidadãos, aí por uma área de influência muito maior do que a RIDE. Então, com base nisso, parece-nos importantíssimo ressaltar aqui a subzona de dinamização produtiva com equidade dois, que é, no mapa geral das subzonas, essa área roxa mais escura. Essa área, para nós, ela conjuga o fundamental caroço, núcleo da metrópole. É por ali que as vias e as conexões, tanto presentes e existentes

quanto as futuras, elas ensejam um maior cuidado e, ao mesmo tempo, uma maior visão metropolitana, e dentro disso, com base em vários estudos, vários cruzamentos de dados, e uma coisa que nós colocamos logo no início de 2015, essas questões de desenvolvimento econômico, normalmente, só ponderam ou só sopesam uma das duas faces da moeda; a potência, no sentido de que aquele território tem de capacidade ou de visão de futuro sobre uma determinada produção, sobre um determinado bem econômico, ou a outra ideia de vocação, ou seja, aquilo que já existe e que eu preciso reforçar. Nesse caso aqui, para nós, a Ceilândia mais especificamente, obviamente não limitada ou delimitada pela sua RA, a Ceilândia como cidade fundamental, ideia, a maior cidade do DF, ela reúne as melhores condições para se tornar o centro da metrópole. Ou seja, nós teríamos uma espécie de capital do país e uma espécie de capital da metrópole e da RIDE e aí é o que é a revisão do PDOT a partir disso, viu, promotora? Nós vamos fazer, com esse olhar, baseados nas pesquisas do ZEE, essa equipe que conduziu dentro da Segeth os trabalhos do ZEE junto com as demais secretarias, é a equipe que vai desenvolver o PDOT, na revisão que nós temos que fazer para 2019, e já tem, eu diria, talvez meio caminho andado, principalmente nas discussões de cunho mais gerais, mais conceituais e, principalmente, mais territoriais. Então a revisão do PDOT se torna mais fácil a partir do ZEE e, principalmente, mais lastreada. Mais lastreada na ciência, mais lastreada nos indicadores, mais lastreada inclusive nas pesquisas recentes que a Codeplan – quero aqui também, inclusive, fazer menção ao Alexandre, que trabalha na Codeplan e vem desenvolvendo trabalhos muitos bons nessa seara de indicadores socioeconômicos, junto também aos indicadores urbanísticos e ambientais. Ou seja, hoje nós temos, começamos a ter, como eu falei, essa base. Esse substrato teórico, esse substrato científico, esse substrato agora jurídico, para que nós realmente possamos alçar voos maiores. E nesse sentido fundamental é ressaltar uma ideia que é muito cara e muito conhecida aos urbanistas, principalmente cunhada nos últimos 20, 25 anos, que é a ideia de compactidades, ou cidades compactas, tornar o desperdício de áreas territoriais no DF, que é a nossa tradição, por quê? Um dos fatores fundamentais é o fato de a posse da terra ser de fato estatal, então o que a gente classifica como um

perdularismo com a terra no Distrito Federal, cidades e frentes de novas cidades foram abertas sem que cidades como Samambaia, Ceilândia, e tantas outras, tivessem sequer na metade de sua consolidação, e a nossa política urbana com o ZEE ganha mais materialidade, mais reforço, que é a de ocupar os vazios urbanos já destinados à ocupação e fazer o que a gente colocou no nosso *site* de demonstração dos projetos que nós temos para a cidade, os nós urbanos, fazer a costura dos tecidos urbanos e realmente resolver melhor as conurbações que têm acontecido à revelia do planejamento, mas fazê-las que aconteçam de forma integrada, de forma a evitar esse perdularismos de cidades, por exemplo, como Vicente Pires, que nascem do parcelamento rural, completamente irregulares, e que acabam gerando um dano ambiental terrível, porque, inclusive, têm baixíssima densidade, nós temos Vicente Pires ocupando toda aquela gleba que é conhecida, com 36 habitantes por hectare, enquanto a própria Águas Claras, que tem cerca da mesma população hoje, ocupa só 29% da área que Vicente Pires ocupa, e nós temos a Ceilândia como a maior densidade do Distrito Federal, conforme visto pela Codeplan, com pouco mais de 120 hectares, enquanto a gente tem alguns patamares internacionais para viabilidade de todos os serviços urbanísticos, principalmente o de mobilidade, algo como um horizonte bastante alvissareiro e razoável, em torno de 200 a 250 habitantes por hectare. Então nós precisamos de fato evitar que áreas ainda, mesmo que não sejam pristinas, sejam destinadas a essa potência ecológica, e de fato completar as cidades que existem e tornar, no caso, como eu falei, de forma mais objetiva, Ceilândia o centro da metrópole.

Então, André, com isso eu quero só fazer um adendo que na questão da permeabilidade também muito importante, que está muito presente, associada à disponibilidade hídrica do ZEE, e levantada pela nossa promotora, há uma Lei já em vias de ser encaminhada para a Câmara Legislativa, já submetida a Audiência Pública, que é a Lei da Permeabilidade, que obriga os empreendimentos e os lotes acima de 600m² de fazer a infiltração no local, no lote, e mais uma série de princípios de arborização e de teto verde e mais uma série de ações que evitam que a água caia direto sobre o solo e escorra superficialmente, então a gente trabalha com o retardo, com a retenção, e com a infiltração para chegar nisso. E

nesse momento, André, a Maria Sílvia, que participou da Câmara Interna do governo, intergovernamental, ela deu uma sugestão bastante importante, que eu acho que, no fundo, a gente precisa compatibilizar isso no ZEE, talvez de forma mais assertiva, Maria Sílvia, que a gente trabalhe com as infiltrações, principalmente nas áreas consolidadas e nas áreas que os lotes são muito pequenos, com as infiltrações em áreas públicas, e que a gente abra perspectivas para fazer o reuso, inclusive, de águas pluviais e águas urbanas. É claro que com toda uma perspectiva ainda que nós não conhecemos, mas que a gente possa de fato no ZEE colocar esses condicionantes, você mesma apontou várias soluções possíveis nessa Lei, e isso eu acho que é uma perspectiva aliada a iniciativa para dentro do lote, aliada ao PDDU, que é Plano Distrital de Drenagem Urbana, ações de fato de requalificação urbana que prevejam a infiltração de água mais próximo de onde ela mesmo cai, e eu acho que isso é bastante importante de a gente considerar.

Obrigado, André, parabéns pelo trabalho. Quero agradecer mais uma vez todos que estão aqui, e estamos aqui à disposição para todos os debates, todas as dúvidas, e as contribuições que, com certeza, essa inteligência toda reunida aqui vai nos dar.

[Aplausos]

Sr. (Mestre de Cerimônia) – Encerrando a fase de pronunciamento dos integrantes da mesa o Secretário de Estado do Meio Ambiente, André Lima.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Eu já fiz uma breve abertura, agora eu quero só dizer algumas palavras antes de a gente entrar no objeto específico e fazer uma apresentação breve do próprio Zoneamento.

Primeiro eu não sei quantos dos senhores e senhoras aqui estiveram nessa reunião pública, mas em novembro de 2014, entre o primeiro e o segundo turno das eleições, nós organizamos, eu estive à frente, coordenando essa organização, organizamos uma grande roda de conversas com o então candidato Rodrigo Rollemberg, candidato ao segundo turno, para debater a sustentabilidade no Distrito Federal e os compromissos da agenda socioambiental. E naquela oportunidade foram mais de mil pessoas naquela Praça do Índio, ali na Asa Sul,

704, não é? Não é Praça do Índio que chama ali, é Praça da..., alguém lembra o nome? Praça da Paz. Várias lideranças tiveram oportunidades de fazer perguntas ao governador e eu naquela oportunidade, como uma delas, de movimentos da sociedade, fiz uma pergunta, falei: “Governador, o que o senhor acha do Zoneamento Ecológico-Econômico e qual o apoio que o senhor pretende dar como governador a esse instrumento?”. E o governador fez uma fala assertiva de que o Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento fundamental que já deveria ter sido aprovado há muito tempo atrás e que ele daria, como vem dando, total apoio a aprovação desse instrumento. Isso consta do programa de governo do governador Rodrigo Rollemberg, isso foi, inclusive, uma das motivações da própria Rede de Sustentabilidade, eu como representante da Rede de Sustentabilidade, nessa aliança que fizemos em apoio ao governador. E por isso também fomos convidados a assumir a Secretaria de Meio Ambiente, com essa missão que nos foi dada de conduzir esse processo. Portanto, acho importante destacar que isso é um compromisso político desse governo, a aprovação desse Zoneamento Ecológico-Econômico. Então nós estamos hoje aqui nessa Audiência Pública, não é simplesmente um ritual ou um procedimento burocrático, mas faz parte do cumprimento desse compromisso político. Esse compromisso vem se dando com toda condução e envolvimento de vários órgãos de governo em um comitê técnico formado por mais de 20 órgãos do Governo Distrital e outros órgãos do Governo Federal, esse compromisso vem se consolidando já em 2015 com a criação de um comitê político, criado por Decreto do governador, composto por oito secretários, que se reúnem com alguma periodicidade para ir validando o processo de formulação desse instrumento. Isso se consolida também com um acordo de gestão de resultado, que o governador assina com cada secretário, e existe um compromisso assumido pela Secretaria de Meio Ambiente de apresentar esse Projeto de Lei ainda esse ano, ainda no primeiro semestre desse ano, na Câmara Legislativa. Portanto, na verdade, é um processo que já vem, como foi dito aqui, desde antes desse governo, mas assumido de corpo e alma por esse governo. Na Secretaria de Meio Ambiente, no início da nossa gestão, nós nos organizamos para definir algumas prioridades, em termos de legados maiores. E nós definimos três eixos, três pilares da agenda ambiental que nós

estamos desenvolvendo. Um deles é o da legitimidade da pauta ambiental na sociedade; a Secretaria de Meio Ambiente tem como uma missão também promover a agenda da sustentabilidade na sociedade para que a própria sociedade assuma também essa agenda como uma *prioridade* maior nas suas pautas. E o Zoneamento ecológico-econômico é uma agenda fundamental para viabilizar esse legado. À medida que nós, durante esses dois anos e três meses, já realizamos uma série de consultas, audiências, reuniões técnicas, apresentações em Conselhos, eu perderia aqui muito tempo se eu fosse listar o conjunto de organizações da sociedade civil que já participaram ao menos de uma reunião técnica, mas foram consultas públicas em Sobradinho, Samambaia, Plano Piloto, Ceilândia, reuniões específicas com muitas organizações do movimento agroecológico, reuniões em administrações regionais, envolvimento de vários órgãos do Governo Federal, quero agradecer aqui ao Jair pelo apoio do Ministério de Meio Ambiente a esse processo, que ele aqui citou bem como vem se dando esse apoio; o Ibama; o ICMBio; Embrapa, participando também ativamente; o nosso Ministério Público aqui do Distrito Federal, participando, não só cobrando inclusive com uma Ação Judicial já com sentença, que nós estamos agora executando, cumprindo também uma obrigação judicial, mas também participando das audiências, trazendo suas contribuições, fiscalizando o Executivo, cobrando que o Executivo se movimente. As universidades, a UNB, através do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental do Centro de Desenvolvimento Sustentável, que eu tive a felicidade de fazer o meu Mestrado no CDS e a minha dissertação de Mestrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável foi exatamente sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico, então tenho também não só a responsabilidade política, digamos assim, junto com o Thiago e outros secretários de fazer essa agenda avançar, mas tem uma responsabilidade técnica por ter estudado essa ferramenta, esse instrumento, por mais de cinco anos, e ter participado também como consultor de alguns estados; Pará, Mato Grosso, Acre, na elaboração de projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico, inclusive fui consultor do Ministério de Meio Ambiente, precisávamos resgatar esse produto, de um Projeto de Lei Federal sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico que ficou pronto, foi entregue à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Extrativismos, onde

estava alocado o Zoneamento Ecológico-Econômico há sete, oito anos atrás. Os Conselhos Distritais para os quais foram apresentados em diferentes fases o Zoneamento, CONAM, Conselho de Meio Ambiente, Conselho de Recursos Hídricos, Conselho de Política e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, Conselho de Desenvolvimento Econômico-social, CONPLAM, Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano, CCPPTM, e reuniões também com os Comitês de Bacia. Então é um processo que vem alimentando o debate sobre o que é ou qual é a sustentabilidade que queremos para o Distrito Federal. Eu tenho certeza que se eu perguntar para cada um de vocês aqui o conceito de sustentabilidade de vocês para o Distrito Federal a gente vai ter aqui pelo menos uma posição para cada cidadão e cidadã aqui presente, mas o que interessa não é o conceito de cada um, o que interessa é o conceito construído coletivamente. E o Zoneamento Ecológico-Econômico, que deve se tornar Lei, ele é a tradução desse consciente coletivo sobre a sustentabilidade. E que não é nada trivial construir a milhares de mentes e mãos. Ele é razoavelmente complexo, embora tenha uma ideia simples que é identificar, no território, as suas vocações e aptidões, as suas limitações e restrições. E, como um instrumento de gestão, balizar o que a gente está chamando de capacidade de suporte e potencial de desenvolvimento econômico a partir de zonas e subzonas homogêneas, mais ou menos homogêneas, segundo critérios que tenham um certo grau de arbitrariedade. Portanto, não é nada trivial, embora a ideia seja simples, ele é sofisticado. E esse debate na sociedade é que vem fazendo com que a questão da sustentabilidade, o desafio da sustentabilidade, se torne cada vez mais legítimo na sociedade, essa é uma missão da Secretaria. Uma segunda missão é conferir transversalidade na agenda ambiental para dentro do Governo. Porque não adianta nada ter um secretário com 300% de compromisso com o Meio Ambiente e um secretário de Desenvolvimento Urbano que não tenha nenhum compromisso com o Meio Ambiente. Que como vocês viram pelo discurso aqui não é o caso. O Thiago é um dos secretários que mais tem compromisso, com uma visão de sustentabilidade muito convergente, coerente, compatível com a nossa visão. Mas a gente tem que levar a sustentabilidade para a Secretaria de Mobilidade, para a Secretaria de Saúde, para a Secretaria de Educação, para a Secretaria de Cultura.

E o Zoneamento Ecológico-Econômico, pelo exemplo que o Thiago aportou, o Distrito Federal, Brasília, como um polo de Saúde, em uma região que vai além da RID, já mostra o grau de importância de um instrumento como esse. Como consolidar, quais são os desafios e planos, ações e programas, para consolidar esse polo de Saúde no Distrito Federal? Sem comprometer a sustentabilidade. Vocês fazem ideia de quantas toneladas de lixo hospitalar gera um hospital? Para onde vai esse resíduo, o que é feito desse resíduo? Então tem o ecológico, o socioeconômico e tem o ambiental a ser debatido também. E por fim fortalecer um sistema de meio ambiente; se a gente consegue legitimidade na sociedade, se a gente consegue transversalidade para dentro do governo, o que também não é trivial porque os governos são formados para pensar em caixinha, cada um na sua, com seu orçamento, com seus objetivos, com suas metas, e quando você vem – o Thiago usou a metáfora da pirâmide – com uma base de uma pirâmide dizendo que estão todos sobre esse mesmo ordenamento jurídico-territorial, a sua caixinha tem que se integrar no território e considerar metas, objetivos, diretrizes, que vão além da sua missão específica institucional. Esse também é um desafio que não é nada trivial, fazer com que uma Secretaria de Mobilidade não pense só nos seus objetivos específicos, mas pense no território. Fazer com que uma Secretaria de Agricultura, que tem por missão e obrigação garantir o crescimento qualificado da produção agrícola do Distrito Federal, garantir a segurança alimentar, garantir a fixação do homem e da mulher no campo, também pense que sem água não vai ter agricultura, que sem cerrado não terá água. Então são desafios que esse instrumento, ele pode se tornar, pode se tornar um caminho fundamental para orientar e buscar convergência de propósitos voltados para o desenvolvimento sustentável.

Eu preciso ler o Regimento Interno, não é isso? Ou o nosso cerimonialista vai ler? Eu acho importante, as pessoas saberem como é que vai ser conduzida a Audiência, para não ter que a cada momento ter que esclarecer. Vamos fazer uma leitura rápida do Regimento Interno, pedir a paciência, como eu disse naquele primeiro minuto, e a tolerância, tenho o Regimento aqui. O senhor quer ler para mim? A sua voz é muito mais bonita do que a minha.

Sr. (Mestre de Cerimônia) –

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Cívico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

“Capítulo I – Disposições Preliminares.

Art. 1º – *A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade de apresentação, divulgação e debate da proposta do anteprojeto de Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal, instrumento estratégico de planejamento e gestão territorial, cujas diretrizes e critérios orientarão as políticas públicas distritais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e melhoria da qualidade de vida da população, em cumprimento à Lei Orgânica do Distrito Federal segundo o disposto nos Art. nº 279, inc. II, e nº 26 do Ato das Disposições Transitórias.*

§ 1º – *A Audiência Pública terá o objetivo específico de receber sugestões, recomendações, críticas ou propostas, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na elaboração do Anteprojeto de Lei do ZEE-Distrito Federal;*

§ 2º – *A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local;*

§ 3º – *A Audiência Pública terá a primeira chamada às 9h e iniciará em segunda chamada impreterivelmente às 9h30, com qualquer número de presentes;*

Parágrafo único – *O encerramento da sessão acontecerá, no máximo, às 17h.*

Art. 4º – *O público presente deverá assinar lista de presença que conterá: nome legível, endereço, endereço eletrônico e telefone, número do documento de identificação, a entidade pública ou privada a que pertence, e a assinatura.*

Parágrafo único – *A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão em local acessível.*

Art. 5º – *Da condução da Audiência Pública: a Audiência Pública será conduzida pelo presidente, nos termos definidos nesse regimento, com assistência da Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF e apoio da Secretaria Executiva, doravante denominados respectivamente Coordenação e Secretaria, responsáveis pelo planejamento, divulgação e execução da Audiência Pública, nos termos do Art. nº 1, inc. V, alínea d, § 3º, da Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015.*

Parágrafo Único – *O presidente da Audiência Pública será o secretário de estado do Meio Ambiente ou representante por ele designado.*

Art. 6º – *São prerrogativas do presidente:*

Inc. I – *Designar apresentação de objetivos e regras de funcionamento da Audiência, ordenando o curso das manifestações;*

Inc. II – *Decidir sobre a pertinência das intervenções orais;*

Inc. III – *Decidir sobre a pertinência das questões formuladas, além do escopo da proposta do Anteprojeto de Lei;*

Inc. IV – *Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando reputar conveniente de Ofício ou a pedido de algum participante;*

Inc. V – *Alongar o tempo das elocuições quando considerar necessário.*

Art. 7º – *A Secretaria no apoio à condução da Audiência Pública terá por atribuições:*

I – *Inscrever os participantes de acordo com a ordem das solicitações;*

II – Controlar o tempo das intervenções orais;

III – Registrar o conteúdo das intervenções;

IV – Sistematizar as informações;

V – Fornecer apoio ao presidente e integrante da mesa;

VI – Esclarecer as dúvidas dos participantes do evento no Plantão de Dúvidas;

VII – Elaborar a Ata da sessão, a guarda da documentação produzida na Audiência.

Capítulo III – Dos participantes

Art. 8º – *Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão ou cidadã, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com a proposta do Anteprojeto objeto do Processo nº 393022/2016, mencionado nos avisos de convocação publicados no Diário Oficial do Distrito Federal nos dias 3 e 21 de fevereiro, sob os registros 25 e 37 respectivamente.*

Art. 9º – *São direitos dos participantes:*

I – Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública, respeitando as disposições previstas nesse regimento, e debater as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública.

Art. 10º – *São deveres dos participantes:*

I – Respeitar o regimento interno da Audiência Pública;

II – Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;

II – Tratar com respeito e civilidade os participantes da Audiência e seus organizadores.

Art. 11° – Perguntas, sugestões ou recomendações dos participantes ao Anteprojeto deverão ser realizadas por meio de ficha de inscrição que será disponibilizada pela Secretaria após a abertura da Audiência.

Parágrafo único – Os participantes que tiverem dúvidas sobre a proposta do Anteprojeto de Lei e não desejarem se inscrever para intervenção oral poderão utilizar o Plantão de Dúvidas, localizado na antessala do auditório.

Art. 12° – É condição para participação nos debates orais a prévia inscrição junto à Secretaria durante a Audiência Pública.

Parágrafo único – A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

Capítulo IV – Da realização da audiência.

Art. 13° – A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

1 – Apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da Audiência;

2 – Exposição resumida do conteúdo da proposta do Anteprojeto de Lei do ZEE-DF pela Coordenação;

3 – Debates orais;

4 – Encerramento com a leitura da Ata sintética, lavrada pela Secretaria e assinada pelo presidente.

Art. 14° – Nos debates as perguntas recebidas serão respondidas pela Coordenação em blocos, conforme sua similaridade, a critério da Secretaria.

Art. 15° – Para os debates orais os participantes disporão de, no máximo, dois minutos, observada a ordem de inscrição para a manifestação, sendo o questionamento lido pelo presidente da sessão ou pessoa por ele designada.

Parágrafo único – O presidente poderá, consultada a Audiência, aumentar o tempo disponível para exposição oral, a depender do número de inscrições e do tempo restante para o final da Audiência, sendo-lhe facultado reduzi-lo posteriormente pelas mesmas razões.

Art. 16º – Os representantes da Coordenação se manifestarão de forma concisa e direta em relação às intervenções orais dos participantes.

Parágrafo Único – As perguntas, sugestões ou recomendações não respondidas durante a Audiência por esgotamento do tempo terão suas respostas publicadas no portal eletrônico do ZEE-DF, no prazo previsto no art. n° 20.

Art. 19º – Durante a Audiência Pública serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro pelos participantes do evento.

Art. 20º – A Audiência Pública, assim como suas deliberações, será registrada em Ata sucinta, anexada a proposição a ser apreciada, e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no portão eletrônico do ZEE-DF no prazo máximo de 30 dias contados da sua realização, conforme estabelecido no art. n° 9 da Lei 5081, de 11 de março de 2013.

Capítulo V – Das disposições finais.

Art. 21º – As opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública terão caráter consultivo e não vinculante, destinando-se a motivação do executivo distrital quando da tomada de decisões em face dos debates realizados, bem como zelar pelo princípio da eficiência e assegurar a participação popular na forma da Lei na condução dos interesses públicos.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Grato.

Eu quero dizer uma coisa que acho importante aqui vocês saberem. Primeiro que existe um pressuposto da Audiência Pública; para a realização da Audiência Pública todo o material está disponível tanto na Secretaria quanto no *site* do Zoneamento conforme foi publicado. Então a apresentação que nós vamos fazer aqui é uma apresentação bem breve, geral, nós não vamos entrar em detalhes porque é um instrumento que vem sendo construído há alguns anos, não cabe aqui fazer uma apresentação detalhada. Nós temos duas naturezas de intervenção que vão ser respeitadas e colhidas. Uma delas, são dúvidas. As pessoas têm dúvidas em relação ao instrumento. Então, como é que nós resolvemos isso? Nós temos um plantão de dúvidas no salão ao lado. As pessoas que têm dúvidas, as dúvidas não serão esclarecidas no plenário, serão esclarecidas ali no *Plantão de Dúvidas*. No Plenário, as pessoas vão se manifestar com as suas opiniões, com as suas sugestões, com as suas críticas. E nós estamos estabelecendo um... Eu estou vendo que esse auditório está enchendo, o que é bom, o que é muito bom...

[Ininteligível – interlocação sem uso de microfone – 01:01:00]

Ainda não. Nós vamos ver isso mais para frente.

[Ininteligível – interlocação sem uso de microfone]

Pede para o povo entrar. Vou pedir, também, na medida do possível, porque se todos quiserem fazer intervenções com as suas opiniões específicas a respeito de procedimento e tal, isso aqui não vai seguir em uma boa ordem. Então, aqueles que quiserem dar as suas opiniões, também podem sugerir aqui para a nossa Comissão Técnica, que a gente pode acolher.

Então, eu quero pedir que procurem, na medida do possível, atender a essas duas naturezas. Dúvidas específicas, a pessoa quer saber, alguém aqui tem uma fazenda, um sítio ou mora em tal lugar, quer entender o que é A, o que é B, para a gente não trazer para o Plenário questões muito específicas, localizadas, que o pessoal pode ir lá no *plantão de dúvidas* esclarecer. Ela esclareceu a dúvida, agora ela tem uma opinião. “*Então agora eu não gostei*”.

Então ela vem para cá e vai dizer: “*Olha, fui lá, esclareci, realmente, não estou de acordo, não acho razoável*”. Então, eu quero que as pessoas façam isso, porque a ideia não é para a gente ficar falando muito não, é audiência mesmo, para vocês falarem mais.

Agora, é importante também que se inscrevam. Por quê? Porque tem uma ordem de fala. Não dá para todo mundo falar ao mesmo tempo, ou então ficar interrompendo a fala dos outros, não é? As pessoas se inscreverem, aqui na Recepção tem uma ficha para a gente poder garantir a ordem. Quem chegar e se colocar, vai falar na ordem em que tiver se inscrevendo, para a gente poder ter também justiça na distribuição do tempo. Dependendo do número de inscritos, temos 300 pessoas inscritas, possivelmente, nós vamos direto aqui até o final da tarde, começo da noite. Às vezes, tem muita gente aqui que está mais para ouvir, acompanhar, e não necessariamente para falar. Então, por isso, a gente quer ter também uma prévia dimensão de quantas pessoas estão com disposição para falar.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Como é que é? Por enquanto, temos 25 pessoas. Esse Plenário aqui tem, pelo menos, umas 200. Então, é importante que as pessoas se registrem. Se a pessoa ainda não sabe se vai falar, não se inscreva. Se inscreva na hora que ela tem consciência, “*Vou falar, vou lá e me inscrevo*”. Então, quero passar rapidamente a apresentação para a gente poder, a partir de então, já abrir para as falas.

Senhor – Vice-presidente, o senhor permite?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Sim senhor.

Senhor – Registrar aqui a presença do deputado Lira, que é vice-presidente da Comissão de Assuntos Fundiários e também presidente da Comissão de Segurança. E também Wesley Santos, representando a Administração do Cruzeiro, Alex Leal; Bispo Renato; Manuel Araújo, o Ibama; Carlos Leal, a Terracap; e Ana Lúcia, a Agefis.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito grato. Eu também quero registrar, também, já foi registrado, mas quero reforçar, a presença do Nilton de Castro, cadê ele aqui?

Senhor – Está aqui.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Cadê... Eu não o vi aqui. Registrou? Ele está ali em cima. O Dr. Nilton, que já foi secretário de Estado de Meio Ambiente aqui, e hoje está representando o Crea. Eu quero agradecer ao Crea-DF, Dr. Nilton; tem o Marcos também está aí, o Marcos Vinícius está aí também; agradecer ao nosso presidente Flávio por nos ceder esse auditório e agradecer também à Adasa que está dando suporte para gravação, filmagem, agradecer imensamente também a nossa Agência de Água. E quero reforçar também o agradecimento do Thiago e a toda a equipe técnica que está aqui presente, nas pessoas, do Beto; da Eloísa; do Vicente; o Zé Lins; do Marcos, Secretaria de Agricultura; da Maria Sílvia; Ludmila; Vanessa; Rogério, Alexandre, da Codeplan, e tantas outras pessoas, eu não tenho a lista completa aqui, mas que estão aqui dando suporte para nós. Vamos lá.

Eu vou começar, fazer um aparte e depois passar para ela. Quem é que está manipulando esse... É você que está mexendo aí? Então vamos lá. Passa o próximo aqui.

Nós temos duas obrigações legais que nos impõem a realização, a implantação e elaboração desse Zoneamento. Primeiro, na Lei Orgânica do Distrito Federal, que diz que o Poder Público, o a participação dos órgãos representativos da comunidade, promoverá o Zoneamento Ecológico-Econômico no prazo de 24 meses. Nós estamos já chegando quase aos 24 anos, não é? Portanto, temos que andar um pouquinho mais rápido. E na Lei Florestal, no Código Florestal Brasileiro, também impõe que todos os estados realizem o seu Zoneamento Ecológico-Econômico no prazo de cinco anos. Nesse caso, nós estamos dentro da Lei, que foi o prazo de 2012. Nós estamos em 2017 e, muito provavelmente, agora, no 1º semestre, encaminhando o Projeto de Lei. Há outras bases legais para isso – tem Decreto Federal. O próprio Estatuto da Cidade determina que se faça um Zoneamento ambiental nas cidades e esse

Zoneamento ecológico-econômico nosso, pela natureza dele, supre essa demanda do Código, do Estatuto das Cidades, então tem outra base legal, mas a gente não vai complicar muito no Jurídiquês não.

[Próximo].

Nós estamos falando, como eu disse da construção coletiva do que, para a sociedade do Distrito Federal, é sustentabilidade. Como eu disse, cada um aqui tem o seu conceito. Por exemplo, eu mesmo trabalho com sete dimensões da sustentabilidade, mas não dá para trazer tudo aqui para dentro, que é a econômica, é a ambiental, é a cultural, é a política, é a social, é a ética e aqui, no caso do Distrito Federal, a estética – estamos falando de um Patrimônio Cultural urbanístico – estou falando só de sete dimensões. Mas no nosso caso aqui, nós estamos trabalhando com a dimensão econômica, ambiental e político-institucional, com foco na qualidade de vida. Só para vocês terem uma ideia, aqui, cerca de 1,800 milhão habitantes, são considerados da faixa G-6 que é uma faixa de renda quase considerada abaixo da linha da pobreza; 1,800 milhão de habitantes que a gente tem que trabalhar com inclusão social. Portanto, o Zoneamento não é só ecológico, ele é ecológico-econômico buscando fazer essa integração: assegurar a diversificação da matriz econômica; propor, sugerir, recomendar, definir diretrizes para o desenvolvimento de atividades econômicas que possam ser geradoras de renda e de emprego, considerando a dimensão ambiental, ou seja, a infraestrutura ecológica.

A gente fala muito de infraestrutura, obras de infraestrutura. Muito pouco se considera que antes disso tudo, existe uma infraestrutura ecossistêmica, ecológica, que dá base para tudo o que tem de atividade econômica e social. Uma nascente abastecida por uma área de recarga de aquífero é uma infraestrutura importante, considerada como infraestrutura ecológica. E, em cima disso, trabalhando as questões de capacidade de suporte e risco ambiental. Todo Zoneamento ecológico-econômico está definido a partir de mapas de risco – risco de contaminação do solo; risco de perda de solo; risco de perda de biodiversidade do cerrado; e risco de *stress* e de déficit hídrico. E a dimensão política. Por quê? Como bem disse o Thiago – estou gostando dessa metáfora da pirâmide – nós

estamos falando de uma base jurídica e de planejamento, que oferece instrumentos de planejamento e gestão para organizar uma série de outros instrumentos de ação, com intervenção no solo. A Martha Eliana, a promotora estava me mostrando lá a questão da Lei de Permeabilidade do Solo. Por exemplo, Lei de Permeabilidade do Solo é um instrumento de gestão sobre o território, que deve se dar a partir de uma base maior, macro, do nosso Zoneamento maior. E nós estamos vivendo hoje... Tem aquela coisa de convergência dos astros, astrológicas. Nós estamos vivendo uma convergência de revisão e de elaboração de instrumentos com incidência sobre o território. ZEE; LUOS; Lei de Permeabilidade do Solo; Plano diretor de drenagem; PPCUB; tem uma série de instrumentos que afetam, intervêm no território para garantia de qualidade de vida e garantia de qualidade de diferentes dimensões da sustentabilidade, que nós estamos trabalhando eles nesse exato momento. Nós estamos vivendo um momento muito fértil, potencialmente fértil para alinhamento desses diferentes instrumentos. E aí ter essa convergência de sustentabilidade do ponto de vista político-institucional. [Próximo]. Ficou meio desconfigurado, mas agora vai assim mesmo.

Vamos lá.

Como eu disse, são os dois “E” dos “ZEE”. A gente até brinca, não é “Zé”, é “ZEE”, um E...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

A senhora vai poder ter a oportunidade de dizer o porquê a senhora acha é só o ZE. Está bom. Econômico e Ecológico; diversificação de atividade produtiva/ inclusão socioprodutiva e consideração dos riscos ecológicos e dos potenciais ambientais.

[Próximo]. Não precisa corrigir não. Vai assim mesmo. Chamar os universitários aí. Vamos lá. Segue adiante aí, amigo. Pode ir].

Dois fundamentos importantes. Hoje, como é que se dá o debate sobre sustentabilidade? Uma série de legislações esparsas; Lei Florestal; Lei de Unidade de Conservação; Lei de água; Lei do patrimônio arquitetônico; Lei urbanística, não é? A ideia é ter uma base que dê a liga nessas diferentes normas.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Mas sobretudo, garantir o quê? Transparência para isso. Então, muitas das diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico, existem e existirão, porque a gente chama de redução da discricionariedade do gestor que está lá na ponta. Hoje tudo se resolve no Licenciamento Ambiental, lá na ponta. É muita responsabilidade para um técnico ou um grupo pequeno de técnicos, por mais qualificados que eles sejam. Então o Zoneamento vem trazer diretrizes para reduzir um pouco essa margem de discricionariedade. Não é o “*Eu acho; eu penso*”; ou, “*a minha opinião é essa ou aquela*” Ele tem que fundamentar as decisões dele, de emitir uma licença, ou não; de exigir uma condicionante ambiental ou não; de exigir uma medida mitigadora ou compensatória do ponto de vista ambiental, com base nessas diretrizes. Então é um mecanismo também de transparência. Ao vocês verem uma Licença Ambiental emitida, no fundamento dela, vai estar a conexão dela com as Diretrizes do Zoneamento. Por que se exige uma medida mitigadora a A ou B, medida compensatória a A ou B, com fundamento no Zoneamento? Então isso também facilita nesse processo de licenciamento. E a gente quer ir além e isso a gente precisa ainda ajustar no texto, como a gente conversou ontem.

Em alguns casos, um determinado..., uma tipologia de empreendimento, ela é viável em uma determinada zona ou subzona, como é que o Licenciamento Ambiental pode considerar isso, por exemplo, para reduzir o grau de exigência de documentos, por quê? Se o Zoneamento já é uma base de estudos dizendo que determinado tipo de atividade ela é adequada para aquela região, você não precisa, por exemplo, exigir todo um diagnóstico, na medida em que você já tem um diagnóstico elaborado pelo Zoneamento.

[Próximo].

Então, como eu disse, tem a dimensão ambiental e ecológico-econômica. Na dimensão ecológica, baseado todo na análise e nos mapas de risco ecológico. E aqui nós temos, como eu falei, os quatro riscos: de sopera (*ininteligível - 01:14:03*) de solo; contaminação do solo; biodiversidade do cerrado; e água. Sobrepondo isso tudo, de acordo com a metodologia técnica, você tem o mapa de riscos, colocados. Quando você tem mais de um risco sobreposto, ele ganha um grau

de risco mais elevado. Então a gente tem aí o risco alto ou muito alto, etc. Então está assim previsto e a gente tem o mapa dos riscos ecológicos integrados.

[Próximo].

Como eu falei também, a base disso, no econômico é considerado, por exemplo, todas as características, um diagnóstico, um levantamento de dados socioeconômicos que mostram, por exemplo, que nessas regiões de Brazlândia, Ceilândia, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião, têm uma concentração muito grande de população pobre ou, inclusive, abaixo da linha da pobreza e o Zoneamento Ecológico-Econômico precisa considerar isso do ponto de vista de indução de atividade econômica, do ponto de vista de investimento em infraestrutura, para poder qualificar, criar condições e qualidade de vida para essa população.

[Próximo].

Feitas todas essas sobreposições, análises, cruzamento de dados, de riscos ecológicos, de potencial e de demanda do ponto de vista socioeconômico, o Zoneamento está fundamentado em duas grandes macrozonas. A macrozonas de produção, que a gente chama, de serviços ecossistêmicos, quando você tem uma área que é altamente importante para a produção de água. Por exemplo, a região do Descoberto. Prioridade ali: produção de água; 65% da população bebe água oriunda daquela bacia hidrográfica. Você tem a produção de um serviço ecossistêmico; a produção de água é um serviço ecossistêmico. Proteção do cerrado, corredores ecológicos que mantêm a biodiversidade e protegem, por exemplo, a gente tem aqui no Distrito Federal, uma espécie que é considerada uma das mais ameaçadas de extinção no mundo, que é o lobo-guará. É um patrimônio nosso aqui. Então a gente está estabelecendo corredores ecológicos para viabilizar a proteção dessa espécie. Quanto custa e perda de uma espécie da biodiversidade para a sociedade? Bilhões de anos de evolução para você ter uma espécie e, de repente, você perder essa espécie. Isso entra naquele item da sustentabilidade, que eu falei do ético, não econômico. Não é quanto custa, porque, como eu disse, não tem preço. É o valor ético da sustentabilidade. Então nós temos isso também; é um serviço ecossistêmico.

Clima, eu recomendo às pessoas aqui, aos moradores do Distrito Federal, que pretendem continuar no Distrito Federal por alguns anos e seus filhos aqui também, que comecem a estudar um pouco o que está acontecendo com a questão do clima. Nós lançamos um estudo no ano passado, a partir de dados do INPI e do Ministério da Ciência e Tecnologia, mostrando que a projeção para os próximos 40 anos no Distrito Federal – e nós já estamos sentindo isso agora – a cada ano o Distrito Federal bater recorde de temperatura. A projeção de aumento da temperatura média aqui no Distrito Federal – e quem teve que comprar ar condicionado nos últimos dois anos sabe o que estou falando – é considerável. Então, a manutenção de área permeável para manter vaptranspiração (*ininteligível - 01:17:58*), combater aquecimento local, as ilhas de calor, manutenção de clima local, toda essa região chamada de produção de serviços ecossistêmicos, garantem isso para a nossa vida. Então nós temos duas macrozonas. Uma de serviços ecossistêmicos e a outra é a de intervenção e promoção do desenvolvimento econômico, produtivo.

Importante considerar o seguinte: isso quer dizer que não vai ter atividade econômica na zona de produção de serviços ecossistêmicos? Não. Porque a Agricultura produz serviços ecossistêmicos desde que mantenha o mínimo de vegetação nativa, desde que proteja as nascentes, desde que proteja os cursos d'água, desde que faça uso sustentável da água, desde que não contamine a água. Aliás, eu digo, inclusive, a APA do Descoberto, em minha opinião deveria ser Área de Proteção do Agricultor, do agricultor que faz a Agricultura sustentável. A gente deveria promover mais a Agroecologia, promover mais a Agricultura Orgânica como mecanismo para impedir o crescimento desordenado da cidade. Porque se não tiver algum tipo de atividade, mínima, de baixo impacto – e eu estou falando isso, obviamente, fora dos parques, fora das estações ecológicas, fora das áreas de preservação permanente; fora das áreas de reserva legal, que são áreas específicas para proteção da biodiversidade – se não tiver alguma atividade econômica agrícola minimamente sustentável, isso aqui vai virar uma grande chácara de recreio, quase que plenamente urbanizada e esses serviços ecossistêmicos vão se perder.

Então também a atividade econômica pode também ter nas áreas de serviços ecossistêmicos, como também não quer dizer que toda área de proteção de atividade econômica, como diz a música, “*vamos mandar ladrilhar*”. Não é isso. Não é isso. Nós temos que ter bolsões verdes, áreas verdes, parques, áreas de proteção permanente, ao longo também e no interior dessa outra grande subzona, que é a subzona de produção, de atividade econômica – não gravei o nome ali, não é? – dinamização produtiva voltada à redução das desigualdades socioeconômicas. Esse é o nome oficial. Então tem que entender isso. Dentro da zona de produção de serviços ecossistêmicos haverá atividades econômicas; assim como dentro da zona de diversificação produtiva, haverá necessidade de proteção de áreas verdes. Nós temos que buscar, temos que sair da lógica de que é o econômico *versus* o ecológico. A gente tem que buscar o grau, na equação, de equilíbrio do ecológico dentro do econômico e do econômico dentro do ecológico. Por isso que ele é simples, mas é sofisticado; precisamos de ciência, dados, técnica, metodologia? Sim. Mas precisamos sobretudo de decisão e vontade política, porque muitas vezes a conta, aparentemente, do ponto de vista técnico e científico, não fecha. E nós não temos explicação científica para tudo e, na ausência de explicação científica, não pode se deixar de tomar uma decisão política. “*Ah, faltam dados. A metodologia não está validada na Academia Universal da Ciência*”; “*Amigo, é o seguinte: enquanto isso nós vamos tomar essa decisão; quando e se vier uma nova metodologia, a gente aprimora o instrumento. Porque nós temos que tomar uma decisão política já*”. Não é?

[Próximo].

Estou me alongando demais. A Maria Silvia pediu para eu fazer essa apresentação... Vamos lá.

E aqui são as subzonas. As subzonas, elas procuram fazer essa mediação que eu falei, entre as duas grandes macrozonas. Porque, por exemplo, vou dar um exemplo disso, toda região do eixo que o Thiago falou, que tem que ser – e eu concordo com isso – tem que estar na centralidade de uma grande região metropolitana, que é Samambaia, Taguatinga, Ceilândia. Ela está inteira em cima de uma área de recarga de aquífero. O que quer dizer área de recarga de

aquífero? É o seguinte: todo o mundo fala em proteger nascente, mas se não tiver área de recarga de aquífero aonde a água vem ser absorvida pelo solo, abastecendo o lençol freático, não vai ter nascente. Então área de recarga de aquífero é importante. Mas aí nós vamos transformar Samambaia, Ceilândia e Taguatinga? Vamos demolir tudo e plantar árvore do cerrado? Não tem condição; não tem condição. O que a gente tem que fazer? Qualificar a infraestrutura dessa região para viabilizar uma melhor drenagem; para viabilizar a redução da poluição com saneamento. E, para não expandir o crescimento urbano para outras áreas que hoje ainda estão preservadas, adensar minimamente para otimizar esse investimento público que sai do bolso de cada um de nós –de saneamento, de toda infraestrutura urbana. Então, por exemplo, ali, embora seja uma área que tem um risco do ponto de vista de recarga de aquífero, é uma área de adensamento, de qualificação da infraestrutura, mas também de requalificação de toda a infraestrutura verde. Nós precisamos ter, como foi dito aqui, não adianta ter um monte de 20% de gramínea em lote, nós precisamos ter um percentual grande de área permeável nas áreas públicas nas áreas verdes, por subzona. A lógica do lote por lotes é o mínimo, o necessário. Mas a lógica tem que ser macro. Nós temos que olhar a subzona como um todo; então o Zoneamento procura criar mecanismos e ferramentas para definição de parâmetros. Que tem arbitrariedade? Tem. Tem. Muitas vezes vai ser arbitrária; uma decisão política aqui vai ser tanto, com base nos estudos. Não é uma equação matemática, que vai resolver. Isso aqui não é assim, a gente bota um monte de dados no computador, aperta um botão e saem todos os parâmetros para todas as subzonas. Talvez a gente chegue nisso um dia; mas tem certo grau de arbitrariedade que a gente vai debater e tem que debater com vocês.

[Próximo].

Aí são 13 subzonas e tem as áreas de desenvolvimento produtivo, as ADPs onde o ZEE, ele não determina, ele não comanda. O Zoneamento não é assim: “É só isso que pode ser feito; nada mais. Ele é um instrumento de gestão, mas é um instrumento de planejamento. Ele fomenta, ele incentiva, ele recomenda. Agora, se o gestor de plantão – hoje somos nós – amanhã não seremos? Resolver tomar uma decisão de fazer uma coisa diferente, ele tem que se justificar, porque

se aqui a vocação é de serviços ecossistêmicos, por que eu vou criar toda uma nova cidade? Eu tenho que me explicar para a sociedade. Por isso que eu falei que é um mecanismo de controle social e de transparência. Então têm as atividades, os polos de atividades produtivas. Eu não vou citar todo, mas está aí e também trabalha por natureza de atividade. Mas geral, não entra no específico de cada atividade econômica. Então é natureza da economia da conservação, por exemplo, a Maria Silvia usa muito esse exemplo e eu gosto desse exemplo, porque eu sou do interior de São Paulo, conheço Brotas, fui recentemente para lá novamente. É toda uma cidade que o desenvolvimento econômico dela está deixando de ser de agricultura mais intensa e está sendo de Agricultura e Turismo; de Agro-Turismo; uma vocação muito forte de Agro-Turismo. Com geração muito forte de emprego, de renda, de oportunidade de trabalho para toda uma cadeia associada à cadeia de turismo, porque é uma das que mais cresce economicamente no mundo. Porque as pessoas deixam de viajar para Europa, para não sei aonde, mas vão para Alto Paraíso, vão para Pirenópolis, vão para... não é? Então, é uma vocação de toda uma região do Distrito Federal onde a gente tem ali o Parque Nacional de Brasília; a gente tem a Estação Ecológica Águas Emendadas, e a gente tem áreas maravilhosas que poderia se ter um programa muito forte de desenvolvimento do Turismo local, sustentável, atividade produtiva que o Zoneamento indica e orienta. E, a partir daí, a sociedade pode cobrar, porque isso aqui é uma plataforma mesmo de cobrança. “Próximo candidato a isso ou aquilo. Está aqui Você vai apoiar isso daqui? Essa região tem vocação de Agro turismo ou Turismo ecológico, isso aqui vai virar uma plataforma sua?”. Então o Zoneamento também ele passa a ser um instrumento da sociedade de legitimação da pauta da sustentabilidade na política e na gestão.

[Próximo].

Eu vou pedir para a Maria Silvia fazer aqui a fala mais específica, para a gente encerrar e abrir para todo o mundo. Pode ser? Aí você fala um pouco mais do específico. Eu já falei demais. E a gente, em cinco minutos abre para os que já estão se inscrevendo.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a toda a equipe técnica que está fazendo o possível e o impossível para a gente poder oferecer esse instrumento de gestão para todos no Distrito Federal. Lembrando que nós estamos aqui, na capital dão país. O que a gente estiver fazendo aqui, eu tenho certeza que será um bom exemplo. O Ministério do Meio Ambiente está aqui e sabe disso. Um bom Zoneamento Ecológico-Econômico, que saia do genérico e possa ser usado para a gestão nas cidades, também como um Zoneamento ambiental que tenha como água, um instrumento vital para definição do que é potencial econômico, do que é restrição ambiental é uma grande novidade para o Brasil. Então eu quero agradecer a presença de todos vocês aqui. Eu sei que não é unanimidade. Eu sei que tem gente que está insatisfeita com uma série de coisas aí. Aqui também vai ser um espaço para poder dizer tudo o que quer. Eu só quero pedir que as pessoas mantenham um grau assim, eu sei que aqui todos somos civilizados, mas muitas vezes a pessoa está um pouco assim, mas nervosa com o que está acontecendo ali, próximo à sua rua, ao seu bairro. Quer se manifestar? Vamos fazer com muita tranquilidade e paz para a gente ter uma energia boa aqui, porque o que nós estamos fazendo aqui é para melhorar a condição de vida de todos nós; é perfeito? Não é perfeito. É ótimo? Talvez não. Talvez não, mas a gente conseguir chegar a um mínimo denominador comum sobre o que a gente quer de sustentabilidade e ter uma ferramenta objetiva para viabilizar isso, eu acho que é um ganho histórico para o Distrito Federal, e eu fico feliz em estar podendo dar essa contribuição para todos vocês.

Muito obrigado.

[Aplausos]

Sra. Maria Silvia – Eu queria só retomar uma questão que a gente já está bastante acelerado na hora, e o objetivo daqui é uma escuta qualificada, então a gente ouvir vocês. Eu queria só retomar esse *slide* aqui, porque esse *slide* ele é o nosso *link*; é a nossa vinculação entre o ecológico e econômico. Esse foi um exercício difícil que a gente conseguiu com muitas mãos dentro do Governo, fora do Governo, setor privado, sociedade civil, é compreender, na verdade, o que é que a gente tem que levar em conta para decidir no planejamento territorial e na gestão e no ato de licenciar ou de outorga. O ato de licenciar ou de outorga, de EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

eu construir a minha casa aqui ou acolá, ele está vinculado a um custo, a um custo para todos, um custo social, um custo econômico e, esse mapa, ele traduz um pouco essa questão.

Nós temos aqui, quando o secretário falou que a gente empilhou os riscos, a gente está dizendo do ponto de vista da sociedade e do ponto de vista do Estado, que vai ser mais caro ou mais barato implantar uma infraestrutura local, de drenagem, de água potável. O processo construtivo vai ser mais caro ou mais barato; o asfalto que vai vir vai ser mais caro ou mais barato; em função do quê? Em função de uma conjunção de situações ecológicas, muitas vinculadas à Geologia, que dão ao DF essa conformação. A gente poderia dizer que esse mapa é um mapa de precificação do DF, do ponto de vista do custo de implantação de infraestrutura. E, ao fazer isso, a gente vai dizer que Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e esse eixo até Gama e Santa Maria, estão em uma região prioritária de recarga de aquífero. Então quando se fala em requalificação urbana, é porque a gente vai ter gente morando lá, mas a gente tem que garantir que essa água entre no solo. Então as áreas, por exemplo, que receberam diretrizes para a gente priorizar soluções de drenagem sustentáveis, porque a falta de solução de drenagem vai encarecer muitíssimo o abastecimento porque as águas dos mananciais vão se poluir. Então a relação econômica do meio ambiente com o aporte de Estado, está materializado nesse mapa. Não é um mapa só de integração. Ele não é um mapa só ecológico. Ele é um mapa que traz a amarração do ecológico com o econômico, dentro do Zoneamento Ecológico-Econômico. Ele mostra que regiões, por exemplo, como a Serrinha e Taquari, vão custar muito no bolso da sociedade civil, se a gente tiver uma ocupação desordenada lá para regularizar; que qualquer ocupação é possível lá, mas ela tem que acontecer muito bem planejada e com forte infraestrutura, por quê? Porque aqui tem risco de declividade; você vai assorear o Lago Paranoá que é PAC Captação de abastecimento público. Porque a gente não tem como jogar o esgoto aqui, e vai custar uma elevatória que é uma obra de infraestrutura caríssima, para subir morro acima com esse esgoto e jogar no São Bartolomeu, que, por sinal, é o nosso último manancial de água pura dentro do DF, para a gente não ter que buscar cada vez mais longe. Então, tem custo. É possível. É possível. Não é o mapa do

não pode, mas é um mapa que traz um pouco mais de clareza para o cidadão, para o governo, para o setor privado, para a sociedade civil entender, a *prioridade* ocupada no planejamento territorial. É essa ou é aquela? Esse mapa cumpre essa função. É o mapa do preço, o mapa do custo para a sociedade ocupar o Distrito Federal. Agora, a gente tem, obviamente, olhando as áreas de risco alto e muito alto, pouquíssimas áreas que localizam quatro riscos. A gente está falando de 0,1% do território. Tem um pouquinho aqui no Pípiripau; têm manchas minúsculas. Depois a gente tem três riscos altos e muito altos, colocados dois 2,1% que são essas manchas aqui. Certo? Então são porções muito específicas do território que são caras para a gente ocupar. Vai custar no bolso de todos nós, obras de infraestrutura nessas regiões. A maioria do território, 31%, está com dois riscos apenas. Via de regra, contaminação e permeabilidade do solo, recarga de aquífero. Isso vai nos orientar, esse tipo de conhecimento, como foi dito também, vai nos orientar a procedimentos mais simplificados ou mais complexos de licenciamento. Se eu tenho que endereçar só contaminação, ou contaminação e erosão, ou contaminação e erosão e recarga o custo do investimento de infraestrutura vai ficando maior com base no risco.

Então eu queria só passar três exemplos de vocês, da subzona; você pode passar naqueles no final?

Então esse mapa a gente retoma aqui o tempo todo, porque é um mapa que nos dá uma medida mais objetiva. Primeiro dos riscos e segundo de um custo, de quanto vai custar ocupar esse território. Então, uma das subzonas, da zona de equidade social que é desenvolvimento produtivo com equidade para redução das desigualdades no DF, como a gente disse, 2/3 da população que é aquele 1,800 milhão de pessoas do Grupo 6, mas os 120 mil do Grupo 7 de vulnerabilidade, totalizam 2 milhões, dos 3 milhões de habitantes, que estão em uma condição econômica difícil no DF; 70% dessa população do G6 está localizado nesse eixo de Ceilândia a até Gama/Santa Maria. É uma porção com núcleos populosos, pessoas que estão com 3% de graduação, precisam de emprego, estão indo para a informalidade e essa população aqui ela é uma *prioridade* no atendimento do Zoneamento Ecológico-Econômico, em que pese esteja em uma área de risco colocada. Então cidades que estão se consolidando, têm aporte à EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

infraestrutura e ninguém vai desconstituir, só temos que pensar como melhorar a infraestrutura tanto ambiental quanto a urbana para a gente fazer face a esse desafio que é: não perder recarga; não ter contaminação, por exemplo, por fossa negra ou fossa séptica, porque isso vai contaminar os nossos mananciais, e questões assim.

Então a gente está integrando a questão social com a questão ecológica nesse mapa também. Então essa região aqui tem 1,200 milhão de pessoas em 2015, mas é uma área que custa ao Estado e à sociedade ocupar.

Você passa o próximo, por favor?

O que o ZEE propõe para ela? Ela tem 70% da população do G6, é essencialmente urbano; o PDOT, segundo o Thiago já informou, o núcleo metropolitano do futuro previsto no PDOT, na revisão, aponta para essa... Essa área aqui, que é Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, se consolidar como nova capital distrital, digamos, novo eixo econômico do DF, essa área ela está imediatamente no eixo de Brasília-Anápolis-Goiânia, que vem por aqui, que é o novo corredor que vai se consubstanciar como segundo maior do país, depois de Rio e São Paulo na circulação de pessoas e mercadorias. Então é uma subzona que precisa ser preparada para ser essa nova capital econômica, mesmo estando em uma área de recarga, mesmo sendo assim. Acho que a gente vai ter que enfrentar, criativamente, com responsabilidade, com sustentabilidade o aporte infraestrutura e as prioridades, inclusive discutindo a cidade compacta ou não, o espraiamento ou não – certo? – para a gente dar conta disso.

O que está sendo previsto? A gente está prevendo aí uma intensificação de comércio e serviços; as cidades deixarem de serem satélites e serem centralidades em si. A maturidade do tecido urbano e a integração desse tecido urbano é uma *prioridade*, por isso qualificar comércio e serviços. Nós temos, na porção final aqui, o Polo JK, um Polo Industrial que já existe. E nós temos discutido com o setor privado a dificuldade de levar em conta a importância dessa natureza industrial, justamente para gerar emprego e renda para essa população de 2/3 da população porque comércio e serviço não vai dar conta; nenhum dos outros dá conta da escala de desafio que a gente tem. Obviamente uma indústria não

poluente, a gente está falando de TI, a gente não está falando de automotivo, de manufatura bruta; a gente está falando da inteligência. Então, agregando valor e possibilitando que essa maioria de população jovem, com dois ou três anos de curso técnico, rapidamente se incorpore no mercado formal com dignidade e carteira assinada, porque isso é o que todo o mundo almeja e merece. Nós temos enclaves de áreas rurais importantes que precisam ser mantidas – tem Granja do Ipê, têm várias outras que são fundamentais de serem mantidas. Urbano não quer dizer..., zona urbana não quer dizer que é só ambiente urbano. Thiago nos ensina isso todos os dias. E a implantação, aproveitamento dessas vias de infraestrutura nesse sentido, da Brasília-Anápolis-Goiânia para as áreas de grandes empreendimentos logísticos que já estão lá e que precisam de um regramento. Esse é um exemplo.

Pode passar, por favor, a próxima.

Outro exemplo muito diferente desse é essa Subzona 5 que é o Taquari-Serrinha. Que é um caso de estudo muito interessante também. Ela também está em uma área que tem riscos e riscos altos, vão ter desafios bastante importantes; uma ocupação vai custar caro aos cofres públicos, não só implantação, mas a operação de infraestrutura.

[[Pode passar o próximo]].

E aqui ela tem uma vocação de proteção do Lago Paranoá justamente por causa da captação que vem para todos, não só esse emergencial, como essa que veio para ficar, da captação, consolidando, inclusive na relação da saída com Sobradinho, as possibilidades que devem ser avaliadas da proteção e das atividades de chácaras e também de comércio e serviços, no que couber dessa região.

[Pode passar o próximo].

Outro exemplo agora da outra subzona vai para essa região de Brazlândia, do Parque Nacional e da área do Rodeador. Então a gente tem Parque Nacional, Proteção Integral Federal, ICMBio está aqui presente. Nós temos as unidades da área rural, unidades Hidrográficas como o Rodeador, e tem a cidade de Brazlândia. Então as zonas e subzonas não estão vinculadas à terminologia do EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

PDOT, que é Rural, Urbana e Área Protegida. A gente está se desvinculando disso. O PDOT adota essa terminologia. Nós adotamos a subzona com base nos riscos sociais e nos riscos sócio ecológicos. Os riscos de vulnerabilidade ambientais e os riscos de vulnerabilidade sociais é o que define as zonas e subzonas. Percebam que aqui também temos um perfil majoritariamente de sobreposição de riscos altos e muito altos, principalmente na área rural; Brazlândia não faz parte desses riscos.

[Pode passar o próximo].

E, para essa região, é uma região de baixa ocupação humana; está no eixo de transporte de mercadorias pesadas que suscitam riscos desnecessário ao DF que é transporte de materiais perigosos nos dois braços do nosso principal manancial. Estamos discutindo com DER e DNIT uma outra via que passa por Goiás de forma a gente não ter nenhuma emergência ambiental, inclusive na discussão da circulação de produtos perigosos, visto que, de Brasília a Belém, ou Belém-Brasília é uma mercadoria que não passa por aqui, que não fica aqui; ela passa e vai embora. Então o risco tem que ser trabalhado ao nosso manancial. É um portal. Propomos que, por exemplo, que Brazlândia seja um portal de entrada da conservação para a exploração dessa riqueza aqui de Turismo, do N3, qualificado.

[Pode passar o próximo, por favor].

E o último exemplo é esse do vale do São Bartolomeu. Nós não vamos explicar as 13 zonas. Vocês receberam um caderno técnico; a revista tem a ficha de cada uma das subzonas; no plantão de dúvidas, nós teremos a oportunidade de “Eu sou morador de onde? Poxa, o que está previsto na minha subzona? Pode ler na revista ou pode ser dirigir ao plantão para discutir, e a gente concentrar aqui realmente as discussões de fôlego, mais polêmicas, porque existem e que a gente precisa enfrentar com tranquilidade, pedindo a todos, no caso, por exemplo, desse último exemplo aqui, que a gente faça reflexões não corporativas. A gente precisa nesse momento, estar unidos no Distrito Federal. É um momento de união. Essa é uma oportunidade que não precisa ser explorada com conflito. Vou dar um exemplo, exatamente dessa subzona. A gente tem aqui Jardim Botânico e São

Sebastião. Nós colocamos essa subzona do Jardim Botânico e São Sebastião, como uma subzona de proteção ao Vale do São Bartolomeu. Por que isso? O que tem a ver ambiente urbano? Porque aqui estão as nascentes do São Bartolomeu; porque o esgoto mal planejado e ainda sem infraestrutura, está vindo aqui. Só que esse vale maravilhoso que a gente em tem aqui, e que tem riscos altos, absorve Pípiripau e essa porção sul, esse é o nosso último manancial possível. É o último. A gente tem em 2040, uma necessidade, no Plano, por exemplo, da concessionária, de novos horizontes de água. E vai se discutir, se vai represar e barrar isso. Agora, como represar e barrar com lançamento de esgoto bruto, aqui, ou com lançamento de esgoto intensivo de Sobradinho, para esse de São Bartolomeu. Então, nas análises de vocês agora, e até essa Lei está vigente, as intervenções na Câmara, é de fundamental importância que vocês se coloquem no papel do outro. Nós não estamos fazendo uma discussão corporativa. Nós estamos fazendo uma discussão em prol de um DF melhor para todos.

Essa região, por exemplo, aqui, é difícil. Essa subzona tem uma área núcleo da biosfera, mas tem Park Way que é moradia. Entende? A gente não tem nenhuma zona que tem uso único e exclusivo. E vamos, tem área rural aqui também. Perto. Eu estou vendo aqui Prontag. Tem área rural aqui também; tem atividade econômica. Então, é só o N1? É o N1 e o N2? N1 é conservação; N2 é chácaras, agropecuária. Como esse serviço interessa? Bom, nessa escala interessa porque vai ter a escala da LUOS que vai discutir e a gente não vai trazer as dificuldades ou as vantagens da LUOS para cá, certo? Mas a gente precisa compreender que uma zona está interligada com a outra.

Então fazendo esse último comentário, eu queria só reiterar o nosso momento e a nossa oportunidade de ouvir a todos. Nós faríamos uma escuta qualificada; cada uma das opiniões vai ser registrada. Em 30 dias vão estar as falas das pessoas com as proposições e a resposta, no Portal. E agora somos todos ouvidos. Muito obrigada pelo comparecimento.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Obrigado, Maria Sílvia. Muito obrigado, Maria Sílvia.

E quero também estender o cumprimento a todos os servidores e servidoras, públicos, que participaram desse processo, que foram muito mais que aqueles que eu citei aqui; nossos amigos do Ibram, por exemplo, que estão aqui presentes hoje, da Adasa; tem gente também aqui, o PC do SLU, enfim, de todos os órgãos que participaram desse processo. Vamos às inscrições? Eu quero ter uma dimensão de quantos inscritos nós já temos. Uma renca. Uma renca. Deve ser o quê? Uns 100?

[Ininteligível - interlocução sem uso do microfone]

Eu vou chamando, então. Você vai chamando.

Eu só quero reforçar uma orientação porque alguns chegaram depois. Dúvidas específicas sobre a minha subzona, o que eu posso fazer lá no fundo do meu sítio, etc., nós estamos pedindo que vocês... Tem um plantão de dúvidas aqui ao lado. Se apresentem lá; faça as suas perguntas, se esclareçam. “Ah, não gostei do que vi” Volta aqui, se inscreve e apresenta a sua posição, a sua opinião. Para a gente não fazer uma discussão em plenário, do meu quintal; que é importante para a pessoa, é fundamental para a pessoa, mas a gente pode fazer de uma maneira mais, digamos, inclusiva.

Sr. (Mestre de Cerimônia) – Registrar a presença também do Marcos Vinícius, da Associação Nacional dos Engenheiros Ambientais; Roney Silva, representando o Movimento Nacional dos Catadores e Paulo Celso dos Reis, diretor do SLU. A Juliana e o Cassius vão chamar aqui as pessoas inscritas, por blocos, e para a gente ganhar tempo e objetividade, ele chama o grupo de uma vez e o grupo já fica aqui. Porque aí facilita para a gente não chamar e a pessoa demorar a se deslocar. Pode ser assim?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Hosana Alves, da Horta Orgânica; Josefa Ataíde, da Associação dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião; Navarro da Fibra e Sinduscom; Arthur Starling, da Associação dos Chacareiros do Park Way; Keila Borge, do Conselho Comunitário do Lago Sul; Nick Pezemus do Conselho Comunitário do Lago Sul.

[Ininteligível - interlocução sem uso do microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – A gente vai repetir aqui. Hosana, por favor, dois minutos. Está bom? A Juliana e eu vamos estar contando aqui para dar oportunidade para todos falarem. A gente pede contribuição aí dos companheiros e companheiras, porque assim em respeito às pessoas que pediram para falar, para a gente também ouvir as pessoas que querem se manifestar.

Sra. Hosana Alves (Horta Orgânica) – Bom-dia. Meu nome é Hosana, eu sou coordenadora de uma horta comunitária, a maior horta comunitária do DF. Fica em São Sebastião, fica em uma APP e eu estou querendo tirar uma dúvida aqui. Qual é a diferença de sistemas de áreas verdes, para parques? Porque a gente está pedindo para lá se transformar em um parque, para a gente salvar as últimas nascentes. Mas, recentemente, a gente recebeu um documento da Segeth, falando que lá está para ser um loteamento. Então a gente ficou muito chateado com isso e preocupado ao mesmo tempo. E aí a gente está muito preocupado com essa questão de uma área que tem três nascentes. A gente está lá há 12 anos cuidando, tirando lixo, limpando tudo. O secretário conhece a área lá. Nosso deputado lá da cidade já está coordenando uma campanha lá com a gente. Então a gente está muito preocupado com esse documento que a Segeth mandou, dizendo que lá está passível para construir lotes. Então a gente está bem preocupado com isso.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Quando houver intervenções de *(ininteligível - 01:49:58)*, ou a gente vai designar pessoa para lá, para o espaço para tirar dúvidas, e depois, no caso o Thiago se puder ir anotando, Thiago, a gente vai depois responder em bloco. José Ataíde.

Sra. Josefa Ataíde (Trabalhadores Rurais de São Sebastião) – Bom-dia a todos e todas. Eu represento o Grupo de trabalhadores rurais na luta por Reforma Agrária na área de São Sebastião; próximo a essa bacia do São Bartolomeu e aí eu vejo com uma preocupação essa questão de nós não estarmos, nossa subzona, não estarmos no N2 que é chácaras. Se nós não estamos com essa proporção, e nós moradores lá, e os não moradores conhecem a invasão da grilagem e a ocupação de solo em São Sebastião, que é tremenda e desordenada,

eu vejo isso com uma grande preocupação e não sei qual são os limites que o ZEE pode barrar nisso, nesse documento. Ou se é na Câmara essa barrada da grilagem, da invasão das áreas rurais para se tornarem urbanas; porque há de ter-se uma harmonia, mas dentro dos limites, dos espaços delimitados, eu gostaria de ouvir essa preposição sobre esse questionamento dessa área rural e aí, até aproveitando, dizer ali do pessoal do Lago Sul que diz “*Nós, do Lago Sul, queremos continuar...*”. Nós, de São Sebastião, da zona rural queremos continuar a área rural. Hoje nós já estamos exprimidos com a invasão da grilagem e o loteamento ao nosso redor. A nossa comunidade luta por preservação do ambiente, pela preservação da água, fazendo uso ordenado dos resíduos sólidos, enquanto isso, a invasão da grilagem que vai invadindo, chega destruindo tudo e fazendo com que essa ocupação se torne inviável para a Agricultura.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Lembrando que essa Audiência está sendo gravada e depois todas as intervenções vão ser degravadas e vamos fazer parte do conjunto de documentos do ZEE.

Sr. Antônio Carlos Navarro (Fibra e Sinduscom) – Bom-dia a todos. Estou aqui representando a Federação da Indústria e o Sinduscom. Meu nome é Antônio Carlos Navarro. Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar essa plateia que eu acho que é extremamente importante estar esse grupo todo aqui para discutir esse assunto de extrema importância. Vou cumprimentar o secretário André Lima, cumprimento as autoridades presentes; cumprimentando a Maria Sílvia, toda a equipe do ZEE.

A gente tem acompanhado o projeto do ZEE desde 2012. E a Fibra entende e apoia os itens estabelecidos pelo projeto. É importante imaginar que Brasília, que foi inicialmente concebida para ser uma cidade-estado, hoje tem seis vezes mais a população prevista, com distorções sociais seríssimas, que precisam ser corrigidas. Na verdade a gente tem trabalhado no sentido de poder propor, junto aos ZEE, alternativas para o setor industrial no DF.

E, para colaborar com essa proposta do ZEE, a gente tem algumas..., gostaríamos de ressaltar alguns pontos estruturantes para o setor industrial e

destacar algumas contribuições de ordem geral. No art. 10, faz-se necessário ressaltar a importância das ADPs, 3, 4, 6, 7, 8 e 9, para o setor industrial, uma vez que contemplam atividades produtivas de natureza N5. Nesse contexto, propomos inserção de um parágrafo 2º no art. 10, detalhando a vocação das ADPs, por meio da política de desenvolvimento sustentável do DF, mencionada no art. 57, a revisão de redação do inc. IX do art. 10, ampliando a vocação da ADP para outras atividades industriais.

A revisão do art.23, que assegure a implantação da ADP 3, onde é necessário descrever as diretrizes relativas à atividade produtiva de natureza N5 para essas áreas.

Propomos a extensão dos incentivos previstos no art. 16, inc. IV, voltados para as atividades de natureza N2, para as atividades de natureza N5.

Inserir inc. IX no art. 15, provendo incentivos diferenciados e progressivos na implantação de atividades produtivas. Com relação à infraestrutura, observamos que a questão relativa à energia, foi abordada de forma superficial, devendo ser reforçada no texto do PL nas diretrizes gerais das zonas, conforme art. 15 e 21.

Na verdade, esse ponto, foi colocado para ser reforçado, a exemplo do que a gente tem hoje no Polo JK, em que a energia que é recebida no Polo, é de baixa qualidade, com bastante oscilação, com incidência de cortes muito grande isso tem trazido um prejuízo brutal para as empresas que estão ali instaladas. Na verdade a Fibra já tem trabalhado há muito tempo, solicitando à Caesb que se instale uma subestação no Polo, mas, até hoje isso não ocorreu. E tanto é verdade que a maioria das empresas lá tem gerador próprio; ou seja, além de ter um custo adicional, tem um elemento poluidor ali, sem necessidade, já que poderíamos ter ali uma energia com mais qualidade.

Sobre o Licenciamento Ambiental, solicitamos inserir no art. 39, a diretriz “Racionalizar e dar celeridade aos procedimentos de Licenciamento Ambiental, por meio de Portal Eletrônico simplificado, utilizando estruturas parametrizadas que promovam o auto licenciamento”.

Propomos inserir no art. 21, inc. VIII, que é necessário regulamentar as normas edilícias no tocante à captação da água da chuva e de reuso de água, bem como explicitar que tais regras deverão vigorar somente após a sua instituição. Além disso, estudar mecanismos que estimulem, que tais regras possam alcançar os empreendimentos já existentes.

No tocante à estrutura de governança, a Federação das Indústrias defende a criação de um organismo privado, de gestão da política industrial, deverá estar inserido na PDP, no art. 57.

Sugerimos também a criação de um instituto de Tecnologia, com gestão privada, para suprir as necessidades de soluções e de serviços tecnológicos.

Então, diante disso exposto, a gente espera ter colaborado com o projeto, em análise e mantemos aberto o espaço de diálogo e o aperfeiçoamento desse importante instrumento de gestão do ZEE/DF.

Queria, só para finalizar, mostrar a importância do projeto para o setor econômico do DF, a diversificação da economia do DF, a gente tem que considerar que a nossa economia, ela está calcada, em parte, no serviço público, nos serviços e no comércio. Na verdade, a renda auferida no DF, ela é consumida no próprio DF. Ou seja, no momento em que agora a gente vê toda a estrutura do governo, principalmente, reduzindo suas contratações, isso vai ter um reflexo grande no comércio e serviços. Obviamente, a nossa única opção é realmente criar e recriar o espaço da indústria no DF. A indústria tem dois fatores importantíssimos; nós acabamos de ver aí com 1,800 milhão de pessoas, quer dizer, como dar emprego, como gerar uma economia que agregue essa mão de obra? Na verdade, a indústria, tem a capacidade de gerar empregos em grande número; ela tem a vantagem de poder internar recursos no DF; ou seja, produzir aqui e vender para o Brasil e para o mundo, e ao mesmo tempo internar recursos no DF. Daí a importância da indústria nesse contexto.

Então agradeço a todos, secretário. Maria Sílvia, parabéns pelo projeto.

Obrigado.

Sr. Cassius – Cassius. Senhor secretário da Audiência. Falaram cinco, até agora, é isso?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Não, esse é o terceiro.

Sr. Cassius – Esse é o terceiro?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – É.

Sr. Cassius – É mesmo?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – É.

Sr. Cassius – Que bom. Vão falar cinco. É isso, não?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Importante o registro de que pessoas que estão trazendo documentos, muitas vezes não dá para ler o documento inteiro, é mais complexo e tal, a gente pede que diga aqui, “Registro que estou trazendo um documento tal”, protocole aqui, pegue um recibo da nossa Assessoria, que ele vai ser considerado também, tá?

Dr. Arthur Starling (Advogado da Associação dos Chacareiros do Park Way)
– Bom-dia a todos, bom-dia à mesa, aos presentes. Sou Arthur Starling, advogado da Associação dos Chacareiros do Park Way.

Nós temos aqui umas sugestões de alterações do texto que vai ser protocolizado mais tarde, mas queria destacar aqui, pelos que já falaram e que vão ainda, a grande presença da área rural, que está muito preocupada nessa questão do ZEE, está trabalhando junto a comissão aqui formada para trazer melhoria aos textos, e queria também destacar que o discurso do secretário Thiago, do André, da Maria Sílvia, vai todo de encontro com as nossas preocupações e as nossas sugestões de alterações. Nós estamos... basicamente, cinco alterações na redação do texto, que nós vamos sugerir, dentre elas, e aqui até uma questão de avanço nessa colocação que vocês fizeram, e até um pedido de coragem para enfrentar isso, nós acrescentamos um inciso no art. 5º, que trata dos objetivos específicos do ZEE. Eu vou tomar a liberdade de ler ele especificamente aqui, que eu acho que vai de encontro com toda a ideia da permeabilidade do solo, produção de água, que é:

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Art. 5º, inc. IX – *“Incentivar a existência e permanência de áreas com atividade rural ou ambiental efetiva em todas as zonas, em especial àquelas inseridas nas zonas urbanas como estratégia para o aumento do nível de permeabilidade do solo e de produção de água”.*

Você vê que é uma redação simples, mas eu acho que vai bem de encontro com tudo que foi dito... Isso, que vai ao encontro...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Perfeito. Que casa com as ideias aqui já expostas. Não, não... Vai somar, né? Além disso, temos outras alterações. Essa, talvez, seja a mais importante, que eu acho que atende toda a demanda de boa parte do meio rural, e é uma oportunidade que tem para esse povo que trabalha, que traz uma barreira à expansão urbana, ao adensamento, especulação imobiliária e tudo isso. Tem uma função muito importante, não só ecológica, econômica e social envolvida nessa questão, e eu acho que pode ser muito bem incorporado aqui ao texto do ZEE, é uma oportunidade muito grande para que isso seja feito. E outras sugestões que a gente coloca aqui, e é uma coisa mais...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

(...) de compatibilização de legislações, recentemente foi aprovada a Lei nº 5.803 do DF, aqui de 2017, que trata da regularização das terras públicas rurais. Então, a gente sugere aqui no texto algumas alterações que compatibilize os termos técnicos que lá se encontram, e os instrumentos técnicos com aqueles que já estão previstos aqui no ZEE. Isso eu não vou falar aqui, porque é muito mais técnico, mas a gente vai estar registrado, vamos protocolizar, e eu espero que vocês leiam, atendo isso com muito carinho, e consigamos avançar nesse ponto.

Obrigado.

[Aplausos]

Sr. (Mestre de Cerimônia) – Keila.

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) – Meu nome é Keila Ribeiro Borges, eu faço parte do CCLS. Vou trocar os óculos aqui, um minutinho. É o Conselho Comunitário do Lago Sul.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Eu vou protocolar esse documento por inteiro, porque eu tive que tirar algumas partes em respeito ao tempo. Nós estamos aqui em favor do ZEE, com ressalvas. Não somos corporativistas e nem bairristas, apesar de eu estar aqui com a minha camiseta. Estamos aqui, e sim, tentando juntas nossas forças para o bem comum, a cidade. De todos nós. Então, vou ler aqui um documento que vai ser protocolado por inteiro.

“Prezado Senhor Secretário André Lima, prezados
senhores e senhoras,

Nós da Comunidade do Lago Sul e Lago Norte há anos trabalhamos pela preservação das características básicas de nossos bairros. Eles foram criados para serem um espaço com predomínio de residências, com terrenos relativamente grandes, com amplas áreas verdes, tanto dentro dos lotes, quanto nas vizinhanças. O comércio sempre foi instalado nos setores apropriados e conforme o planejamento original de Lúcio Costa. Esta é a identidade que nos une. As áreas verdes não foram instituídas em vão, elas têm função ecossistêmica e promovem um microclima mais úmido, com temperaturas mais amenas, em pleno Planalto Central; e na situação que nós estamos vivendo atualmente. Apenas para citar alguns serviços que o Lago Sul e Norte prestam a todo o DF, vejamos aqui: as áreas verdes e unidades de conservação são responsáveis pela manutenção da permeabilidade do solo e do regime hídrico, prevenindo contra inundações, enxurradas, colaborando com a recarga de aquíferos e evitando o comprometimento do abastecimento público de água em qualidade e em quantidade.

Segundo: atenuação de desequilíbrios climáticos intraurbanos, tais como excesso de aridez, diminuição da

temperatura, o efeito ilha de calor e o efeito estufa, que estamos vivendo agora nesse momento.

Terceiro: a proteção do Lago com a diminuição da poluição das águas e do assoreamento.

Quarto: a função ecológica de refúgio para a fauna e de corredores ecológicos que facilitam o fluxo gênico.

E quinto, por último, e não menos importante, a proteção do solo, prevenindo erosões.

O Lago Sul e Norte são regiões que contém o maior percentual do Cerrado contínuo íntegro – vocês sabiam disso? Em grande parte, isso se deve a estarmos 100% dentro das Unidades de Conservação, 100%. Há Áreas de Proteção Ambiental do Paranoá e APA Gama Cabeça de Veado. Nessas regiões, também, estão contidas a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília, o Jardim Botânico de Brasília, a Reserva Ecológica do IBGE, a Estação Ecológica da UnB, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico Capetinga e Taquara, a Área de Relevante Interesse Ecológico do Cerradão, além de diversos parques ecológicos e distritais, como Garça Branca, Península Sul, Vivencial do Anfiteatro Nacional do Lago Sul, Canjerana, Dom Bosco, Copaíba, Bernardo Sayão. Assim, como vocês podem perceber, temos uma biodiversidade significativa e de importância estratégica para o Distrito Federal. Sem contar que o Lago Sul faz parte do programa da Unesco de Reserva de Biosfera. É nossa obrigação legal, pelos princípios do direito de prevenção e precaução, sermos um bairro onde o verde, os espaços abertos com parques ecológicos e baixa densidade populacional, deve ser a palavra de ordem de qualquer proposta ou revisão de instrumentos de organização territoriais e ambientais.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Estou sabendo. (...) e mesmo na implantação de planos, obras, atividades públicas e privadas. Fazemos parte do entorno da área tombada do conjunto urbanístico de Brasília. Na prática, significa que não podemos comprometer a linha do horizonte do sítio histórico, com excesso de construções urbanas que perturbam a visibilidade e ambiência dessa região. Isso está definido pela Portaria do Iphan, nº 68 de 2012, onde a Bacia do Lago Paranoá passa a ser a área de tamponamento do sítio, estando toda a RA do Lago Sul no setor de entorno 5, onde qualquer projeto não pode ultrapassar o limite de nove metros. Nesse ponto, cabe aqui falarmos na proposta de expansão do Aeroporto Internacional do JK pela empresa...

[Aplausos]

(...) pela empresa – obrigada – pela empresa privada Inframérica, afinal, o sítio aeroportuário está dentro do Lago Sul, que, por conseguinte, está 100% no interior de uma Unidade de Conservação, a APA Gama de Cabeça de Veado. O único ponto claro para nós é a proposta de retirada do maior fragmento contínuo de Cerrado na bacia do Córrego do Cedro. Sem contar propostas de prédios acima da altura permitida pela Portaria do Iphan citado, com função comercial para turismo e lazer, que não é atividade fim do Aeroporto; vamos combinar. Podemos afirmar que a luta é árdua, chegando ao ponto de termos casos bizarros. A ação de desobstrução da orla, que deveria ser o ponto de referência para recuperação e reflorestamento da Área de Preservação Permanente do Lago Paranoá, de forma a proteger as águas do Lago, se transformou em uma preocupação mal planejada pelo GDF através da construção de uma ciclovia de quatro metros de largura de asfalto, sem

nenhuma permeabilidade; quatro metros; isso é uma ciclovia? O GDF prioriza o lazer urbano para seis mil pessoas por semana, afrontando a prioridade pública de abastecimento de água para mais de 600 mil pessoas por dia e menospreza a preservação do meio ambiente, que beneficia mais de três milhões de cidadãos do GDF.

[Aplausos]

Estamos diante de um paradoxo, senhores. O Lago Paranoá, o Lago Sul e o Lago Norte estão inseridos dentro de uma imensa Unidade de Conservação denominada APA do Lago Paranoá. Deve ser prioritariamente preservada, não só para essa geração, como para as futuras gerações, haja visto sua importância existencial (...).

Sr. (Mestre de Cerimônia) – Vamos observar o tempo, por favor.

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) – “(...) para a população do DF”. Vou acabar.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Não, mas é que já concluiu o tempo.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) – Pode falar.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Você vai concluir até o final. Ela vai concluir até o final, mas acho importante a gente resgatar aquilo que eu falei no início. Não é que é pouco tempo para cada um, é todo tempo de agora até às 17 horas, todo o tempo desde a primeira fala até às 17 horas, é de todos. Então, a gente precisa distribuir esse tempo entre todos, de maneira igualitária. Todo cidadão aqui tem o mesmo direito. Se um falar oito minutos, o subsequente virá cobrar de mim a necessidade de falar oito minutos.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Só um instante. Ela vai continuar, ela vai concluir, mas eu quero deixar esse registro para que, a

partir de agora, todos os que vierem falar considerem que depois tem algumas dezenas de pessoas também para falar, tá? E todos terão todo o tempo até às 17 horas, mas se um tomar 20 minutos, dez minutos, nós vamos estar tirando tempo de outras pessoas. Conclua, por favor.

[Aplausos]

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) – Eu não quero prejudicar ninguém aqui, tá? Mas eu acho de uma extrema relevância que todos nós escutemos isso. Bom,

“Estamos diante de um paradoxo, o Lago Paranoá, o Lago Sul e o Lago Norte estão inseridos dentro de uma imensa Unidade de Conservação denominada APA do Lago Paranoá. Deve ser prioritariamente preservada, não só para essa geração, como para as futuras gerações, haja visto sua importância existencial para a população do DF, tanto a nível de uso da água, quanto a nível de manutenção das áreas verdes, suas Unidades de Conservação e Corredores Ecológicos da APA. Portanto, por que o ZEE, em seus mapas e diretrizes, passou por cima da APA do Lago Paranoá, seu serviço ecossistêmico essencial, para focar em uso turístico com lazer de alto impacto? Essa é uma pergunta que vou deixar para vocês. Por que a outorga da captação de água do Lago Paranoá não está especificada nos mapas do ZEE, especificamente...”.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Concluindo, por favor.

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) –

“(…) na página 16? Temos informações contundentes do grupo técnico da Caesb que a captação de água do Lago Paranoá para consumo humano, outorgada desde 2015, foi amenizar a crise hídrica, mas não resolverá o problema se não houver maior adensamento urbano dentro da APA do

Lago Paranoá e sua APP não for fortemente reflorestada e se esse ZEE for aprovado como está”.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Concluindo, por favor. Concluiu?

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) – Não, eu vou...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Protocola o documento...

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) – Eu vou protocolar...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Por favor.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Amigos...

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) – Eu vou concluir.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Não, já concluiu.

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) – Eu vou concluir, André. Eu vou te ajudar aqui...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Por favor. Você vai protocolar o documento...

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) –

“Por fim, queremos deixar claro que estaremos sempre a defender a necessidade do instrumento do ZEE como norteador...”.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Não, deixa ela concluir, por favor. Não senhora, por favor.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) –

“(…) Como norteador do ZEE, como norteador dos demais instrumentos de ordenamento territorial. Mas, André (...)”.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Conclua.

Sra. Keila Ribeiro Borges (Conselho Comunitário do Lago Sul) –

“(…) É preciso que se entenda que nossos bairros têm vocação residencial e ambiental. Isso faz parte da nossa história, da nossa identidade, que não queremos apagar. Diante da gravidade da crise hídrica, André, é inadmissível que o ZEE tenha deixado de fora a captação de água do Lago, outorgada em 2015, e do serviço ambiental prestado pela APA do Lago Paranoá. Portanto, senhores, vamos juntos, juntos, começarmos um ciclo verdadeiramente virtuoso, de desenvolvimento sustentável, para o bem de nossa coletividade.”

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Amigos, eu vou pedir agora uma atenção de todos. Seu óculos aqui, Keila. Eu quero pedir uma atenção de todos, e a gente pegar essa fala como exemplo. Se todos aqui estiverem com essa disposição de ler seus documentos até o final, eu não tenho problema, vou ficar aqui até às 17, posso ficar até mais, mas eu quero saber se todos estão de acordo com cada um vir aqui e falar o tempo que quer.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Levanta a mão quem é contra cada um falar o tempo que quiser.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Com licença, está fixado... O tempo está fixado.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

O regimento... Por favor, gente. Eu vou pedir para a gente fazer de novo um minuto de silêncio para a gente se acalmar.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Todos... Todos... Com licença, meus amigos. Todos..., todos vão falar.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Todos vão falar. Nós fixamos dois minutos, o regimento... nós...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Com licença.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Eu quero pedir o respeito ao regimento e à mesa. Nós definimos, no regimento, que será dois minutos, que terá uma tolerância, a pessoa pode se inscrever novamente, tem grupos aqui que estão representados, não precisa ter uma só pessoa para falar. A pessoa pode se inscrever para falar mais uma vez pelo mesmo movimento. Agora, como eu estou dizendo aqui, vou voltar a dizer, e dizer com muita tranquilidade, o tempo é de todos. Se é de todos, não é de um só. Então, vamos respeitar o regimento. Nós temos um tempo de dois minutos, quem tiver documentos longos, resuma o seu documento e protocole, que ele vai ser considerado, inclusive vai estar publicado. Nós vamos publicar todos os documentos, tá? E quem quer falar mais, se inscreve novamente e volta para falar. Tá bom? Por favor, mantendo a sequência.

Sr. Clássius – Juliana, próxima.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sra. Nick (Conselho Comunitário do Lago Sul) – É Nick, do Conselho Comunitário do Lago Sul, em respeito à plateia, à mesa, eu abri meu tempo para a Keila e prossegue, então, a participação de todos.

[Aplausos]

Sr. Clássius – Obrigado. Próximo.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Ótimo.

Sr. Clássius – Próximo. Vamos chamar aqui...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – E a mesa vai esclarecer agora algumas coisas. Vamos fazer algumas considerações sobre o que foi falado, mais um bloco. Mais um bloco, Clássius.

Então, eu vou pedir para as pessoas que estão inscritas: o deputado Lira, Antônio Edson, Edson Toledo, Cesar Victor, Adriana Ishiara, Fernando Varandas, Flávia Ribeiro.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Então, o primeiro aqui o deputado Lira, se encontra aqui?

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Antônio Edson? Por favor.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. Antônio Edson – Eu vou procurar ser bem rápido e objetivo. Eu já protocolei as minhas sugestões, mas algumas eu gostaria de falar. No art. 12º, quase todos os incisos usam a palavra “*prioritariamente*”. A nossa proposta é trocá-la por “*predominantemente*”, porque “*prioritariamente*” dá uma questão de valor e pode prejudicar a regularização ambiental de atividades já implantadas. Então, é um detalhe mínimo, mas que pode ser muito prejudicial. Em outro ponto, falo que, na zona de... SZSE 2, que é aquela lá do norte do DF, ela está só para atividade N1 e eu já chamei atenção uma vez para o seguinte, lá nós temos a Bacia do Rio Maranhão, é uma região pouquíssimo habitada, e pode ser o nosso manancial, é muito importante. São vales encaixados, que dá para fazer barragem sem inundar grandes áreas. Então, leve-se em conta isso, incluir essa questão nas diretrizes. Outro ponto, na SZSE 5, que está previsto só atividade N1. Essa SZSE 5, além de ela pegar vários condomínios do Park Way, ela pega a Vargem Bonita, ela pega o Núcleo Rural do Córrego da Onça, ela pega várias áreas de chácara, então a gente está solicitando que se inclua atividade N2, até porque é compatível com a questão de manter a permeabilidade do solo e proteger a vegetação. OK. Tudo bem.

[Aplausos]

Sr. Clássius – Muito obrigado. Próximo. Edson Toledo. Não é o Cesar não, é o Edson.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. Edson Toledo (CEEMA) – Bom-dia a todos, meu nome é Edson Toledo, represento aqui o Centro de Estudos em Economia, Meio Ambiente e Agricultura EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06
SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106
70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

da UnB, lá do Departamento de Economia. Já fiz essa colocação em outra reunião, do ZEE, e protocolei as alterações que a gente está imaginando como pertinentes. Eu acho que o Zoneamento Ecológico Econômico tem a base ecológica, por isso que o “ecológico” vem na frente, mas ele precisa também ter uma base econômica. Eu acho que, um dos capítulos que, dentro dos instrumentos do ZEE que está faltando, seria a componente econômica, que a gente, apesar de contemplar dentro das diretrizes, a gente não tem. A outra questão seria de introduzir mecanismos de compensação financeira por preservação de área verde e área de ecossistema natural. A gente fala muito de serviços ecossistêmicos, né? Então, a gente precisa ter uma compensação desses serviços que são prestados e isso vai se dar por meio da criação de mecanismos e eles, como o projeto do produtor rural, que a Ana desenvolve – produtor de água – desenvolve, ele está com base em recurso orçamentário. A gente não pode estabelecer mecanismos de compensação financeira que envolvam novamente recursos de orçamento, a gente não tem essa capacidade, a situação fiscal não permite isso, e isso não envolve uma base sustentável de introdução de um mecanismo de compensação financeira. Então, assim, como a gente define Zonas de Recarga e Zonas de Adensamento, a população dessas Zonas de Adensamento precisam pagar um IPTU ou alguma forma de oneração para que a população que reside em áreas de recarga seja compensada. Então, a gente precisa... a gente fez as propostas, encaminhou isso por escrito, mas eu ainda acho que um capítulo dentro dos instrumentos do ZEE precisa contemplar melhor a questão da base econômica e desenvolvimento econômico.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Bom, acho que agora a gente abre para responder o primeiro bloco, foram sete, não é isso? Foram sete... oi? Sim. Quando a São Sebastião, que foram duas manifestações, e as duas têm caráter muito parecido, é preciso esclarecer. Nós temos, desde junho de 2016, o programa Habita Brasília, que tem cinco eixos e um dos eixos chama “Lote Legal”, e como não sei da especificação da área, nós temos já duas áreas bastante grandes, uma com uma oferta de mais de três mil moradias e uma com cerca de cinco mil, que são do Morar Bem, ainda advindos da gestão anterior,

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

vinculados ao Minha Casa, Minha Vida, que são o bairro Crixá e o Bairro Nacional. O Bairro Crixá, de fato, ele tem licença prévia e ele está buscando sua viabilização financeira junto ao Governo Federal, e o licenciamento final, que é o licenciamento de... quer dizer, final não, mas o licenciamento para início das obras, que é a Licença de Instalação, junto com o Licenciamento Urbanístico. O Nacional, nós retiramos do escopo do Minha Casa, Minha Vida e, obedecendo as diretrizes da Caesb de praticamente impossibilidade de fornecimento de água para o Bairro Nacional, ele fica e volta para o acervo do Habita Brasília. Todas essas áreas são áreas previstas no PDOT para provimento habitacional. Os estudos indicam que a maior demanda por habitação – e eu vou entrar na outra questão, que a senhora que falou do combate à grilagem evocou – a área de São Sebastião é a área com maior déficit habitacional e com maior necessidade, ela e Ceilândia, maior necessidade de provimento habitacional. Então, o Bairro Nacional passa a integrar de novo o acervo do Habita Brasília para o provimento Lote Legal e a área do Bonsucesso está em fase também de licenciamento. Então, por que nós estamos fazendo habitação ali? Porque há, de fato, tanto estatisticamente como demograficamente, quanto previsão no PDOT, há urgente e candente necessidade para evitar e fornecer o outro lado do combate à grilagem, que é justamente tirar a pressão da ocupação irregular do solo e a Agefis vem apreendendo vários esforços lá, tanto na ação de pronta resposta, quanto na ação de grande proporção nessa questão do refreamento a essa ocupação irregular. A Agefis já desocupou, desde o começo de 2015, mais de 15 milhões de metros quadrados...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

(...) em uma ação que, por hora, ela é combatida por uma parte da sociedade, mas que eu acho que no cômputo geral daquela sociedade que não se manifesta, ela é bastante bem vista, a gente tem pesquisas sobre isso, e ela realmente tem um foco prioritário nas questões ambientais e de água. Então, depois a gente vai respondendo. É um por um que a gente vai respondendo?

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

E quanto à manifestação depois do representante do Sinduscom, como vai protocolar o documento, nós vamos analisar algumas coisas que parecem EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

pertinentes, outra precisam de análise jurídica mais precisa, mas a questão que foi levantada aqui pela comunidade do Lago Sul, eu acho que é preciso esclarecer, tem que também estabelecer qual o alcance, qual a finalidade do ZEE. O ZEE não é um registro de ações administrativas, então não cabe ao ZEE registrar uma outorga. Algumas coisas parecem um pouco fora do escopo do documento. Agora, o quê que é preciso colocar? A PDAD de 2015, 2016, registrou um decréscimo populacional no Lago Sul de cerca de duas mil pessoas. É importante que se esclareça conceitualmente que, ao invés da percepção, talvez intuitiva, das pessoas de que nós estamos adensando a cidade, seja em ações de planejamento urbano, seja o ZEE, ou seja qualquer movimento espontâneo da população, na verdade, as cidades têm perdido densidade. O quê que significa? Aumenta a população, da ordem de 60 mil pessoas/ano e diminui densidade. O quê que isso significa? Espraçamento, maior ocupação de território, normalmente a expansão nas fronteiras agrícolas, para as fronteiras agrícolas, e a expansão em áreas de proteção ambiental. Então, na verdade, o Lago Sul tem uma densidade habitacional, populacional, de menos de sete habitantes por hectare, isso é considerada baixíssima, e vem perdendo densidade. A perda de densidade tem razões, obviamente, no planejamento, mas ela tem uma razão demográfica muito importante, por isso ela é uma tendência mundial, é o número de pessoas por família. O número de pessoas por família vem diminuindo radicalmente nos últimos 30 anos, então é preciso colocar essa questão, é preciso também colocar a questão que a desocupação da orla tem uma via de quatro metros, não é uma ciclovia de quatro metros, é uma via compartilhada com dois metros e meio, como manda a Norma Nacional para ciclovia de duplo sentido, mão e contramão, e mais um e meio para caminhada e Cooper. E a determinação de que ela fosse de asfalto, ela é uma determinação da área ambiental, pode parecer em um primeiro momento contrassenso, mas não é, porque o asfalto, controlado e implantado no primeiro momento, já não gera danos no momento seguinte, enquanto a proposta original de pedrisco compactado poderia carrear, no longo prazo, sedimentos para o Lago Paranoá, então é uma ação que tem sido muito bem controlada, muito bem implantada, e, ao mesmo tempo, já com plantio, replantio de diversas espécies, e aí nos precisamos também debater, dentro da comunidade do Lago Sul e no

Conselho do Lago Sul, as questões de danos ambientais causadas pela ocupação dessas áreas públicas, seja no fundo dos lotes, porque são áreas públicas, seja na beira do Lago Paranoá, com captação, inclusive, ilegal de água do Lago Paranoá, e impermeabilização, sim, dessas áreas verdes, que eram áreas públicas também.

[Aplausos]

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Só para colocar um outro questionamento que foi feito, os membros da mesa não responderam. Nós temos alguns estudos mostrando a importância da implantação de áreas verdes, principalmente com árvores, indivíduos arbóreos, vi um impacto positivo nisso sobre a saúde humana. Um dos capítulos do ZEE trata, estudos técnicos, mostra que a implantação de área verde com indivíduos arbóreos, no raio de dois quilômetros e meio da residência da pessoa, reduz em 50% o risco de internação cardiorrespiratória, de internação, não é porque passa mal, de internação. Então, a gente tem um mapa da poluição e dos riscos de internação que vai, pega a Asa Sul e se espalha por Guará e passa no Eixo até chegar em Ceilândia, aí estão os maiores problemas respiratórios vinculados à mobilidade por pequenos veículos, veículos de passeio. E aí estão os maiores índices de internação por problemas cardiorrespiratórios de poluição veicular. Então, além do ZEE propor um sistema de monitoramento, ele vem com força propondo que as cidades discutam, as comunidades, como vai ser a integração dessas áreas verdes em prol da qualidade de vida. A pergunta que foi feita pela colega do Movimento de Reforma Agrária perguntava a diferença do sistema de área verde com parque. A integração desses parques tendo os conectores compõe o sistema integrado de áreas verdes dentro das cidades e entre as cidades dos eixos principais, então era só um esclarecimento. É utilizar todas as áreas verdes que a gente tem no ambiente urbano, desde praça até Unidade de Conservação; integrar isso no mosaico que favoreça, possibilite não só o fluxo gênico, a questão da biodiversidade, mas também que tenha um impacto objetivo na saúde humana e nesse sentido, você ter grandes áreas; elas filtram o ar para todos, mas você ter pequenas áreas importa de fato para a saúde humana do morador daquela área, então essa era a resposta em relação à diferença, a gente precisa integrar os

parques no mosaico, chegando a um sistema de áreas verdes, e hoje não tem Política Pública e nós estamos caminhando para isso.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. Clássius – Dando sequência, Cesar Victor, da Funatura.

Sr. Cesar Victor (Superintendente Executivo da Funatura) – Bom-dia a todos e todas, sou Cesar Victor, do Espírito Santo, da Fundação Pró-Natureza Funatura e também do fórum das ONGs do Distrito Federal e Entorno. ONGs ambientalistas. Então, a gente tem, primeiramente, gostaria de parabenizar aqui essa iniciativa do Governo, desde que foi feita a Constituição em 1993, que está previsto o dispositivo do ZEE. O Movimento Ambientalista do Distrito Federal, por meio do fórum das ONGs, tem batalhado para que o ZEE se torne uma realidade e, pela primeira vez, a gente vê que há uma intenção clara de que isso vá para frente e isso realmente é digno de elogio, a gente gostaria de registrar isso aqui.

Gostaria de sugerir que na parte do ZEE que fala das Zonas Econômicas... de Serviço Ecosistêmico, são cinco, né? Eu gostaria de ver que as Unidades de Proteção Integral que coincidem com a Reserva da Biosfera fossem destacadas no mapa, estivessem claramente, porque são Áreas de Proteção Integral e não podem ter outra destinação senão a conservação do patrimônio natural, então quando a gente olha o mapa, a gente vê que tem as cinco Zonas dessas subzonas, de Serviços Ecosistêmicos, mas o Parque Nacional, a Reserva Biológica, Ecológica do IBGE, do Jardim Botânico, Seção Ecológica do Jardim Botânico, Seção Ecológica Águas Emendadas, estão perdidas dentro dessas subzonas, a gente gostaria de sugerir que essas Unidades fossem uma...

[Aplausos]

Sr. Cesar Victor (Superintendente Executivo da Funatura) – (...) fossem, realmente, destacadas como a subzona desse conjunto de cinco subzonas aqui. Então, é importante para o cidadão daqui do Distrito Federal verificar que existe um Parque Nacional, que existe uma Estação Ecológica, para evitar propostas estapafúrdias de querer cortar o Jardim Botânico no meio, a Estação Ecológica do Jardim Botânico, com a estrada, justificando que vai melhorar o fluxo. Então, a gente não pode concordar com isso, mas eu gostaria de dar essa sugestão. No

mais, eu acho que tem grandes avanços e gostaríamos realmente de ver esse Zoneamento se concretizando.

Muito obrigado.

[Aplausos]

Sr. Clássius – Temos aqui a Adriana, o Fernando e a Flávia. Adriana. Fernando e a Flávia estão por aqui? Por favor, já fique aqui perto, por gentileza. Adriana, por favor.

Senhora – Qual Flávia?

Sr. Clássius – Flávia Ribeiro.

Sra. Adriane – Bom-dia, bom-dia a todos.

Eu gostaria de parabenizar pelo trabalho em prol do Zoneamento Ecológico-Econômico do território, parabenizar o Ministério Público, a Dra. Marta, em prol da menção do desenvolvimento sustentável, especialmente pela conscientização do limite ambiental, dado pela capacidade do suporte do meio ambiente em fornecer recursos naturais. Com certeza, Dra. Marta, ir além da capacidade de suporte resultará no extermínio do recurso natural. Diante dessa capacidade de suporte, é urgente rever os mapas de outorgas de captação de água da pág. 16 do ZEE, que desconsiderara o Lago Paranoá, com outorga concedida desde 2015. Um recurso, antes tido como potencial de reserva remanescente, desde 2010 vem sendo planejado para uso como única saída viável diante da gestão irresponsável. E, hoje, é a única saída emergencial, com projeto de captação, inclusive, por balsa. Ouvimos do secretário André Lima que produção de água é um serviço ecossistêmico. E vai ter que responder o gestor que não o realizar. Sendo o Lago Paranoá um fornecedor de água, um recurso essencial para a vida, a vocação da área e do serviço da área de influência, que é dada, não por nós, pelo EIA/RIMA da Caesb, deve ser vista como Zona de Prestação e Serviço Ecossistêmico e os mapas do ZEE devem ser ajustados para tal. Ainda diante do conceito de capacidade de suporte, temos a permeabilidade como elemento importante para o Zoneamento. Porém, não pode ser único, pois o equilíbrio ambiental depende de árvores e de vegetação para que setores

urbanos não se tornem ilhas de calor, como mencionou, novamente, o secretário André Lima. E isso pode gerar custo para o DF.

Um exemplo, só para vocês entenderem, o professor de Engenharia Florestal da UnB, ensina que uma árvore de 20 metros corresponde, funcionalmente, ao efeito produtivo de um ar-condicionado ligado por 24 horas, uma árvore de 20 metros. O inverso: cada ar-condicionado gera mais calor para fora, refresca dentro, gera calor para fora, vamos precisar de mais árvores para compensar o ar-condicionado, cada um. Cada local impermeabilizado gera muito calor. Cada carro a mais gera muito calor. Cada vidro, espelho, cada conjunto de prédios com muitos andares, vai gerar muito calor. Resultado: ilhas de calor. Bom, temos que ver que ilhas de calor são custos para o Estado.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

E isso é contra o efeito estufa.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Três minutos, tá?

Sra. Adriana – Tá. Isso é contra o efeito estufa, então como o Thiago falou de compacidade, ou cidades compactas, a gente tem que ter muito cuidado com o efeito estufa, com as ilhas de calor. As compacidades podem ser muito interessantes, desde que não sejam ilhas de calor. A infraestrutura tem que vir antes do planejamento ou da realização do que já estão consolidado, ou vai ser resultado alugar gerador e produzir mais, mais e mais calor. Ninguém vai quebrar tudo para fazer a infraestrutura, então vamos fazer compacidade para o futuro, vamos deixar pouco custo agora. Quanto à fala do secretário André Lima...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Concluindo, por favor. Quatro minutos.

Sra. Adriane – (...) e da Maria Sílvia, de que devemos entender que haverão bolsões verdes em áreas urbanas, tudo bem, a gente pode até entender, mas isso tem que estar mapeado e escrito, porque o ZEE é um plano para 20 anos com revisão para dez. Todos os gestores não têm que entender o que vocês pensam hoje, eles têm que ver escrito e determinado quais serão os bolsões verdes, as Unidades de Conservação e os serviços ecossistêmicos prestados

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

[Aplausos]

Então, compreender não é o fato. Entender não é a questão. Registrar, regular e deixar claro é necessário para o desenvolvimento sustentável.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito obrigado.

[Aplausos]

Eu vou pedir para os próximos inscritos, essa última fala teve quatro minutos e 39 segundos, para a gente buscar chegar próximo dos dois a, no máximo, três minutos, tá? E para as pessoas registrarem o nome, essa que falou agora eu não registrei, como é que é o nome? Adriana. Adriane, isso. E, se estiver representando alguma instituição, dizer qual é a instituição.

Sr. Fernando Varanda (Lago Norte) – Bom-dia. Varanda, prefeito Lago Norte.

Bom-dia Dr. Thiago, Dr. André Lima, Dra. Maria Sílvia. O Lago Norte já se manifestou quanto aos nossos problemas em uma reunião com a Secretaria de Meio Ambiente, que nos coloca em um sinal de alerta, tal qual estudo da própria SEMA que diz o seguinte: *“O Lago Norte apresenta altos riscos ecológicos e muitas nascentes, atualmente. Tem poucas opções de esgotamento sanitário para o caso de novas ocupações ou adensamento dos existentes, já que o Lago Paranoá não possui capacidade de suporte ecológico para diluir mais esgoto sob pena de comprometer seus usos múltiplos”*. E a prefeitura comparece hoje, mediante a esse estudo, para registrar o seu estranhamento nas decisões do Governo, já que o Lago Norte engloba o Itapuã, o Varjão e a zona rural. E o Governo, que tem esse estudo, que tem esse conhecimento de risco, está permitindo e autorizando a construção de um megabairro, com casas residenciais, comércio, prédios, que se transformará em novo bairro, acima do Córrego do Urubu, que é uma área nobre e uma área rural pertencente ao Lago Norte. Virá o quê? Adensamento e aumento de população, e nós já estamos em risco de alerta. Além de permitir, também, o prolongamento do nosso Centro de Atividade para o Varjão, que substitui casas, com prédio de belíssima e moderna construção de três andares. Casas que moravam cinco pessoas irão residir, hoje, em prédio de três andares. Imagina o aumento da população e o adensamento quando o próprio Governo já nos coloca em alerta ao nosso consumo e ao nosso problema

sanitário. Então, o nosso bairro vai acabar daqui a uns dez anos, se transformando em Lago Norte 1 e Lago Norte 2, porque o Varjão vai acabar sendo um prolongamento do Lago Norte. E como é que iremos conviver com esse problema de adensamento e aumento de população? Ficando esse registro de preocupação, nós gostaríamos de ser chamados para saber que projeto, que preocupação, o quê que estará sendo feito, presente ou futuramente, para que a gente possa orientar a nossa população e possa participar desse problema, porque nós não estamos vendo solução de um aumento.

Obrigado.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Obrigado, Sr. Fernando.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Estamos melhorando, deu três minutos e 20 segundos. Daqui a pouco a gente chega no número.

Sr. Clássius – Flávia. Nós estamos com um cronômetro aqui na mesa e com o papelzinho de um minuto. Vamos ver se a gente colabora.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – É Flávia Ribeiro da Luz.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Fala no microfone aí o nome...

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – Sou da Associação Park Way Residencial, meu nome é Flávia Ribeiro da Luz, Associação Park Way Residencial. Eu tenho seis minutos porque a outra, componente do grupo, me passou o direito dela de falar.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Gente, olha só, eu vou pedir uma gentileza para vocês. Juliana. Vem aqui, por favor.

Sr. Clássius – Olha só, essa prática é interessante, né? Eu não vou falar, cedo os meus três minutos. Mas eu bom a gente ter o mínimo controle disso, assim, porque senão fica totalmente sem controle, porque “Ah, eu peguei o minuto dele ali, o outro pegou...”. Seguinte: a pessoa se inscreve, faz que nem a outra fez aqui, “Eu cedi os meus minutos para tal pessoa falar”, porque senão a gente vai, daqui a pouco perde o controle, tá? É só para garantir o princípio de que é para todos falarem e não ter monopólio. Vamos lá. Flávia.

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – Bom, senhor secretário, a maior parte da região administrativa do Park Way está localizada na Área de Proteção Ambiental...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Então volta para trás, por favor, porque aqui cada segundo importa. Zera aqui para mim, por favor.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – A maior parte da região administrativa do Park Way está localizada na Área de Proteção Ambiental APA Gama Cabeça de Veado. Esta Unidade de Conservação está inserida dentro do Programa Internacional da Unesco de Reservas da Biosfera. De acordo com o Inventário Florestal do Distrito Federal, publicado recentemente, o território possui menos de 40% de Cerrado íntegro, lembrando que esse bioma faz parte dos chamados *hot spots*, que são áreas do planeta com alta biodiversidade, alto endemismo e é ameaçada de desaparecer. No caso do Brasil, temos apenas dois: Cerrado e Mata Atlântica. Diante disso, e considerando que o bioma Cerrado ainda não é um Patrimônio Nacional inserido na Constituição, devemos preservar todos os fragmentos de Cerrado que ainda existem no Distrito Federal. Nesse contexto, acreditamos que os moradores do Park Way tenham uma grande contribuição, pois possuímos a mais baixa densidade urbana, tanto da APA Gama Cabeça de Veado, como das bacias hidrográficas que compõem essa Unidade de Conservação.

De acordo com o novo Plano de Ação de Lima, do Programa MaB Unesco, as reservas da biosfera passam a ser os laboratórios vivos de trabalhos referentes

às mudanças climáticas e aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS. As reservas da biosfera devem se transformar em áreas-piloto ou vitrines mundiais de sustentabilidade do Século XXI. Nesse contexto, é preciso cumprir compromissos internacionais assumidos pelo Governo Brasileiro e, por conseguinte, pelo Governo do Distrito Federal, quais sejam: Convenção da Diversidade Biológica, Metas de Aichi, Agenda 21, Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e Agenda 2030, referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesta questão, recentemente, ficamos muito satisfeitas de receber a notícia pela imprensa que o governador Rollemberg assinou Decreto instituindo grupo de trabalho para implementar os 17 objetivos e 149 metas das ODS, dentro do planejamento e das políticas públicas do Distrito Federal. Para nós, da Comunidade no Park Way, gostaríamos de informar que há anos trabalhamos pela preservação de nossos ecossistemas terrestres e aquáticos e a sustentabilidade de nossas atividades, de forma a mitigar nossos impactos. É frequente, estamos disponibilizando nas redes sociais o trabalho de revegetação do Cerrado, que vários moradores fazem ao longo de anos. Todos sabem da nossa luta por manter os últimos fragmentos de Cerrado, contíguos às nossas residências, e do nosso empenho em transformá-los em bosques, reconhecido pela legislação da APA Gama Cabeça de Veado. Não é novidade a pressão que tivemos na última revisão do PDOT para parcelarmos ainda mais os nossos lotes. Também é notória a pressão recente da elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo, LUOS, tentando transformar o nosso bairro em uso misto, onde cabe até indústria. Por tudo isso, temos consciência da importância estratégica de continuarmos um bairro residencial, onde o Cerrado predomina dentro da sua poligonal. Temos claro que os 80 metros de Área de Preservação Permanente dos cursos d'água, que passam ao largo de nossas casas, são fundamentais para garantir a qualidade de água que desemboca no Lago Paranoá. Temos clareza que podemos evitar ainda mais o assoreamento dos cursos d'água e do Lago. Possuímos informações científicas de professores da Universidade de Brasília e de pesquisadores da Reversa Ecológica do IBGE que nos mostram que adensar nosso bairro irá se refletir diretamente em piora da qualidade e quantidade hídrica da Bacia.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Quatro minutos, Flávia.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Você tem dois; dois minutos...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Concluindo, por favor.

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – Tá. Desculpe. Não, desculpe não, eu tenho direito. Tendo por base, o material do ZEE que nos é apresentado nessa audiência pública e que tivemos acesso, julgamos necessário tecer algumas considerações. É preciso apresentar as informações dos dados físicos e do Mapa de Vegetação em escala compatível com o Park Way, que é um bairro urbano. Fala-se no ZEE em manter os corredores ecológicos, Áreas de Preservação Permanente, mas não há, no ZEE, nenhuma menção ao principal: como estão nossas Unidades de Conservação? Como elas se ligam em termos de fragmentos do Cerrado? Onde estão nossos Parques? Onde estão nossas Áreas de Preservação Permanente? Como podem produzir um mapa hidrográfico do Distrito Federal contendo a nomenclatura de todos os cursos d'água e não aparecer, no produto final, nem os principais cursos do nosso bairro?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Flávia, concluindo, por favor.

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – Estou terminando.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Você tem um documento escrito, não é isso?

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – Mas eu quero que as pessoas saibam; não?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Não? Por favor, vamos concluir, porque...

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – Ainda mais lembrando...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – (...) têm outras pessoas inscritas para falar.

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – Eu tenho seis minutos.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Por favor.

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – Ainda mais lembrando do grande impacto que a segunda pista do Aeroporto trouxe ao Córrego do Cedro, sendo que ainda querem retirar mais Cerrado, como também consta do mapa final do ZEE? Mais desmatamento? Como está a Área Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado e sua Zona de Amortecimento da qual fazemos parte? É preciso que a proposta encaminhada pela Unesco, pelo Ministério do Meio Ambiente, no ano passado, de ampliação, esteja realmente assumida para o Distrito Federal. Também é preciso que toda vulnerabilidade física do lençol freático, apontada pelo ZEE, seja realmente norteadora da definição da...

[Ininteligível – interlocuções simultâneas]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Seis minutos, Flávia. Concluindo, por favor.

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – (...), ou seja, é... importante que o ZEE realmente dê destaque à parte ecológica do trabalho, afinal, deve ficar claro para o Governo do Distrito Federal...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito obrigado.

Sra. Flávia Ribeiro Da Luz (Associação Park Way Residencial) – (...) na elaboração do ZEE, existe também a parte ecológica.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Eu quero propor essa metodologia, quando concluir o tempo, a gente aplaude porque as contribuições são sempre bem-vindas. Vamos lá. Que aí é o coletivo ditando, acho EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

importante isso. Democrático. Próximo. Eu quero chamar o nosso Prof. Paulo Salles da Adasa, aqui, à mesa.

[Ininteligível – interlocuções simultâneas]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Estava com outro compromisso agora de manhã, não pôde chegar no horário, mas está aqui, é o nosso presidente da Adasa e também está apoiando com...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

A infraestrutura do seminário. Só um instante. Eu não vou ficar atendendo desse jeito.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Por favor...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. Cássius – Um momentinho... Posso falar, tá bom?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Eu quero ver. Quantos inscritos, Cássius

Sr. Cássius – Um vou falar... vou falar aqui, agora.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – É?

Sr. Cássius – Vou falar aqui agora.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

43 inscritos.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – 43 inscritos.

Sr. Cássius – Isso.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Então, é o seguinte, meus amigos. Estou achando muito bom ter bastante gente inscrita e com essa metodologia nossa aqui de dar dois minutos e meio, todo mundo aplaudir, vai facilitar a condução da reunião. Porque não dá para a gente tirar o microfone da mão das pessoas, é muito desagradável. Então, eu vou propor o seguinte, nós temos mais meia hora, dá para dez pessoas falarem. E a gente

encerra à 1h, às 2h nós retornamos, dando sequência às inscrições. Combinado assim?

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Não ouvi.

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Ótimo. Então, pronto. Então uma hora nós vamos encerrar.

Sr. Cássius – Eu vou chamar aqui os dez. Grahal Benatti, do ICMBio; José Daltegan, do Conselho Comunitário da Asa Sul; Valdir Calixto, Associação dos Ocupantes das Terras Rurais; Sérgio Bueno, presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

Miguel Vombert, arquiteto urbanista; Paulo Salles, da Adasa; Rodrigo Braderra? *[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]*

A Cristiane Martins, da Adasa... a Cristiane Martins da Adasa deu lugar a ele. Rodrigo, administrador de São Sebastião; Nuna Amadi, educadora ambiental da ESEC-AE, Maria Gorete, do ICMBio; e Frederico Flocuslo, professor da UnB.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Flósculo. Você falou os dez?

Sr. Cássius – Falei os dez.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Então, olha, os dez vão conseguir falar se a gente der esse encaminhamento como a gente combinou aqui, dois minutos e...

[Ininteligível – interlocução sem uso de microfone]

(...) todos aí. Vamos lá.

Sr. Cássius – Grahal.

Sr. Grahal Benatti (ICMBio) – Alô. Bom, hoje, na verdade, eu venho com uma dupla representação aqui, primeiro vou falar a partir do ICMBio e depois a partir da Reserva da Biosfera do Cerrado, que teve reunião ontem e me delegaram para

fazer uma fala também nesse sentido, representando a Reserva da Biosfera. Com relação ao ICMBio, o ICMBio parabeniza o Distrito Federal pela realização do ZEE, é algo que vem acontecendo há muito tempo e que envolveu muita gente e é um instrumento extremamente importante para o Distrito Federal. Importante não só agora, mas também para o futuro. Em breve a gente vai ter um PDOT, uma revisão no PDOT, e que esse ZEE vai contribuir muito para o direcionamento dessa revisão do PDOT também. A gente reconhece que no ZEE tem diversos avanços, mas também tem alguns problemas, né? A gente protocolou já um documento aqui e depois a Gorete, que é também do ICMBio, ela é representante técnica do ICMBio, ela vai detalhar um pouco quais são esses problemas que nós encontramos, que são problemas que podem colocar em risco os objetivos do próprio ZEE e das questões ambientais. Com relação à Reserva da Biosfera, eu não sei se todos conhecem a Reserva da Biosfera, ela é um instrumento internacional, é um título reconhecido pela ONU, um paralelo seria a gente pegar os sítios de patrimônio histórico mundiais, como o Plano Piloto, né? Então, da parte da natureza, são as Reservas da Biosfera, que nós temos cerca de 260 no mundo todo, e aqui no Distrito Federal a gente tem a Reserva da Biosfera do Cerrado, que por muito tempo passou parada e ontem foi iniciada a primeira reunião do Comitê do Distrito Federal, então está se retomando esse trabalho da reunião do Comitê da Reserva da Biosfera, que é extremamente importante do ponto de vista mundial também.

E a gente queria falar que o Comitê da Reserva da Biosfera vai trabalhar nesse assunto do ZEE.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Falta um minuto.

Sr. Grahel Benatti (ICMBio) – A gente já marcou uma reunião para daqui a quinze dias para tratar desse assunto e fazer um posicionamento também desse ponto de vista da Reserva da Biosfera.

Muito obrigado. Eu vou passar para a Gorete, que ela também está inscrita, a gente se inscreveu separadamente.

Sra. Maria Gorete (ICMBio) – Bem, boa-tardea todos, aos componentes da mesa e aos participantes. Nosso tempo aqui é curto, tenho que correr, então eu queria
EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

apenas..., o documento do ICMBio protocolado hoje só vai chegar oficialmente – Maria Gorete, do ICMBio – só vai chegar segunda-feira lá na Secretaria, então foi protocolada uma cópia aqui. Ele tem apenas duas páginas, mas eu vou resumir rapidamente aqui.

Bom, o primeiro problema que nós identificamos é falta de um mapa com as unidades de conservação. Felizmente não é só o ICMBio que identificou isso, já temos uma fala anterior nesse sentido, mas inclusive pela metodologia do ZEE, dada pelo Ministério do Meio Ambiente, ela determina que deve ter um mapa com as unidades de conservação existentes.

[Aplausos]

E nós reconhecemos que ao menos as unidades de proteção integral, não só as federais, mas as distritais, elas devem estar claramente identificadas. Bom, a região do Lago Oeste, que é na zona de Serviços Ecossistêmicos 2, ela ficou, que é imediatamente no entorno do Parque Nacional de Brasília e da Reserva Biológica da Contagem, ela ficou dividida em duas subzonas, então nós indicamos que ela deve ficar toda na mesma subzona. Toda a parte do Parque Nacional de Brasília também deve ficar toda na subzona de Serviços Ecossistêmicos 2, porque hoje ela está em duas subzonas.

Outra questão é que a reserva bioló*(descontinuidade)*. Esse problema de não identificar as unidades de conservação no mapa, por exemplo, gerou esse problema de que a Reserva Biológica da Contagem, que é Unidade Federal de Proteção Integral, a área dela está parcialmente dentro da subzona de Equidade 6, inclusive com a indicação de uma área de desenvolvimento produtivo. Então a gente entende que obviamente não vai ter, onde é o território da Unidade de Conservação não vai ter essa atividade, mas dá um entendimento para quem vê...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Um minuto, por favor. Um minuto.

Sra. Maria Gorete (ICMBio) – Dá o entendimento para quem vê de que ali é uma área disponível ao desenvolvimento quando, na verdade, não é.

A outra questão também que já foi tocada aqui, mas não de forma tão clara, é a questão da subzona de Equidade nº 8, que fica ali em frente, do outro lado da EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

pista, em frente a Reserva Ecológica do IBGE e da Estação Ecológica do Jardim Botânico, em que está prevista uma área de desenvolvimento produtivo, uma zona industrial, atividade M5, que é a categoria de maior impacto, que é um polo industrial naquela área. Então a gente considera incompatível, seja com a existência da reserva, da Biosfera, que ali tanto a Reserva Ecológica do IBGE quanto a Estação Ecológica do Jardim Botânico são áreas núcleo que tem a zona tampão de 3km, onde é proibida a implantação de novas indústrias.

Bom, tentando correr. Eu vou pedir aqui pelo menos mais 30 segundos, já que nós estamos falando em nome da instituição...

[Aplausos]

De uma instituição. Eu gostaria de pedir mais um minuto para terminar, faltam dois pontos só, estamos falando aqui em nome da instituição federal.

OK. Então, todo esse desenvolvimento previsto para a DF 140, ela é incompatível com a preservação das áreas núcleo da Reserva da Biosfera, inclusive com aumento de trânsito de veículos e implantação industrial mesmo, e aumento também de adensamento populacional, porque hoje a área é reconhecida como expansão urbana no PDOT, com baixa densidade, e hoje tem lá uma área agropecuária de baixa densidade e condomínios horizontais, e a previsão é de condomínios verticais para a área além do Polo Industrial. Bom, isso é contra, inclusive, o plano de manejo da APA do Planalto Central que tem lá especificações que estão descritas aqui.

A outra questão é a zona de Equidade nº 2 que o ICMBio recomenda a inserção de um item com o seguinte texto: “*Garantir a proteção e implementação das UCs distritais, reconhecendo essas áreas como essenciais para o sistema de áreas verdes e permeáveis intraurbanas, e para consolidação dos conectores ambientais.*”. Isso porque naquela área que já foi falada aqui, Ceilândia, Samambaia etc., ela já está altamente adensada e que sejam garantidos esses APPs.

[Aplausos]

E, por último, nós recomendamos que...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Concluindo, amiga, porque olha, tem dez pessoas para falar antes do almoço. Por favor, concluindo.

Sra. Maria Gorete (ICMBio) – A necessidade do ZEE incorporar o conceito singular que rege o DF que é entremear núcleos urbanos com áreas rurais.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito obrigado. Amigos, de novo, nós temos mais oito pessoas para falar até 1h. Duas pessoas ocuparam dez minutos. Vamos lá, próximo.

Sr. Cássius – Registrando aqui a presença de Amauri Pessoa, representando o deputado Claudio Abrantes; Mônica Veríssimo do fórum de ONGS Ambientalista e Mauro Ribeiro da Reserva do IBGE.

Sr. Valdir Calixto (AGROSOB/ALOTerra) – Bom-dia a todos, eu sou Valdir Calixto, sou presidente da Associação dos Agropecuaristas da região de Sobradinho; sou presidente da ALO Terra, Associação dos Legítimos Ocupantes de Terras Rurais do Distrito Federal.

Dom Bosco, quando teve aquele sonho de Brasília, só para dar um início na conversa, ele sonhou que aqui jorraria leite e mel. O leite foi resolvido porque as indústrias botaram água no leite e o leite está dando para todo mundo. Mel também a gente tem, quando não tem vem do Piauí e abastece. Agora, a água e a Terracap, ele não previu esse problema. Porque um complementa o outro. O secretário Thiago falou no início da dificuldade, da demora para se fazer esse ZEE, e ele tem razão, demorou muito mesmo. Porque esse é o ZEE que vai entender o interesse especulativo e imobiliário da Terracap.

[Aplausos]

Os anteriores não atendiam. Se não passar pelo crivo da Terracap não chega até aqui para se tornar uma Lei. Eu discordo com a posição de se criar duas zonas, a zona de Serviços Ecosistêmicos e a zona de Equidade. Essa zona de Equidade é onde vai ser estimulada a habitação, os projetos da Terracap, como Taquari 2, estão tudo dentro dessas..., na verdade são cópias das zonas rurais de uso controlado do PDOT, a única delas que ficou de fora foi a da Brazlândia, que virou ecossistêmica. Mas as outras todas estão aqui para serem especuladas

imobiliariamente pela Terracap. Não sou contra o desenvolvimento econômico, não sou contra o desenvolvimento econômico, tem que existir. Agora, Brasília é uma cidade que tem que ser engessada, e não se consegue engessar essa cidade exatamente por causa da existência de uma imobiliária estatal que está tomando a terra dos produtores rurais. Quando ela não consegue, manda movimentos sociais invadirem chácaras de produtores produtivos, para fazer pressão e chegar ao interesse dela.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Um minuto, Sr. Valdir, por favor. Já deu dois minutos.

Sr. Valdir Calixto (AGROSOB/ALOTerra) – Eu vou ler apenas um documento que eu quero protocolar aqui...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – O senhor vai ler um documento?

Sr. Valdir Calixto (AGROSOB/ALOTerra) – Ele é muito pequeno, é muito pequeno.

“Senhor secretário, o Zoneamento Ecológico-Econômico do DF carece de transparência por não ter sido realizado estudo técnico que justifique e esclareça as propostas apresentadas. O site ZEE..., informa que os documentos técnicos estão em construção. A compreensão do ZEE pela população ficou prejudicada por falta de detalhamento que só o estudo técnico proveria. Sendo assim a ALOTerra solicita a suspensão da Audiência em epígrafe até que se realize e disponibilize para os três milhões de habitantes o estudo técnico do ZEE”.

Muito obrigado.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Próximo. Quem é o próximo, Cássius?

Sr. Sérgio – Sérgio. Boa-tarde, podemos assim dizer, eu sou presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte, venho aqui representar um conjunto de moradores, prefeitos comunitários, síndicos, mas como o tempo não permite que a gente utilize adequadamente, eu vou passar aqui para o nosso colega que é presidente da CCAS.

Sr. José Daldegan (CCAS) – Eu sou José Daldegan, presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, nós dois vamos unificar o nosso tempo e passar esse tempo para a Eliete, que vai ler um documento que é dos dois Conselhos. Esse documento lido não passa de quatro minutos e meio, então é bom ter calma que a gente não vai ultrapassar o tempo não.

Sra. Eliete Barreiro Bastos – Bom-dia a todos, obrigada pela presença em uma manhã e uma tarde de muita responsabilidade. Eliete Ribeiro Bastos.

“Brasília de Lúcio Costa está protegida duas vezes; pelos governos do Distrito Federal e Federal. Em dezembro a capital do país...”, desculpe, Federal e local; “Em dezembro a capital do país fará 30 anos que foi reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. Por nossa posição geográfica, dentro do conjunto urbanístico de Brasília, nós dos Conselhos Comunitários da Asa Sul e Norte nos sentimos honrados de sermos os primeiros guardiões do sítio. Procuramos defender a preservação das características básicas que o compõem, que são suas quatro escalas urbanas: residencial, monumental, gregária e bucólica. A Portaria do IPHAN nº 314/92 e o Decreto Distrital nº 10829/87 são os instrumentos legais que disciplinam a preservação da concepção urbanística de Brasília. A partir de 2012 a Portaria IPHAN nº 68 veio agregar outro importante elemento para todos nós, diretrizes de proteção da paisagem urbana circundante ao sítio. Na prática a norma legal estabelece alturas máximas de todas as edificações propostas devem ter dentro da bacia hidrográfica do Lago Paranoá – lembrando que aí está o Taquari, viu? – Isso permite proteger a visibilidade e ambiência do Plano Piloto e garantir a leitura do traçado e preservação do projeto de Lúcio Costa. Sabemos que ao lidar com limites de altura vertical de projetos estamos, por decorrência, tratando também de densidade urbana. No caso do conjunto urbanístico de Brasília a pergunta que se segue é: qual a densidade

apropriada a área urbana de seu entorno dentro da bacia do Lago Paranoá? A resposta para isso é algo como a resposta que o presidente americano Abraham Lincoln deu à questão: qual deve ser o comprimento das pernas de um homem? Longas o suficiente para alcançarem o chão, disse Lincoln. Logo, ao tentarmos considerar a densidade apropriada das áreas urbanas na bacia do Lago Paranoá, temos que levar em conta três aspectos. Primeiro: a recomendação de Lúcio Costa no documento Brasília Revisitada de 87. Neste ele diz: “Assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se de verificar onde pode convir ocupação predominantemente residencial em áreas próximas ao plano piloto, ou seja, na bacia do Paranoá e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe na forma e no espírito, ratificando a caracterização da cidade parque derramada e concisa.”. Mais adiante Lúcio Costa recomenda:

“O predomínio do verde e que se mantenha a serenidade da linha do horizonte. E que as propostas por ele sugeridas de contemplação do plano piloto só fossem implantadas se houvesse estudos a fim de definir com segurança o melhor procedimento, tendo em vista o abastecimento de água e energia, o transporte, o saneamento, e a preservação do meio ambiente, o controle da poluição do Lago Paranoá”.

Segundo a Caesb nos informou recentemente, segundo, a Caesb nos informou recentemente que o Lago Paranoá passou da capacidade máxima de receber esgotos, vide o problema das cianobactérias que atingiram grande extensão ao braço sul do lado no início das chuvas no ano passado. E nada nos garante que esse ano não seremos surpreendidos novamente por esse tipo de desastre ambiental quando caírem as primeiras chuvas após o período de seca. Terceiro: estamos em uma crise hídrica, que começou e nos pegou a todos os cidadãos dessa cidade de surpresa. Estamos falando de quase três milhões de habitantes. Para piorar não sabemos a real gravidade do problema. Com todo conhecimento científico que a área hidrológica possui, não é possível que os técnicos da Caesb não tenham feito modelagens para nos apresentar cenários bons e ruins de chuva e demandas hídricas para os próximos anos em relação aos reservatórios. As informações que nos passam chegam a conta-gotas. Com EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

isso tivemos que tomar providências às pressas para enfrentarmos o racionamento. O GDF deteve o conhecimento do fato há meses, desde o início do segundo semestre de 16. Faltou e ainda falta transparência. O Ministério da Integração Nacional vai liberar 50 milhões para uma captação emergencial do lago. Assim, nós entendemos que talvez venhamos a beber água de um reservatório que já mostrou que está seriamente enfermo. Pelo exposto, é preciso que o instrumento, Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal contemple as questões pertinentes a preservação do tombamento do sítio histórico e proteção do seu Entorno, no que diz respeito às áreas naturais. Assim, deve ser dado o destaque no ZEE, como ele fará a aderência da preservação da escala bucólica do conjunto urbanístico de Brasília com a ampliação das áreas do cerrado, no seu entorno imediato, sendo ambos na Bacia do Lago Paranoá, para que não se comprometa a autenticidade e a integridade da cidade parque.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Eliete, está dando seis minutos.

Sra. Eliete Barreiro Bastos – Já? Bom, ou eu interrompo ou termino, um dos dois.

[Ininteligível – interlocuções simultâneas]

Mais ou menos, isso aqui..., então eu interrompo, continuo depois.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Conclua.

Sra. Eliete Barreiro Bastos – Em complementação, tendo em vista que o Paranoá será a próxima fonte de abastecimento público de água, espera-se que o ZEE, que está inserido na Política Nacional de Meio Ambiente, por meio do Decreto nº 4297/2002, nos apresente a real capacidade de suporte do Lago Paranoá em relação às atividades urbanas e rurais, dentro da bacia hidrográfica homônima. Afinal, o ZEE, como instrumento de ordenamento territorial deve necessariamente compatibilizar os demais instrumentos que tratam das atividades urbanas, que são: PDOT, Lei de Uso e Ocupação do Solo, e os outros tantos instrumentos que o senhor mesmo já citou. No material que nos foi dado acesso

do ZEE seu projeto de Lei não há nenhuma referência explícita sobre esse ponto vital para a integridade física da bacia do Paranoá.

Então, em relação à questão ambiental, a crise hídrica a gente sabe que foi a gota d'água dos nossos problemas, logo nós não queremos e não aceitamos mais respostas vagas para problemas remitentes, precisamos e queremos respostas claras para problemas reais dentro do CIT e seu entorno. Não nos vemos dentro do ZEE que o governo nos apresenta. Nem ao menos houve o cuidado de destacar uma zona especial para a área do sítio histórico e seu entorno, sendo ambos protegidos por instrumentos legais. Não cabe dar ao mesmo tratamento da poligonal do patrimônio mundial com as demais ocupações urbanas. Afinal, em termos ambientais, lembrando que a escala bucólica de Lúcio é e continua a ser uma ideia de vanguarda. Assim, continuamos a querer um planejamento estratégico de território a partir dos instrumentos ZEE, PDOT, LUOS e Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico PPCUB.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Oito minutos. Concluindo, por favor. Conclua.

[Aplausos]

Sra. Eliete Barreiro Bastos – É preciso, então, haver sinergia... Eu gostaria... É essa visão que os dois Conselhos me pediram para trazer aqui, e afirmo que como membro também da Frente Comunitária do Sítio Histórico de Brasília nós corroboramos essa visão. E gostaria de pedir ao senhor o seguinte; o senhor disse que nós estamos em um momento muito rico de discussões do PDOT, da PPCUB, da LUOS, então eu lhe peço moratória. Não adianta a gente ficar discutindo PPCUB, revisão de PDOT, LUOS, enquanto o ZEE não estiver pronto, vamos avançar no ZEE, vamos discutir com seriedade o ZEE para que a gente possa continuar os outros.

[Aplausos]

E vou lhe pedir também o seguinte; nessa escala apresentada nos mapas de um para mil...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Eliete, já vai dar dez minutos, amiga.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sra. Eliete Barreiro Bastos – Não, mas é preciso esclarecer a população...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Amigos, qual é o próximo inscrito?

Sra. Eliete Barreiro Bastos – Nessa escala... Nessa escala de um para mil que os mapas estão sendo apresentados, uma linha o senhor sabe o que representa.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Minha senhora... Próximo, por favor.

Sra. Eliete Barreiro Bastos – Então era melhor talvez apresentar uma escala de um para dois mil. Obrigada, desculpe.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Vamos respeitar os inscritos, Fernando.

[Ininteligível – interlocuções sem uso do microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Mas tem 40 inscritos, Fernando. 40 inscritos nessa taxa de cinco minutos cada um vai dar 3h de conversa. Nós vamos ter que retornar à tarde. Por favor, Miguel.

Sr. Miguel Vomberg – Pessoal, boa-tarde. Eu tenho só três observações...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Se apresente.

Sr. Miguel Vomberg – Miguel Vomberg, arquiteto-urbanista, servidor público.

São três aspectos, acho que eu vou tentar até bater meu recorde aqui, são três questões. A primeira: como será a integração do ZEE com os outros instrumentos de gestão do território? Com o Plano Diretor, com a Lei do Uso e Ocupação do Solo, como é que isso vai ocorrer, como é que isso vai acontecer, como é que vocês estão pensando e como é que vai ser essa articulação, essa integração desses instrumentos? O PDOT vai ser revisto? A Lei do Uso e Ocupação do Solo, que ainda não foi aprovada, vai ter que ser..., lógico, vai ter que se adequar ao Zoneamento ecológico-econômico, como é que isso tudo vai funcionar, como é que vai ser o processo decisório disso. Essa é uma questão.

A outra, que é mais uma preocupação, tudo bem, acho que aqui está bem participativo, está bem democrático, acho que está interessante, está bem produtivo o encontro aqui, entretanto, a minha preocupação, e eu acho que também deve ser de muita gente aqui, é a Câmara Legislativa. Porque vai ser um trabalho aqui, tudo bem, participativo e tal, agora, vai chegar na Câmara, qual o risco que existe desse Zoneamento Ecológico-Econômico ser totalmente alternado, alterado, considerando que a gente conhece, que não precisa qualificar, muitos dos deputados, com raríssimas exceções, são deputados voltados para a questão socioambiental, mas a grande preocupação, eu acho, não vou dizer que aqui não seja a preocupação, evidentemente aqui a sociedade civil está se manifestando, está se posicionando, mas na Câmara Legislativa o processo até participativo, decisório é bem diferente daqui, então acho que essa é uma questão importante.

O último ponto. Se falou muito aqui em Unidade de Conservação, da importância dessa Unidade de Conservação, não vou aqui de novo reforçar a importância que todos os tipos de Unidade de Conservação têm, até como instrumento de gestão do território, com exceção da variável ambiental muito forte e tal. A gente está organizando, existe um movimento em Brasília chamado DF em Movimento, formado por organizações não governamentais e por sociedade civil, e também da SEMA e do Ibram, que estão juntos com a gente nessa luta, de fazer um seminário dia 25 de março sobre a importância das unidades de conservação distritais e federais, exatamente para a gente montar um plano de ação participativo, envolvendo a sociedade civil, envolvendo os atores sociais que estão lá nas unidades de conservação para montar um plano estratégico de ação em conjunto, governo e sociedade civil juntando as forças, porque não adianta um criticar o outro, eu acho que tem que juntar as forças, então a ideia do seminário é essa. Nós estamos à disposição aqui para quem quiser mais informação sobre esse seminário, eu, o Everardo Aguiar, do DF em Movimento, tem a Maria Augusta, também está aqui o Sérgio, do movimento da Asa Norte, estamos à disposição para discutir isso aí e juntar forças.

Obrigado.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito obrigado. Dentro dos três minutos. Faltam?

Sr. Cassius – Faltam quatro, incluindo o Paulo Sales.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Temos mais quatro pessoas para falar, cinco para uma, o Paulo, presidente da Adasa, vai dizer as suas palavras.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Podemos fazer isso, tá bom. Boa.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – É porque, assim, quem está presidindo a reunião sou eu, não é? Está bom, muito obrigado pela sugestão. Paulo.

Sr. Paulo Sales (Presidente/Adasa) – Bom-dia a todos, é um prazer muito grande estar aqui, estamos aqui em um momento histórico para nossa cidade, finalmente o ZEE começa a tomar forma e é apresentado para a sociedade para discussão. E a sociedade claramente reconhece a importância desse instrumento, pelo que nós podemos ver, por essa participação grande, ativa, e que tem deixado grandes contribuições, pelo que eu pude ver. Bom, nós estamos aqui primeiramente dando os parabéns à equipe da SEMA na presença do André, um trabalho muito bem feito, um trabalho que está trazendo uma grande contribuição, e a equipe técnica que participou e vem participando há muito tempo já da elaboração desse ZEE, e cumprimento a todos na presença da nossa querida Maria Sílvia. Nós estamos vivendo realmente tempos de grandes desafios, já foram mencionados vários aqui, a questão da urbanização, todos acho que já perceberam os efeitos dessa ocupação desordenada que enfrentamos durante muito tempo e estão sendo cobrados agora. Então isso realmente é um problema que a gente tem lutado nesse momento, nesses últimos dois anos, para mudar. Nós estamos também enfrentando variações climáticas, que agora ninguém tem dúvidas mais a respeito delas, e que têm trazido não só para Brasília, mas para o Brasil e para muitos países do mundo, o Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em março vai mostrar isso com clareza, são muitos lugares em que essas

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

variações climáticas estão trazendo problemas. Temos uma grande crise econômica, uma crise política e como já foi mencionado aqui, é o assunto do dia, essa crise hídrica que tem nos assolado. Mas é também um tempo de grande aprendizado, e acho que a discussão do ZEE é uma grande oportunidade e tem sido bem olhada. Bom, a Adasa participou desse processo desde o início e eu gostaria de falar rapidamente aqui apenas de alguns problemas e depois se a mesa quiser que alguma coisa a mais seja discutida eu estou às ordens.

Bom, eu gostaria de separar um pouco a parte técnica, a parte relativa principalmente à elaboração dos mapas, que foi o que tomou muito tempo de preparação para o ZEE e que, no fundo, é o retrato do nosso território e da ocupação que ele tem hoje e da ocupação que nós queremos. Então o mapa se torna sim um instrumento muito importante. E a Eliete mencionou um ponto importante que é a questão da escala, nós temos um mapa que realmente precisa ser aperfeiçoado para ser utilizado efetivamente na aplicação dos instrumentos tanto das leis ambientais quanto das políticas de recursos hídricos. Nós temos, por outro lado, um Projeto de Lei que está em discussão, está em aperfeiçoamento, e assim como os mapas precisam de alguns ajustes que nós da Adasa já apresentamos, inclusive, André, protocolei lá na frente mais algumas contribuições que você já conhece, tem servidores da Adasa aqui que como cidadãos querem se pronunciar também, mas enfim, nós temos algumas coisas com relação aos mapas e com relação ao próprio Projeto de Lei. Ele é um Projeto de Lei em construção, ele deve ser pensado, ele deve ser discutido, e a gente deve buscar bem os princípios que norteiam esse instrumento. É mais importante do que estabelecer as normas a respeito de fatos específicos, pontos específicos, e é dessa discussão que nascem os princípios que deverão ser seguidos. A lei deve trazer os princípios e esses princípios sim devem ser mantidos até o fim.

Bom, como instrumento de planejamento ele deve se prestar para muitas outras coisas, inclusive para garantir o arranjo institucional e o arcabouço legal que hoje está vigente, então é importante que sejam conhecidas, estejam respeitadas as atuações de diversos órgãos, as legislações que já existem de uma maneira consagrada, para que o ZEE atue em sintonia com elas, melhorando esse arcabouço legal, e não fazendo alterações que podem trazer problemas depois

na própria aplicação da legislação. E, finalmente, obrigado..., finalmente eu vou citar aqui apenas nesse momento, não há tempo para discussão, mas são discussões que precisam ser tidas, levadas a fundo, para que a gente possa realmente progredir. Primeiro eu diria, a questão do licenciamento, o licenciamento como instrumento da política ambiental, ele precisa ser mais bem compreendido, ele precisa ser mais bem trabalhado. A própria outorga do uso de recursos hídricos está em constante aperfeiçoamento também e precisa também de mais discussão. E a possibilidade de integrar esses dois instrumentos é uma questão muito complexa, na verdade nós temos a Lei de Política Ambiental e nós temos a Lei de Política de Recursos Hídricos, e essas duas leis precisam integrar-se. Mas são as leis que precisam integrar-se, possivelmente essa integração de dois instrumentos, que tenham tido seus papéis até o momento, precisa ser mais bem discutidos. Essa possível integração foi tentada em alguns lugares e nós temos que ter certeza que elas deram certo...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Cinco minutos, Paulo.

Sr. Paulo Sales (Presidente/Adasa) – Estou terminando, obrigado.

Então a gente tem que olhar realmente se isso é uma coisa que está dando certo onde foi tentado.

E, finalmente, e essa é uma preocupação grande que a gente tem, é fazer com que essa lei traga conceitos claros que possam ser aplicados, a questão da capacidade de suporte precisa ser melhor discutida, nós temos esse conceito muito bem definido nas nossas cabeças, mas transformá-lo em um instrumento de aplicação de uma lei vai trazer problemas sérios se ele não estiver muito bem definido, se não houver uma metodologia clara que possa ser entendido e aplicado por toda sociedade. A Adasa participou, participa e participará de todas as etapas do ZEE e continua à disposição da sociedade para as discussões.

Obrigado.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Obrigado, Paulo. Muito bem.

[Aplausos]

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Quem são os próximos? Leia os nomes aí. Deixa eu só fazer uma pergunta aqui: dos que estão inscritos para falar, quantos estão aqui? Dos inscritos ainda para falar que vão falar à tarde. A lista até 1h fechou, agora nós vamos ter que interromper e voltar no período da tarde. Temos 40 e tantas pessoas inscritas, é isso?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Isso. É por isso que eu estou perguntando. Uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20. Das 40 e tantas 20 estão aqui.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Ah, está certo. Então agora são mais 24. Isso, dos 24, 20 estão aqui. Bom, amigos, é o seguinte, a gente tomou uma decisão aqui e todos foram de acordo, eu não vi ninguém dizendo não, de em 1h a gente interromper e voltar às 2h. Foi assim, não é? Eu ouvi isso, perguntei de novo, todos foram de acordo. Então eu estou querendo manter essa decisão, já são 1h06... Rogério, não é? Rodrigo. Eu sempre troco Rogério com Rodrigo. Vai lá, Rodrigo.

Sr. Rodrigo Pradera (Administrador regional de São Sebastião) – Boa-tarde a todos, eu sou Rodrigo Pradera, atual administrador regional de São Sebastião e fui nomeado em outubro do ano passado, em novembro participei de uma reunião onde eu conheci a Maria Sílvia, onde ela apresentou o ZEE, que até então era algo desconhecido por mim. E quando ela apresentou as propostas e tudo o que envolve o plano eu me perguntei por que é que não foi feito antes, algo tão importante e fundamental no planejamento de uma unidade da Federação, que sempre foi deixado de lado e não teve a atenção que deveria. Então eu acho que o princípio do antes tarde do que nunca cabe muito bem aqui, mesmo porque está se agravando a crise hídrica, e hoje a gente ainda tem água na torneira, mesmo com racionamento ainda existe, mas é uma previsão crítica de que daqui a dez anos isso não seja mais uma realidade no DF, então nós temos que nos atentar a isso.

Bom, São Sebastião é uma cidade que tem como vocação a agricultura familiar. É uma área rural, é uma área também de retenção das águas das chuvas, enfim, que alimenta também o rio São Bartolomeu, e o que nós temos visto lá é

que a grilagem de terra tem trazido grandes danos à nossa polígona. Recentemente eu rodei as áreas rurais, eu tenho visto que os grileiros estão fazendo realmente uma devastação do serrado, e isso tem sido de forma muito rápida, São Sebastião hoje é o local com maior índice de grileiros e com maior ação desses delinquentes. Além disso, nós também temos os legais, os grileiros legais, nós temos um condomínio gigantesco sendo elaborado e construído ali na Nova Betânia e vai ocupar uma área enorme do serrado, a degradação é fato, o impacto ambiental é, enfim, irreversível, na verdade. Então eu espero que o ZEE possa nos proteger da Câmara Legislativa, porque dentre os nossos 24 muitos ali vivem da grilagem, eles se alimentam da grilagem de terra, isso é um fato, então eu espero que essa lei possa proteger a sociedade e nos dar a força que nós precisamos para proteger os nossos recursos. Em São Sebastião nós temos hoje uma chácara modelo, que é a Chácara do Porto, que trabalha com o princípio da água da floresta. E nós queremos replicar esse modelo para todos aqueles produtores que assim o desejarem, essa é minha visão como administrador, porque é uma forma de gerar emprego e renda para a região sem impacto ambiental, muito pelo contrário, preservando cada centímetro quadrado que nós temos aqui na região.

E outra sugestão que eu quero deixar registrada é que a gente possa fazer ao longo dos anos uma substituição paulatina da pavimentação asfáltica por bloquete, em todas as ruas internas do Distrito Federal, porque isso vai permitir a permeabilização do solo, obviamente que não é 100%, mas é muito maior que do asfalto, e também, a longo prazo, o custo de manutenção desse tipo de pavimentação é muito menor. Então eu que detesto operação tapa buraco – todo administrador detesta operação tapa buraco – também vai ser um impacto positivo isso para a gente no futuro.

Enfim, eu acho que nós temos que entender, e eu quero deixar registrado que os governos passados não se atentaram à necessidade do ZEE, e esse governo está dispendendo tempo, recursos e pessoal para poder fazer esse trabalho. Ou seja, é uma ação às vezes impopular, não gera muitos votos, mas está sendo feito e está sendo feito pelo bem de todos nós.

Obrigado.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito obrigado, Rodrigo. Dentro dos seus três minutos.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Próximo. Muna. Não é Moana não, Moana é aquela do desenho; é a Muna.

Sra. Muna – Boa-tarde. Obrigada, André, por trazer meu nome. Eu cumprimento todas as mulheres na pessoa da Maria Sílvia, que enfrenta e coordena esse processo e peço licença para cumprimentar todos os homens na pessoa do André Lima, que também enfrenta e está à frente desse processo.

O lugar de onde todos nós falamos é a APA do Planalto Central, a gente não pode...

Meu nome é Muna e eu atuo lá na Estação Ecológica de Águas Emendadas como educadora ambiental, e também sou professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, então eu falo desse lugar e do território de Águas Emendadas, e a minha sugestão é bem pontual. A Estação Ecológica de Águas Emendadas também faz parte do programa da Reserva da Biosfera/ é área núcleo nesse programa que prioriza a proteção do Cerrado e ela está no extremo nordeste do Distrito Federal, é porta de entrada do Nordeste brasileiro, e ela tem ao norte a comunidade, a cidade de Planaltina de Goiás, e ao sul Planaltina DF, e ela é altamente pressionada. E eu observei o mapa dez, que se refere a grilagem, as áreas prioritárias para grilagem e ocupação ordenada do solo, desordenada do solo, e a DF 205, que está ao norte da Estação Ecológica de Águas Emendadas não está contemplada. E se a gente pegar ao leste de Águas Emendadas, quando a gente sai da BR 020, porque a Estação Ecológica de Águas Emendadas ao sul, ela tem a BR 020 que é porta de entrada, que liga todo o Distrito Federal ao nordeste brasileiro, então ela está o tempo inteiro pressionada por BRs, por DFs, e a gente saindo da BR 020 e indo para Alto Paraíso pela 345, se a gente pegar a faixa de domínio do lado direito, de onde termina a faixa da BR 020 até São João da Aliança, é Cerrado. E quem está na Estação olhando para o norte, a 205 liga o extremo nordeste do DF, que é onde está a Estação, até a EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Brazlândia por ali. E ela não entrou como área *prioritária* de proteção contra grilagem. Então a sugestão pontual é essa; que se incluía – passando também pela 128 – que se incluía esse trecho que é onde tem o Monjolo, aí tem acampamento de sem-terra, já tem toda uma ocupação, se a gente não frear vai detonar tudo. Então a sugestão pontual é essa; incluir no mapa a região da 205 e da 128 como área *prioritária* de proteção.

Obrigada.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Obrigado, Muna. Grato.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Concluiu? Não, tem o Flósculo. Frederico.

Sr. Frederico Flósculo – Frederico Flósculo, da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNB, mas representando aqui a cidadania.

Bom, antes tarde do que nunca, não só essa fala, mas também o Zoneamento Econômico-Ecológico que foi previsto na Lei Orgânica de 93, como o André mesmo lembrou são 24 anos de atraso, 24 anos de atraso. O Zoneamento, que estava previsto na Lei Orgânica, deveria ser o fundamento de todos os planos diretores de ordenamento territorial. A expressão Plano Diretor de Ordenamento Territorial está na Lei Orgânica; foi a Lei Orgânica que criou essa expressão. Ele deveria ser fundamentado por esse Zoneamento e não foi; a primeira coisa que no ano de 93 Joaquim Roriz fez foi o seu PDOT, o primeiro PDOT de 93 e foi feito por Joaquim Roriz nas costas da Lei e da Assembleia.

[Aplausos]

Então nós temos o que? A seguir a Roriz vem Cristóvão, isso são lições da história, Cristóvão Buarque, em 97 faz o segundo PDOT. E o primeiro PDOT parecia um mapa dos militares, Brasília não tinha grileiro, Brasília era só verde, parecia um cartão postal. O PDOT do Cristóvão já mostra os grileiros, o PDOT do Cristóvão é a grande lição que eu queria falar aqui, porque ele mapeou como esse ZEE aqui está mapeando. Mapear não é nada, Cristóvão mostrou isso, ele mapeou os grileiros e não fez nada. O que vem a seguir? Grilagem solta. Essa EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Cívico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

advertência do Cristóvão, que não fez nada, não adianta mostrar mapa, não adianta somar dados, tem que haver ação concreta. O Distrito Federal está sendo depredado. O que nós vimos aqui nessas imagens do ZEE é o que sobrou ambientalmente do Distrito Federal após 24 anos de mentiras e enganação técnica, governamental, muito bem paga. Porque o terceiro PDOT é o do Arruda, é o PDOT de Pandora, a peça mais canalha e bandida que já passou na história do planejamento urbano do Brasil.

[Aplausos]

Então nós temos um problema grave, porque esse ZEE já está vencido em 24 anos, nós estamos correndo atrás do prejuízo, e se esse governo não tomar ações concretas no sentido de dar ocupação à zona rural, nós vamos perder o DF a 100%, a 100% para a grilagem. É isso que está acontecendo. Então que ninguém se engane com isso. E ainda há uma outra questão que não dá para abordar, que é a dicotomia entre o ecológico e o econômico. Todo mundo acha que por estar presente a palavra econômico já está resolvido, mentira, a gente tem que qualificar o que significa econômico, não se tem qualificado e o pior da economia, uma economia velha e predadora, acaba ocupando espaço. Se nós não tivermos uma política de ocupação ecológica, produção ecológica, defesa valente do território, vamos perder o território.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito obrigado, Frederico. Muito bom.

Concluimos?

Amigos, então olha só... Eu quero. Vamos ler os nomes dos que estão na ordem para todos saberem..., nós vamos começar.

Senhora – Para as 14h; Amarildo Jâcomo, n, Mônica Veríssimo, Chico Santana, Patrícia Pazini. Estão todos aí? Para a parte da tarde, para iniciar à tarde.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Vai falando.

Senhora – Claudio Viegas, Delson Matos, Alda Duarte, Marconi Borges, Ronei Silva, Rosilene Correa, Michael Becker, Roberto Giffoni, Adolfo *(ininteligível - 03:44:20)*,

José Roberto Furquim, deputado Lira, Mauro Ribeiro, Welber Ferreira, Breno Pires, Carlos Bomtempo, Regina Suzuki, Marcelino Barberato, Massaio Watanabe e Júnia Beling Pires.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Concluiu todos os nomes dos inscritos? Só um instante. Quem se inscreveu e não está lá procure ali, por favor.

Eu quero, antes de encerrar, só fazer dois esclarecimentos, um que a Maria Sílvia quer fazer e um que eu quero fazer, para depois a gente começar o período da tarde respondendo algumas perguntas. Abrindo essa rodada, e nós vamos até pelo menos às 17h, obviamente dependendo do número dos inscritos. Maria Sílvia quer fazer um esclarecimento e eu na sequência.

Sra. Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Eu queria fazer dois esclarecimentos. O primeiro é em relação ao pedido da Muna, em relação ao ESECCAI, nós fizemos um trabalho dentro do Governo de tentar já, considerando como pressuposto o ZEE como um processo de discussão, incorporar o mapa da grilagem, observe que o mapa da grilagem não é um mapa gerado pelo ZEE, é um mapa gerado por um Colegiado composto de secretários de estado e dirigentes do DF, que vai ser atualizado e a gente incorpora ele no ZEE, ele tem uma matriz própria, com critérios próprios, dos quais a água tem uma importância grande, e que gerou esse mapa com essa configuração. Então ao absorver na Lei do ZEE ele pereniza esse instrumento como um instrumento de gestão, mas tem uma gestão específica na produção dele que não é equipe técnica. Nós vamos fazer a gestão com a equipe que faz isso, buscando atender ao que a Muna falou. Só para dizer que não está na nossa governança direta, é o único mapa que isso acontece.

O segundo esclarecimento diz respeito a escala. Nenhum mapa que a gente produzir aqui vai satisfazer a todos, por quê? Porque a gente trabalha com uma base de dados, essa base de dados integra várias escalas, várias escalas, nós temos desde onde é o ponto de lançamento da ET, do esgoto, que é escala local, real, até escala geológica, que é um para 100 mil, e a gente compatibiliza isso em vários mapas. A questão é que a gente não pode esperar no mapa síntese

do ZEE, que é um mapa de macroplanejamento, a escala é de macroplanejamento, o detalhamento de uma escala para mil, para dois mil, não é factível produzir, ninguém enxerga nada no mapa. Agora, o compromisso dentro da Lei do ZEE é de abrir a base, construir a infraestrutura de dados espaciais integrando os vários bancos de dados do governo e torna-la aberta, porque aí o cidadão entra na base de dados e olha na escala que ele precisa usar. Então vamos só..., isso tem aparecido reiteradamente no ZEE, as pessoas querem ver um detalhe em uma fotografia, que é o mapa, em uma escala de macroplanejamento. O detalhe está presente no banco de dados, e ele traduz os estudos que a gente fez nas diretrizes, mas visualmente a gente tem que entender qual é a escala.

Acho muito produtivo, por último, a sugestão de acréscimo de mapa que nos ajudem nas várias escalas olhar, mas o mapa síntese da subzona é uma escala de macroplanejamento. Então a sugestão de incorporar um mapa com as unidades de conservação, os parques, todas as outras sugestões nós temos compromisso de gerar uma solução que enderece o que vocês estão pedindo. Mas vamos esclarecer que tão valioso quanto o mapa é o banco de dados que vocês precisam ter acesso com a informação plena e trabalhar da maneira que vocês acharem, com transparência e controle social.

Obrigada.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Amigos, eu quero dizer umas palavras aqui em relação a uma questão que veio em várias falas, e acho muito importante ter esse esclarecimento. O Zoneamento Ecológico-Econômico não substitui outros instrumentos previstos em Lei que trabalham em uma escala mais detalhada, chegando até o nível do lote. Ele não substitui. Ele estabelece diretrizes, bases de informação, e podendo chegar a determinados comandos que devem ser considerados e seguidos pelas normas específicas que chegam até o nível do uso do solo. O que a gente precisa trabalhar? Para ver incoerências e incompatibilidades, esse é o desafio. Mas esse não é o desafio que conclui com a aprovação do Zoneamento Ecológico-Econômico, esse é um desafio que se inicia com a aprovação do Zoneamento. Por quê? Aí nós vamos

ver onde é que tem, se é que tem, e qual é o nível de incongruência ou convergência com instrumentos que chegam no nível, por exemplo, do uso do solo nos lotes. Mas o ZEE não subtrai essa competência. Da mesma forma, como o Paulo Sales colocou aqui, a questão de outorga. Tem um capítulo que fala de diretrizes para outorga. Mas essas diretrizes não podem chegar em um nível específico de outorga que é de competência da Adasa, mas é preciso ter integração da outorga em um nível mínimo estratégico que permita que se dê um licenciamento ambiental com segurança de que haverá disponibilidade hídrica para determinado empreendimento. Atualmente essa segurança não existe, atualmente essa segurança não existe. Então o Zoneamento vai auxiliar nisso.

Outra coisa que foi dita aqui importantíssima, e eu sou oriundo do movimento socioambiental que aprovou a Lei da Mata Atlântica, a Lei do 03:51:07, e participei ativamente da proposição dos debates e da aprovação. O ZEE não substitui as normas específicas do Sistema de Unidades de Conservação. A gente sabe, eu já acostumei usar essa frase assim: o que abunda não prejudica. Mas então vamos por claramente todas as unidades de conservação em cada subzona. Nós vamos tornar a leitura do mapa do ZEE muito mais complexa e confusa, porque além de ter as zonas, as subzonas, nós vamos ter todas as unidades de conservação, vamos ter que ter essas unidades de conservação em cores distintas porque são categorias distintas. Calma, meus amigos, muita calma nessa hora. Eu estou aqui defendendo todas as unidades de conservação.

Calma. O que eu acho salutar e vocês propuseram é ter um mapa específico, claro, com todas essas unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável, elencado como mais um mapa do ZEE. Eu acho que isso é bem razoável, porque fica claro que nós estamos usando um mapa que deixa claramente estabelecido os limites de cada uma dessas unidades. Nós vamos ter alguma dificuldade porque nem todos os limites das unidades de conservação estão definidos claramente, com precisão, mas isso nós vamos ter que resolver. O que me parece difícil e não é, digamos, convergente, é criar subzonas específicas por unidades de categorias de unidades de conservação específicas. Porque também existe um princípio que é o seguinte; a gente tem que ter clareza.

Qual é a emergência? Posso terminar a frase antes da emergência?

Tem um carro atrapalhando a saída de todos. Então deixa o carro lá, antes de terminar aqui a gente... JGV 7846, é um Polo Volkswagen preto. Está travando a saída de muita gente, por favor... De todo mundo. O cara parou na entrada?

Bom, então olha só, entendo perfeitamente a necessidade de se ter clareza e segurança em relação às unidades de conservação, sejam elas de proteção integral, sejam elas de uso sustentável. Então nós vamos buscar assimilar essa contribuição de vocês de maneira que isso fique muito claro, tanto nas diretrizes quanto em um mapa específico do ZEE que apresente esse layer, essa visão de todas as unidades de conservação. Porque é importante, o ZEE não vai subtrair, nem pode juridicamente, se o fizer a Marta Eliana aqui pode imediatamente ingressar com uma Ação Judicial, o ZEE não pode se sobrepor às normas específicas de unidades de conservação legalmente criadas. Que fique claro isso. O que ele deve fazer é buscar convergência e a transparência máxima disso, com isso nós estamos 100% de acordo. Você quer dizer alguma coisa, Paulo? Nós não estamos fazendo aqui o contraditório...

Ininteligível - interlocuções sem uso do microfone]

O almoço vai encerrar.

Sr. Paulo Sales (Presidente/Adasa) – Não vou fazer o contraditório, mas não posso deixar de registrar na nossa gravação a discordância contra essa afirmação peremptória que a outorga é dada sem segurança de disponibilidade hídrica. Discutiremos isso em outro momento.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – OK. Está colocado, não foi exatamente isso que eu quis dizer, mas é a segurança no licenciamento ambiental, de que todas as condições estão colocadas.

Amigos, nós vamos voltar às 2h. Estou pedindo 2h para a gente começar no máximo 2h15. Está bom? Muito grato.

DEGRAVAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL (ZEE/DF) - 11 de março de 2017

PARTE II - TARDE

ARQUIVO/ÁUDIO: 170311_005
QUANTIDADE: 03:45:54

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Cívico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Boa-tarde. Nancir, você pode fazer duas coisas? Um café aqui para as pessoas da mesa, por gentileza, e também chamar o povo que está aí fora?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Não, o quê? Sim, eu pensei que não era boa-tarde. Boa-tarde, senhores e senhoras. Eu espero que estejam todos aí bem alimentados para uma boa-tardede debates e diálogos. Eu quero recompor aqui a nossa retaguarda, a bancada de retaguarda. Pedir para o Bel liberar a Maria Sílvia. Porque eu quero, teve algumas... O problema é que meu motorista sumiu com a minha mochila e dentro estão todas as anotações das perguntas. Tem que chamar o Marcos, alguém achar o Marcos para ele vir com a minha mochila, tá?

Eu quero ver se o Tiago quer dizer alguma coisa, algumas palavras em relação a alguns posicionamentos que foram apresentados hoje pela manhã. Depois eu vou deixar aqui para nossa bancada de retaguarda técnico-científica, se tiver algum esclarecimento que é importante dar em relação as perguntas. Enquanto isso alguém deve estar buscando a minha mochila lá com o iPad. Vê lá Carlos, por favor. O Tiago vai falando porque eu tenho algumas coisas que eu anotei que eu quero também dar algumas respostas.

A primeira delas é que alguém levantou aqui que os estudos técnicos não estavam no ar, no *site*, mas existem. Esses estudos técnicos existem estão disponíveis. Todos os que encaminharam pedido de acesso aos estudos receberão. Eles estão na Secretaria de Meio Ambiente estão disponíveis a todos os que quiserem acessar. Foram os estudos que balizaram boa parte dos mapas e das análises que estão contidas no Zoneamento. Então, quem não conseguiu acessar pode ir na secretaria ou mandar uma solicitação que esses estudos podem ser copiados e mandados a todos. Tiago.

Sr. Tiago – Fazendo também um pouco coro ao que o André colocou em respeito ao ZEE e Unidade de Conservação, é preciso alguns esclarecimentos quanto ao ZEE dentro do ordenamento urbanístico. Como a gente falou, e para quem, eventualmente, não tenha estado aqui no começo, a gente toma o ZEE como o grande guarda-chuva. A lei, digamos, que dá a maior orientação, mas ela na

verdade é a base dessa pirâmide em que tudo tem que se assentar sobre ela e respeitá-la. Algumas leis, naturalmente, elas vão receber o ZEE depois que elas já existem. Outras vão ser revisadas, ou até criadas, a partir do ZEE. Mas existem claramente uma distinção, até por essa hierarquia, da abrangência e da especialidade do ZEE. Ou seja, uma coisa fundamental é que o ZEE é mais orientador de políticas públicas e, no caso, com o rebatimento nos licenciamentos, sem criar ou recriar, ou revogar as legislações específicas. Ou seja, o ZEE, *a priori*, não vai criar nenhuma Unidade de Conservação. Ele pode recomendar. Mas o ato de criação de uma Unidade de Conservação, é uma lei específica e tem rito próprio. Da mesma forma, o ZEE não pode parcelar solo, assim como nem a LUOS pode parcelar solo. Ou seja, isso são ritos específicos especiais no sentido de que só se pode fazer um a um, não se pode fazer no atacado e a legislação dá orientação e estabelece diretrizes para quando esses ritos eventualmente forem tomados.

Então, é fundamental que vocês entendam que o ZEE ele estabelece grandes diretrizes e dá o substrato territorial para as políticas públicas. Ou seja, não é porque uma região ali tem um princípio de dinamização, por exemplo, que eu possa agora... Vamos supor, eu mesmo coloquei que a grande área de dinamização em prol da constituição de uma grande organização da metrópole é aquela zona roxa mais escura, a SZDPE 2; o órgão público não está autorizado previamente, por exemplo, a fazer parcelamentos do solo ali a revelia. Ela não é autorizativa.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Oi? Gente, as APAS estão todas aí, passando algumas, inclusive... 85% do DF é APA. Claro que tem. E o ZEE não revoga essa legislação. E ao mesmo tempo você tem APA aí que...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Não.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Bom, deixa eu terminar aqui porque o povo não está lhe ouvindo por que não tem microfone. A questão aqui é que as APAs, as Unidades de Conservação,

elas podem estar inclusive inseridas em duas ou três zonas, subzonas e etc. Isso não implica nem em revogar, ou reavaliar a APA ou a Unidade de Conservação, nem o projeto urbanístico. Isso é claro. É o princípio da especialidade. E outra coisa, se a sonda é mais restritiva, se eu tenho um lote em Sobradinho que só me permite fazer residência e lá é uma zona de dinamização e produtividade, eu não vou poder usar o ZEE me chegar lá no licenciamento de atividades e falaram assim, "Não, olha aqui é dinamização econômica. Eu vou transformar a minha casa agora em um estabelecimento comercial". Não. Porque é o princípio da especialidade e aquela lei foi feita com aquele olhar. Então isso não é Volga o arcabouço jurídico que nós temos e sequer, obviamente, vai servir como uma autorização tácita ou prévia para a LUOS fazer qualquer tipo de modificação. Não é assim que funciona. Mas de qualquer forma...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Eu posso só complementar isso, Tiago?

Agora, o que é importante, aí eu peço que essa leitura vocês façam. Porque vocês estão, eu estou ouvindo alguns comentários em relação ao fato do nome da zona. Zona de diversificação da atividade produtiva. Aí todo mundo fica... O que a gente tem que olhar, a chave de comando do ZEE está nas diretrizes. Tem alguma diretriz específica. Por exemplo, eu vou fazer uma coisa aqui bem, digamos assim, radical. Uma diretriz da subzona que pega ali a APA Gama Cabeça de Veado, dizendo assim: "Altere-se o plano de manejo da APA Gama Cabeça de Veado para aumentar a densidade ou ampliar o potencial construtivo". Aí vocês têm razão. Se tiver uma diretriz dessas no ZEE dizendo que dentro de uma subzona que ela tem sobreposição com uma APA e ela tem uma diretriz para flexibilizar a norma daquela APA, aí vocês têm total razão de detonar. Entendeu?

O que eu estou dizendo – e o Tiago estava dizendo agora também do ponto de vista da legislação urbanística – é que o ZEE não se sobrepõe às legislações específicas do território. Agora, pode ter uma diretriz, pode ter uma diretriz que seria o seguinte: reforçar a proteção das zonas de vida silvestre da APA Gama Cabeça de Veado. Não, mas você compreende? Eu estou dando, por exemplo, uma sugestão aqui de que são diretrizes para reforçar APA dentro do ZEE. Vamos

olhar com essa lupa. Não vamos ter um preconceito em relação ao título da subzona, ou ao fato dela estar numa macrozona ou outra.

Como eu disse, o fato de uma área ser de produção de serviços ecossistêmicos não quer dizer que não vai ter atividade econômica lá, mas as diretrizes para atividade econômica na zona de produção de serviços ecossistêmicos vão ter que dialogar com as limitações, com os riscos ecológicos e etc., e vice-versa, certo? Não, aí eu vou pedir para se inscrever, por favor. Porque se não eu vou ter que estabelecer um diálogo com cada um aqui. Se escreva novamente para você poder estabelecer a suas... Tiago.

Sr. Tiago – Bom, é isso. E do ponto de vista da Legislação de Uso e Ocupação do Solo, de novo, nem essa legislação nem LUOS elas parcelam o solo; ou seja, criou um lote em áreas que não são lotes. Esse rito é um rito específico. E esse rito tem normas específicas em que eu preciso avaliar todos os ritos ambientais. Aí sim, as diretrizes da zona que se refletem no licenciamento que o ZEE diz isso claramente, eu vou ter que obedecer e aí na hora de licenciar, eventualmente, um parcelamento do solo ou um projeto habitacional e etc., o licenciamento vai ter que conter aquelas determinações do ZEE. Mas mesmo assim, dentro de um parcelamento, eu tenho tipos extremamente diferentes de lotes – eu tenho lote para educação, eu tenho espaço livre de uso público. Se eu tenho justamente uma zona que me dá um risco de recarga de aquífero, o meu licenciamento urbanístico vai ter que resolver essas questões com propriedade. Ou seja, vai ter que garantir áreas permeáveis, vai ter que estabelecer percentuais dentro dos lotes que a rigor a rigor, já obedecendo as APAs, nós fazemos no processo de licenciamento ambiental do processo de parcelamento do solo. Da mesma, a Lei de Tombamento, da mesma toda a questão que está no PDOT. E mais: há realmente questões aqui e já estão no projeto de lei, indicando a mudança do PDOT em função do ZEE. Mas, normalmente, justamente para um princípio de maior restrição é um princípio de ordenamento do que estudou o ZEE. Porque o PDOT ele não se aprofundou nas questões sócio econômicas e ambientais como o ZEE se aprofundou.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Tiago, nossa equipe técnica aqui, eu não sei se tem... A Maria Sílvia.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Nós levantamos aqui de manhã, eu vou ofertar aos secretários a palavra em relação a isso, que são perguntas em relação à estratégia com as grilagens, a relação do ZEE com a grilagem, tem que responder. Como se dará a integração do ZEE com os demais instrumentos territoriais, tem que responder. A questão do conceito e capacidade de suporte, teve a fala de Marta Eliana – a base do ZEE é isso, é risco e capacidade de suporte, risco social, risco ecológico e capacidade de suporte. Teve uma fala já da Marta Eliana nesse sentido, mas houve questionamento aqui e eu acho importante falar sobre isso. A gente fala também, mas não é só técnico, é uma tomada de posição e os secretários têm que se posicionar. Relação do ZEE com relação a área tombada, foi colocado. E reforço dos instrumentos econômicos, sim ou não. Então deixar vocês falarem sobre esses temas e agente complementa.

Sr. Tiago – Bom, a relação ao ZEE com a área tombada, eu acho que é um tema sempre para se aprofundar. Eu acho que podemos aprofundar na Câmara de discussão do PPCUB; inclusive a sociedade civil, que tem muita capacidade técnica nessa área pode fazer propostas concretas. A gente está aberto a receber as suas propostas concretas. Mas mais uma vez não é o ZEE que autoriza essas questões ou modificações, ou mesmo se sobrepõe à legislação tanto federal quanto local. Mas, de fato, o que mais, digamos, existe a relação de preocupação área tombada com a ZEE é o fato da dinamização econômica está fundamentalmente prevista para deslocar a concentração tanto de emprego/renda quanto de mobilidade e transporte cotidiano. Isso não é uma coisa, obviamente todo mundo sabe que se faz com o estalar do dedo. Isso é um projeto, é um planejamento de longo prazo. Então essa eu acho que é a missão mais objetiva, mas identificável do ZEE com relação à área tombada que é, de fato, de desconcentrar. Hoje nós temos aí ainda acerca de – Alexandre eu não sei se vai me ratificar ou pelo menos me corrigir – em torno de 60% da renda concentrada no Plano Piloto e 44 ou 45% dos postos de trabalho no Plano Piloto. Ainda é brutal. E sendo que se você somar as três RAs com o maior número de emprego... Vocês EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

mostraram aí, oitenta e poucos por cento dos empregos estão em três RAs, não é? Então ele tem esse sentido de criar novas conexões deslocar um pouco esse eixo e evitar o movimento pendular, que é o movimento tradicional de cidade-dormitório, ou seja, a pessoa acorda e vai para o trabalho e volta no final do dia para dormir em casa. Esse movimento já é muito mais complexo do que era a 25, 30 anos atrás, mas ainda assim há um afluxo muito sério em quantidade de veículos e pessoas aqui para a área tombada. É claro que ninguém vai deixar de ter a premência de ser a capital federal e tudo isso que implica em termos econômicos.

A outra questão aqui é da estratégia. Essa aqui é a estratégia dos mapas com relação ao combate à grilagem? É isso? Bom, isso a Maria Sílvia pontuou.

O combate à grilagem, como a gente colocou, a Maria Sílvia mesmo colocou o mapa das áreas críticas que a gente tem divulgado isso extensamente desde março do ano passado, há um ano atrás foi publicado esse mapa das áreas críticas, está inclusive aí fácil na internet, ou no Geoportal, ou no *site* da Agefis, ele é uma iniciativa do governo com 12 órgãos de governo, o Acema, o Ibram e a Segeth, por exemplo, só para dizer dos que estão aqui, a Seagri também, todos nós fazemos parte e ele é a conjugação de vários níveis e vários mapas de restrição de cada área. Ou seja, e eu tenho uma área de provimento Habitacional que está desocupada, o André colocou todas as Unidades de Conservação, a agricultura as suas áreas de produção agrícola e as suas áreas de reassentamento e assim por diante, isso gerou esse mapa que nós estamos incorporando ao ZEE. Maria Sílvia fez questão de ressaltar. Ele é o mapa que tem uma dinâmica, então ele, na verdade, é incorporado, mas vai ter os seus ritos aí de atualização. E ele cruzado eu acho que com o ZEE ele vai realmente dar as zonas cruzadas onde aquilo lá não vai poder acontecer. Ou seja, a expansão desordenada não vai poder acontecer.

Fundamentalmente, a gente tem uma revisão – é isso que eu queria deixar claro – o ZEE nos aponta para o Norte na revisão do PDOT, e a gente já tem um certo diagnóstico e vai ser aprofundado agora a partir desse ano, é de redução da mancha urbana. Claro que em alguns lugares ela vai se expandir para reconhecer

algumas ocupações já consolidadas, mas, via de regra, aquela expansão que foi promovida, talvez com caráter especulativo em outros anos, em outros PDOTs, ela vai ser reduzida quando aquilo não tiver base no ZEE, não tiver base nas questões já verificadas como o resultado do próprio PDOT. Então esse é um horizonte de combate à grilagem e, de fato, com os usos e as subzonas bastante delineadas, você percebe que tem áreas que claramente não são áreas para expansão urbana e que o PDOT vai replicar no sentido de não indicar para lá a expansão urbana.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Bem, só complementando essa fala do Tiago, essa ideia de trazer o desafio da grilagem de terra para dentro do Zoneamento ecológico urbano foi nossa. Porque alguém disse aqui hoje pela manhã e disse com propriedade, eu acho que foi o Frederico Flósculo, foi assim: "Colocar no mapa é muito pouco porque não resolve". Por no mapa e não fazer nada não resolve. Agora, não está nem no mapa, menos ainda... Os advogados costumam dizer assim: "O que não está nos autos, ou no processo, não existe". Portanto, o desafio dos advogados traduzir todos os fatos com provas, indícios, elementos, argumentos e fundamentos etc., para dentro dos autos. Porque o juiz tem a obrigação de olhar só para o que está dentro dos autos. No campo da gestão do território, o que não está no mapa não existe. Então a ideia de trazer o desafio de combate à grilagem para dentro do ZEE foi dar, botar luz nesse assunto, dar transparência no maior desafio de sustentabilidade territorial do Distrito Federal. Todo mundo aqui se não tem conhece alguém que tem um lotezinho, um puxadinho cá, o outro acolá e tal. Isso virou cultura do Distrito Federal porque permitiram, porque não puseram no mapa, porque não combateram, porque não defenderam, porque não tiveram políticos com coragem de enfrentar, porque não tiveram eleitores que votaram em outros políticos com coragem de enfrentar. Então, a gente precisa dar transparência a esse fenômeno cultural do Distrito Federal que é a grilagem de terra. Então o que nós fizemos? Vamos trazer o mapa, este governo criou o Comitê de Governança do Território. Comitê de Governança do Território. Esse Comitê de Governança do Território é formado por secretários de estado que se reúnem de 15 em 15 dias para debater as frentes, o que fazer em cada frente de grilagem. O estado sozinho não dá conta

de tudo. Portanto, a gente precisa mostrar para a sociedade o que está acontecendo. E, ao mostrar o que está acontecendo, nós estamos nos submetendo ao crivo e a crítica de cada um de vocês de forma transparente que vai poder dizer: "Tem outra frente aqui e vocês não estão fazendo em nada. Tem outra frente acolá e vocês não estão fazendo nada. Nessa daqui que vocês identificaram, vocês não estão fazendo nada". Então é a coragem que este Governo está tendo de botar claramente, primeiro, o desafio da grilagem de terra como assunto de gestão do território, não somente de polícia. Não somente de polícia, porque envolve Caesb, Adasa, Ibram, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Habitação, Secretaria de Agricultura, Emater – só para falar dos órgãos que eu me lembro que estão no Comitê de Governança do Território. Então, nós estamos trazendo isso para dentro da lei através de um mapa. Esse mapa tem que ser atualizado, ele pode ser aprimorado. Agora, esse mapa não foi feito no *chutômetro*. Esse mapa foi construído com base numa metodologia que definiu critérios: critério de vulnerabilidade ambiental, critério de vulnerabilidade econômico-social, critério de vulnerabilidade fundiária. Têm outros critérios que eu não me lembro agora de cabeça. Foi feito uma matriz. Essa matriz foi colocada no sistema e isso gerou os mapas de criticidade. Não quer dizer que não haja outras frentes. Aliás, me desculpa dizer, o DF está em processo de grilagem permanente para todo canto, não é? Então não dá para pintar o mapa de uma cor única. Eu não vou citar uma e nem outra para ninguém dizer que eu estou aqui colorindo. Não dá para pintar o mapa inteiro de uma cor e dizer que está tudo. Têm prioridades.

Então, assim, de novo, o ZEE não é tudo aqui e agora, todos os problemas do universo resolvidos em uma única canetada. Mas trazer o desafio de combate à grilagem para um debate claro, apontando o dedo no território, tanto para a sociedade como um todo, como para dentro da Câmara Legislativa, na nossa visão é um grande avanço. E agora a sociedade tem que cobrar é mais, porque ela vai poder partir de um patamar diferente do que teve até agora. Por que esse não é um assunto de polícia? Deixou de ser um assunto de polícia e agora é só de AGefis. Agefis é um órgão fundamental, aliás eu não tinha dito, faz parte

também desse comitê. Agora, se o mapa pode ser aprimorado e tal, também essa é uma discussão.

Como se dará a integração do ZEE com os demais instrumentos? Dois instrumentos fundamentais que a gente quer que estejam diretamente vinculados: licenciamento ambiental e outorga. Nós estamos inclusive num debate com a Adasa para definir em que grau essa, digamos, conexão do ZEE e o licenciamento ambiental será feita com a outorga, porque a outorga é de competência, a execução de competência exclusiva da Adasa. Mas há outros instrumentos, como foi dito aqui o PDOT. Em alguns casos, o ZEE está orientando como recomendação, como diretriz, a alteração no PDOT. Lei de Impermeabilidade do Solo. A Lei de Impermeabilidade do Solo já foi feita considerando as análises e os estudos. Portanto, ali já tem conexão com o Zoneamento Ecológico Econômico. Como eu disse aqui, conexão com Unidades de Conservação. A conexão se dá primeiro, pelo respeito ao que está colocado nas normas específicas de cada Unidade de Conservação. Segundo, reforço. Se esse reforço está insuficientemente caracterizado nas diretrizes, tragam propostas objetivas que serão acolhidas. Por exemplo, de cabeça agora eu não me lembro, mas a Munna esteve aqui falando da Estação Ecológica Águas Emendadas.

O que diz o Zoneamento Ecológico Econômico em termos de diretrizes para subzona onde está localizada a Estação Ecológica Águas Emendadas? Essa diretriz é compatível com plano de manejo? É compatível com o entorno da Unidade de Conservação? Não é? Essa análise, todos estão convidados a fazer e discordar se achar que a diretriz que está lhe não é suficiente. Porque também hoje não é o último, o final da linha. Hoje é uma audiência pública e inclusive estamos examinando a possibilidade de fazer mais uma. Estamos abertos, continuamos abertos a fazer reuniões bilaterais como já fizemos algumas vezes com algumas das instituições aqui representadas. E, mesmo depois de ter sido apresentado na Câmara Legislativa – isso foi uma outra pergunta que foi colocado aqui e que, aliás, não está registrada aqui no papel – qual é a garantia que nós damos de que a Câmara Legislativa não vai desvirtuar o Zoneamento ecológico Econômico?

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Eu não posso dar uma de paraguaio, não é? Nada contra os paraguaios, mas tem aquela brincadeira que é assim: "*la garantía soy yo*". Não tem. A garantia são vocês participando, criticando, mas também apoiando naquilo que ele tem de valor. Se mobilizando, estando presente, ocupando aquela plenária como ocupar quando tem debate de grilagem e tem 400 pessoas naquela plenária lá para falar de grilagem de terra. Noventa por cento dos que vão não estão preocupados nem com o "E" do Econômico e nem o "E" do Ecológico. "E" outra coisa, é o "E" do "E.U", do eu mesmo, não é?

Então audiência pública também é uma convocação, não só as críticas que são bem-vindas, importantes e necessárias, mas há uma conexão com essa proposta para quê a gente possa ter apoio e legitimidade na Câmara Legislativa. Então é isso.

Conceito de capacidade de suporte. Bom, esse conceito é um conceito que vem lá de trás, o Paulo, inclusive, da Adasa fez comentários em relação a isso, emprestado da biologia de espécies, mas hoje em dia ele é usado para a gestão ambiental pública. Portanto, existe uma adaptação desse conceito a partir do método que foi definido aqui. Nós estamos discutindo riscos ambientais com base em dados e informações de técnicos qualificados. Há melhor informação existente. Pode ter melhor? Pode. Mas nós vamos deixar de fazer porque nós não temos ainda a informação de excelência, se nós temos uma informação razoável e boa, vamos tomar decisões com base nas informações que a gente tem. Nós não vamos ficar esperando a academia produzir todos os dados de todo o Distrito Federal numa escala 1 para 1, para a gente a partir daí começar um processo de elaboração de um planejamento de longo prazo do território. Nós precisamos trabalhar com o nível de informação e dados que a gente tem.

Então eu vou pedir depois daqui para Maria Sílvia ou quem mais aqui do nosso corpo técnico que queira falar, mas é uma mescla. O Zoneamento não é um instrumento tecnocrático em que você joga dados numa formulinha e sai a equação pronta e tudo está resolvido. Não é um *software*, ele precisa do *peopleware*. Precisa das pessoas defendendo, inclusive, defendendo politicamente as diretrizes e os seus horizontes. É também uma escolha política

com base em informações técnicas qualificadas disponíveis. E nós não podemos deixar de fazer algo por que todas as informações ainda não foram produzidas. A academia vai nos ajudar e a ciência vai nos ajudar a fazer o que é mais importante, não só qualificar as informações utilizadas para a elaboração do Zoneamento, mas ela vai nos ajudar a avaliar a sua implementação no tempo real. O Zoneamento precisa ser implementado, o que é o mais importante. E precisa ser avaliado permanentemente. E se tiver erros, ele pode ser corrigido. Então se tem gente questionando o conceito de capacidade de suporte porque não é uma forma matemática, ele está sendo adaptado por um conceito de gestão pública e ambiental. Nós estamos trabalhando com a melhor informação disponível no momento e trabalhando com os conceitos que foram colocados aqui de risco ambiental e de potencial econômico. E vamos avaliar, vamos implementar esse saneamento dentro dos princípios da precaução.

Aí eu peço para a Maria Sílvia complementar aqui.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Eu queria colocar aqui, assim, nós temos tentado trabalhar no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico trazendo o que há de melhor em várias áreas. Em 2012 quando a gente trouxe o conceito do risco da administração, é um conceito da administração, para trabalhar o risco Ecológico agente sofreu uma resistência brutal de vários e vários setores porque não compreendiam o conceito. De 2012 para cá, no âmbito do governo, ninguém questiona mais isso. O setor privado não questiona mais. Grande parte da sociedade civil com quem a gente tem conversado compreende a utilidade desse conceito aplicado à questão ecológica. Observem, na metodologia federal do ZEE o que sempre se discutiu foi potencialidade e vulnerabilidade. O que é a vulnerabilidade? Como é que a gente mensura isso? Como é que a gente sai de um conceito teórico lá dos anos 80 da Becker e traz isso para um ato de gestão? Como é que faz isso? Nós encontramos muitas dificuldades, fizemos oficina com outros ZEEs, todos os estados estão com problemas com esse conceito de vulnerabilidade do ZEE porque ele não se materializa em nada. Então, por exemplo, eu vou dar um exemplo: o Parque Nacional de Brasília, um fragmento de cerrado grande, ele está mais vulnerável, mais vulnerável a questão dos incêndios, a questão da caça ilegal, ou uma área

pequena, um pequeno fragmento de cerrado? O que é mais vulnerável? Nem em coisas assim a gente conseguiu se entender, por quê? Porque sob alguns aspectos, a biodiversidade que tem dentro está mais ameaçada justamente porque ela é mais presente e atrai mais os caçadores. Ou atrai mais a indução de fogo criminoso para fazer a geração, o ciclo de floração para essas coisas que a gente vê ali na Torre sendo vendidas. Agora, em outros lugares, em outros setores, acha que, "Não, não, não". Na análise de paisagem típica que é um campo teórico de conhecimento, os fragmentos pequenos de paisagem estão automaticamente mais vulneráveis. O que é a vulnerabilidade? Ela não é o risco. Ela é a possibilidade do impacto desse risco. Então a partir assim, de 2 ou 3 anos discutindo cada um desses conceitos. Nenhum desses conceitos é muito simples, nenhum desses conceitos foi importado e aplicado. Nós gastamos tempo, discutimos em inúmeros e inúmeros seminários e reuniões com o Ministério Público, a equipe técnica gestora e na presença do Prodem, da Marta Eliana e dos peritos dela, com a equipe de governo para a gente refinar o conceito. Nenhum desses conceitos é leviano. Por que a gente não pôs, está pondo capacidade de suporte e não está quantificando resiliência, ou ponto de ruptura? Porque capacidade de suporte abre a possibilidade da gente incorporar os elementos de gestão. Vamos dar o exemplo da água, qualidade de água. Nós trabalhamos 2011, 2012 para aprovar o primeiro PGRH – Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do DF, é o Plano Distrital de Águas que nunca tinha sido aprovado. Nós aprovamos em 2012. Gastamos 2013 e 2014 fazendo reunião com comunidades, comitês de bacia, para chegar no final de 2014 entendendo qual é o desejo social em relação à qualidade das águas, que é o enquadramento. Isso virou uma resolução do Conselho. Quando uma comunidade diz assim, "O meu desejo com essa água, a minha relação com essa água é de me banhar nessa água", isso significa que tem risco à saúde. Portanto, se o contato primário é objeto de desejo dessa comunidade com esse rio, todos os níveis de poluição vão ter que estar controlados segundo as resoluções Conama e segundo as resoluções nacionais do Conselho de Recursos Hídricos porque o aporte de poluentes tem que ser restrito pela vontade da comunidade. Isso nos dá uma ideia de capacidade de suporte. Não é a capacidade de suporte

ecológica própria. É a capacidade de suporte social. É o que a sociedade deseja de fazer uso dessa água. Isso é tão Vale do quanto à capacidade de suporte ecológica. E é isso que a gente está falando aqui. A capacidade do suporte que a gente está falando do território não é um exercício abstrato, próprio, exclusivo, fechado da capacidade de suporte ecológica. A gente está falando da capacidade social, como o risco também é um risco social. Então a gente tem que ter muito cuidado quando a gente questiona. Talvez entender um pouquinho melhor a fundamentação. A gente vai aprender juntos a aplicar esse conceito. Agora o que é importante dizer é o seguinte, por não ser só normativo como foi dito, o ZEE avança num conceito de indicar as bases programáticas. Isso é uma inovação. O Ministério do meio Ambiente reconhece como inovação, porque as peças territoriais que a gente tem, historicamente, não só no DF quanto no resto do Brasil, são peças que a gente não consegue materializar. Vamos ver os PDOTs dos locais. Os PDOTs dos locais, municípios e estados não têm indicadores, o nosso também não. Então a gente recomenda que, não é só o ZEE, todos os instrumentos de gestão tenham, saiam da sua zona de conforto que é o que todo mundo faz, que é poligonais diretrizes e avance para assegurar transparência na decisão do monitoramento do território que é indicador, que todo mundo entende o que é.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Maria Sílvia...

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Que todo mundo... Finalizando isso. Não, é porque está bordando e eu acho que é um dos pontos mais importantes e é o único que eu vou abordar. Tem que ter uma base de dados aqui para que todos vocês possam ver. Quer saber do Park Way? Quer saber do Lago Sul? Quer saber o risco ecológico, a ictiofauna que tem nos rios? Porque ela é importante? Vai estar aqui. Nunca foi produzido isso. O ZEE indica que seja produzido e que seja disponibilizado para o controle social. Esses são os avanços.

Então sem mais me delongar, eu queria sempre assim, a gente não está falando de um trabalho normativo clássico, típico. A gente está falando de um esforço imenso de todos nós para construir as ferramentas de transparência de controle social em bases mensuráveis cujos indicadores sejam pactuados por

todos aqui. Que a gente olha o território com base no olhar que todo mundo quer ter sobre o território, que são os indicadores. Que a regra para autorizar as coisas, que não é um ato só de governo...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Tá bom, Maria Sílvia.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Então a gente tem que finalizar. Eu não falei nenhuma vez sobre isso. Você se inscreva, por gentileza. A gente pode fazer o seguinte, a gente precisa ter mais do que só o planejamento para essa sustentabilidade, por que se não a gente vai ter uma peça teórica linda de morrer é tão eficiente quanto a rainha da Inglaterra. E só isso.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Tá bom, Maria Sílvia. Obrigado. Estender um pouquinho mais, porque a gente tem que esclarecer, foram várias as perguntas e nem todas a gente conseguiu responder ainda. Então vamos lá, tem uma lista de inscritos que já chega a casa dos 33. Um número especial. 33, cada um falando 3 minutos dá uma hora e meia, quase duas horas. Então eu quero propor a plenária, mas eu quero propor sem ter que depois revogar a decisão. Então eu estou aqui empoderando a plenária para a gente tomar uma decisão juntos aqui e agora. A gente dá mais 10 minutos para quem chegou agora e ainda não se inscreveu e quer falar. Se inscreve.

Lembrando que aos que chegaram agora à tarde, que a gente tem um plantão de dúvidas. Se não está reativado, tem que estar reativado para que não tragam para cá perguntas muito específicas. Dúvidas assim muito genéricas, perguntas muito específicas. Podem esclarecer lá no plantão. E a gente vai dar sequência de cinco em cinco, serão seis ou sete blocos, sete blocos de falas de até 3 minutos. Dois minutos e meio nós vamos começar a levantar as mãos e quando der 3 minutos eu vou começar a bater palmas e todos aplaudem quem estiver falando, para a gente não ter que ficar cortando. Vamos fazer assim? Podemos fazer assim? Ela pediu licença porque ela está com uma situação de saúde. Podemos suspender as inscrições para novas falas? Em 10 minutos. De acordo? O silêncio é sim?

Plateia – Sim.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Sim. OK. Podemos estabelecer falas de 3 minutos para dar tempo falarem até as 17h? Porque o Regimento fala audiência até as 17. As 18h nós vamos ser expulsos da sala, porque tem que entregar a sala aqui para o CREA.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Essa é uma boa orientação. Eu tendo a acolher essa sua sugestão.

Pessoas que já falaram pela manhã dá prioridade para quem ainda não falou. De acordo?

(Aplausos)

Então não vamos revogar o que vocês mesmo decidiram, tá?

Senhor – São quase 13h15. 13h25 a gente encerra a inscrição. Nayara e Cláudia estão aqui à frente da... 13h25 nós vamos encerrar. Eu quero registrar a presença do Dr. Paulo Leite Farias da 5ª Prodema. Se quiser chamar à mesa.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Cadê o Dr. Paulo Leite? Eu não vi ele aqui.

Senhor – Está lá.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Dr. Paulo, se o senhor quiser vir à mesa aqui... Tem o representante do Ministério Público aqui. Eu quero também agradecer a presença de alguns movimentos aqui, o Movimento de Luta pela Terra, DF em Movimento, o Fórum de ONGs do DF e ao longo aqui a gente vai lembrando de outros movimentos que estão presentes aqui também. Agradecer a presença de vocês é muito importante para todos nós. MFT está aí também? MST também.

Senhor – Alálico, do Instituto CO2. Laurete Mascarin, Mônica Veríssimo, Chico Santana e Flávia. Quem mais? Quem é o próximo aqui? E Cláudio Viegas.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – A Flávia vai ceder a vez e depois ela vai...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Eu sei, mas pessoas que já falaram... Nós acabamos de decidir. Acabamos de decidir. Vamos lá, vamos cumprir a nossa palavra.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Eu sei, mas ela já falou. Nós acabamos de decidir, eu não quero descobrir a minha palavra. Eu não quero descumprir a minha.

(Aplausos)

A minha palavra é o seguinte, e foi acordada com vocês, pessoas que já falaram...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Pessoas que já falaram, desculpa. Eu vou te responder a senhora porque a senhora merece resposta. É a seguinte, nós fizemos vários blocos... Com licença, com licença. Nós fizemos vários blocos pela manhã sem interromper de cinco em cinco para responder. Acumulou respostas. E nós abrimos então a sessão da tarde com as respostas às perguntas que foram feitas. A senhora me desculpa, eu não aceito a sua reclamação.

Próximo. Eu vou pedir então que a pessoa, por autodeterminação, porque aqui todos são adultos e conscientes, que por autodeterminação a pessoa que já falou peça para colocar no final da fila aquelas que já falaram. Isso aqui é uma orientação, isso aqui não é um assunto de polícia, é uma orientação.

Senhor – Essas pessoas que nós já citamos aqui o nome: Alárico, Laurete, Mônica Veríssimo, Chico Santana, por favor, se aproximem aqui. E a Patrícia. O primeiro é o Alárico. O Alárico se encontra presente? Alárico Jácomo. Laurete? Pode vir. O Chico Santana está aí? A Patrícia está aqui. E o próximo é o Cláudio Viegas. Já pode se aproximar também. E a Mônica Veríssimo também. Pode vir, Laurete.

Sr. Laurete Vascarém – Boa-tarde. Eu estou aqui a convite da Novo Encanto Ecologia, mas eu vou falar como cidadã. E eu quero unir três... Laurete Vascarém, Associação Novo Encanto, mas como cidadã. Eu quero unir três falas aqui que eu ouvi, algo bem interessante. Todas as falas que eu vi aqui foram bem interessantes. Primeiro, muito grata por vocês abrirem um espaço para a gente, nós leigos podermos falar um pouco.

A promotora Eliane, ela falou sobre "A natureza nos dá de presente alguns espaços de paraíso. Então nós temos que cuidar". E depois do Secretário André EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Lima falou também de grandes áreas, para a gente poder ter uma área verde grande, para a gente poder ter realmente um efeito para sustentar e a água, como instrumento vital. E eu também gostei muito da fala do Frederico e ele falou exatamente isso – que não adianta a gente fazer muita coisa se a gente não cuidar e realmente não fazer com que a coisa aconteça.

Eu aqui quero falar um pouco, porque eu já lutei um tanto com o Ibram, não com o Ibram, mas lá dentro eu tive que apresentar projetos. Eu tive que gastar um bom dinheirinho para poder mostrar uma área que estava sendo bastante prejudicada e simplesmente sumiu lá dentro do Ibram. E eu moro numa área rural que, ao lado das nossas chácaras que é uma área rural, foi construído ou condomínio Império dos Nobres, atrás o RK. Então, virou um grande condomínio com algumas chácaras timidinhas tentando sobreviver ali dentro. E o que eu quero propor é que a gente tenha realmente o projeto que tenha força sobre as preservações das nascentes. Porque eu tenho lá algumas nascentes, tem uma que eu já tenho algum trabalho lá para mostrar que estão sendo jogado entulho lá dentro, essas coisas todas que a gente sabe que acontece em alguns lugares. E aí, quando eu consegui chegar um pouquinho mais à frente aí nos órgãos do governo, foi criado aquele – eu esqueci o nome da nascente, madrinhas de nascente? Como é que é o nome? – Adote uma Nascente. Isso. Aí você ia lá, "Ah que legal, vão tomar conta da nascente". Nada. Você adotava, aí você tinha que colocar uma placa, cercar, fazer isso e fazer aquilo e o governo, nada.

Então eu vejo assim, vão cuidar das nascentes. A gente está aqui realmente precisando de água. Então a minha proposta, o meu pedido é que a gente pensa com carinho e com ação, determinação sobre as nascentes. Então grata aqui.

(Aplausos)

Sr. Chico Santana (Associação dos Moradores Amigos do Córrego Mato Seco/Park Way) – Boa-tarde a todos, o meu nome é Chico Santana, eu sou jornalista estou aqui na condição de presidente da Associação dos Moradores Amigos do Córrego Mato Seco, no Park Way.

Em primeiro lugar gostaria de fazer um *mea culpa* corporativo. É impressionante que não tenha nenhum repórter, nenhum cinegrafista, ninguém da Imprensa cobrindo um debate tão importante para o futuro da cidade.

(Aplausos)

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Portanto, você vai poder dar o furo jornalístico.

Sr. Chico Santana (Associação dos Moradores Amigos do Córrego Mato Seco/Park Way) – Bom, as proposições pontuais que a MAC tinha que fazer, ela o fez de forma por escrito, encaminhou pontualmente artigo a artigo para a Sema. O que nós gostaríamos de colocar aqui é mais um princípio que norteou o nosso debate. Nós achamos que esses ZEE é um momento para o poder público junto com a comunidade poder trabalhar em três estágios, em três frentes. Uma dessas frentes é recuperar o degradado. O governo e a comunidade precisam ter ações mais efetivas para que as ocupações irregulares, as grilagens, as degradações de nascente, haja um basta para tudo isso e que haja ações concretas de recuperação. Eu gosto de dar o exemplo que eu acho para mim que é muito que é muito singular, que a menos de 500, 600 metros de duas administrações regionais, a do Núcleo Bandeirante e a do Park Way, exista um lava-jato que retire água clandestinamente do riacho do Córrego Riacho Fundo e devolva essa água cheia de óleo e gordura, o que for, para esse mesmo córrego e ninguém faz nada. E não é por falta de denúncia.

(Aplausos)

Então nós temos que ter efetivamente uma ação concreta. Nesse sentido, falando agora, mas para o meu bairro, é necessário ter uma política concreta de preservação das nascentes. Há um pleito dos moradores já há muito tempo de transformar as nascentes do Córrego do Mato Seco e a Nascente do Córrego do Cedro, que são os dois principais tributários do Ribeirão do Gama que, por sua vez ao lado do Cabeça do Veado respondem por um terço da água do Lago Paranoá, têm que ser protegidas, preservadas na forma de um parque. A UNB já reflorestou grande parte da área, mas continuam jogando caminhões de entulho, continua tendo grilagem, continuam tendo ocupações que aterram braços desses córregos. Nesse mesmo sentido, os corredores desses córregos têm que ser alvo

da aplicação do Código Florestal e que as margens de um lado e do outro sejam preservadas, intactas, porque elas vêm sendo alvo de ocupação e inclusive, com risco de contaminação de agrotóxicos.

A outra frente é que nós temos que discutir políticas futuras. Também não adianta ter um esforço concreto de recuperar o que está estragado se nós não tivermos política de preservar a recuperação. E nesse sentido é importante que nós tenhamos normas firmes, que nós termos políticas públicas que possam incentivar, até de caráter fiscal, que a comunidade possa preservar as nascentes, possa atuar no reflorestamento, que possa trabalhar nos movimentos ambientais, que possam, inclusive, começar a ser um polo de energias alternativas, política de tratamento de afluentes alternativos, porque nós sabemos que não haverá dinheiro e nem condições de estar atacando, o governo está atacando tudo isso. Então ele tem que fazer essa parceria com a sociedade, com a comunidade e para isso é preciso ter incentivo.

E finalizando, porque o meu amigo já está aqui agonizado, o secretário perguntou: "Qual é a garantia que nós temos, que a Câmara Legislativa vai cumprir o que está aqui?". Eu acho que não é uma garantia, mas o caminho é uma efetiva parceria com a comunidade. Mas para que haja efetiva parceria com a comunidade é preciso que a comunidade seja melhor ouvida.

(Aplausos)

Porque quando chegar na Câmara Legislativa a mídia vai cobrir sim o interesse do capital na hora de votar o ZEE. Nós sabemos, historicamente que a Câmara Legislativa altera destinações de lotes para atender interesses de A, de B e de C. Então, ou as secretarias tem um apoio, estar de braços dados com a comunidade, ou a comunidade vai ter que fazer uma luta inglória contra secretaria e contra a CLDF. Então nós temos que montar uma coisa só para podermos chegar juntos.

É isso, obrigado.

(Aplausos)

Senhora – Depois da Patrícia será o Cláudio Viegas.

Sra. Patrícia Viegas – Boa-tarde. O meu nome é Patrícia, representando como cidadã, moradora do Park Way. Primeiramente eu estou chocada, antes de iniciar aqui, com alguns procedimentos. Porque na hora de mapear eles falam tanto em fundamentação, o povo, a população. Mas na hora de mapear eu não fui convidada, vocês foram? Não. Então não houve, em verdade não houve esse tipo de relação que foi descrita aqui, falado aqui. Quero deixar isso bem claro.

Segundo, somos contra, nós somos, o Park Way, do Park Way na área de dinamização produtiva com equidade 3, que permite atividades N3 que inclui atividades de comércio absurdamente, de serviços e pior ainda, industrial não segregadas – só um momento aqui para eu pôr os óculos. Eu estou velha – dos demais usos. Esta inclusão diz respeito ao que está disposto no PDOT, nas leis ambientais que visam proteger o Park Way.

O ZEE é mesmo um "ZÉ" que depende apenas o aspecto econômico e não leva em consideração a qualidade de vida dos moradores e nem a qualidade de vida do nosso cerrado, fauna e flora de Brasília. Uma vez que o Park Way foi criado para ser o pulmão do DF. Só um momento. Espera aí. Importante que o ZEE realmente dê destaque a parte ecológica do trabalho. Pelo que eu vejo aqui a visão está sendo só econômica, só interesses de empresários aí em relação ao governo. Essa é a minha visão, correto? Particular. Afinal, deve ficar caro para o governo do DF na elaboração do ZEE que há quatro coisas que consideramos vitais para a nossa comunidade:

- I. Estar dentro de uma área de conservação e querer permanecer sendo vista como tal, seja dentro de qualquer instrumento que trate de planejamento e gestão territorial e ambiental.
- II. Estar dentro de um programa internacional que é a reserva da biosfera da UNESCO. E estar na zona de amortecimento da reserva que exige baixa densidade populacional.
- III. Está na zona de tutela do Iphan, uma vez que o Parque Way está na Bacia do Paraná que é a área de tamponamento do conjunto urbanístico de Brasília. Logo, altura máxima de nossas casas,

residências dentro do nosso bairro é próximo, para não comprometer a visibilidade do horizonte a partir da área tombada.

- IV. Ser fornecedora de importante serviço ambiental para a população do Distrito Federal, afinal, a comunidade há anos preserva, regenera e que compõem o cerrado para garantir os corredores ecológicos das diversas espécies.
- V. E também contribui para a integridade dos ecossistemas aquáticos, ajudando a liberdade, quantidade de água das drenagens que correm para dentro do Lago Paranoá, futuro reservatório para abastecimento da população do DF.

E logo-logo teremos aí também o racionamento de energia, já pensaram nisso? Daqui a pouco, "Ó gente, vocês terão todas as geladeiras desligadas". Se você tem comércio, o seu sorvete vai dançar, tá? Então preparem-se.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Está dando 5 minutos, Cláudia.

Sra. Patrícia Viegas – Quatro e vinte e um. Falaram muito em sustentabilidade ética. Eu gostaria muito de saber o que quer dizer isso. Porque eu fico observando W3 Sul, o abandono. Qual foi o incentivo do GDF para os comerciantes da W3 Sul, o Bandeirante que é um grande centro de comércio e está tudo fechando, abandonado?

Então eu acho que há muitas outras coisas importantes para vocês se preocuparem antes de destruírem o nosso cerrado, *OK?*

Muito obrigada.

(Aplausos)

Senhora – Cláudio Viegas. E para fechar o bloco, Delson Matos. Cláudio Viegas, está presente? Delson Matos?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – A Mônica não estava inscrita?

Senhora – Alda Duarte é a próxima.

Sr. Delson Matos (Presidente - Comitê de Bacias do Aflente do Maranhão/Fercal) – Delson Matos, presidente do Comitê de Bacias do Aflente do Maranhão, a Fercal.

Bem, durante a manhã e a tarde, algumas coisas que eu gostaria de ter dito aqui já foram esclarecidas, mas têm algumas coisas aqui que eu anotei e eu quero dar ênfase embora já tenha sido dito aí. Eu quero propor aqui uma maior discussão com relação à outorga e licenciamento, abrindo espaço para mais participação e esclarecimento da comunidade.

Também me preocupo mais com mais uma proposta que pode ficar no papel. Ou seja, tantas coisas que estão sendo discutidas aqui e eu já participei gente, francamente eu acho que todas as conferências do DF eu já participei, conferência de meio ambiente e eu nunca vi nenhuma delas efetivamente atingir lá a comunidade. Eu moro numa região industrial e os benefícios de compensação ambiental vai para onde o governo destinar e aonde são realmente danificados ficam os prejuízos para a comunidade. Então eu gostaria inclusive de saber como essas propostas aqui vão sair do papel e vão efetivamente beneficiar a comunidade? Então essa é uma questão que eu gostaria de ter resposta.

Também eu gostaria que introduzisse no ZEE instrumentos que possibilitem a recuperação de nascentes quando estas atingem níveis críticos. Por que eu falo isso? É porque nós estamos passando por crises hídricas aqui no DF, no Brasil e no mundo a fora, mas ninguém faz alguma coisa de efetivo, quer tirar dinheiro do bolso para aplicar na preservação, na recuperação das nascentes. As nascentes estão secando, a pessoa está vendo acabar a nascente e não toma nenhuma providência. Então, eu gostaria que na discussão desse ZEE incluísse algum instrumento que possibilitasse, que orientasse. Bom, se arrumasse um projeto para recuperar as nascentes. Nós não podemos deixar e ver a coisa morrer e deixar morrer.

Então é isso. Eu gostaria e no mais eu agradeço, é por aí mesmo. Esse ZEE é muito importante para toda a questão ambiental nossa. É muito importante. Eu gostaria que fosse aprovado, mas eu gostaria que tivesse mais participação da comunidade. Porque a gente vem aqui e têm tantas pessoas, técnicos que

falam as palavras que às vezes eu nem entendo os textos. A gente vai levando, com o tempo vai acostumando. Mas eu gostaria que tivesse mais participação da comunidade. Porque na verdade, se a gente que está no meio, vocês aqui que estão no meio do assunto está sabendo. Mas a comunidade não sabe de nada do que está acontecendo aqui. Obrigado.

Senhora – Depois da Alda será o Marconi Borges.

Sra. Alda (Movimento de Agricultura Urbana do DF / GT de Agricultura do Movimento Nossa Brasília / Coletivo 416 / Movimento Repense Ponta Norte)

– Boa-tarde a todos. Eu sou a Alda, eu sou do Movimento de Agricultura Urbana do DF, eu faço parte do GT de Agricultura do Movimento Nossa Brasília. E também estou aqui pelo Coletivo 416 e pelo Movimento Repense Ponta Norte. Eu gostaria de parabenizar os secretários pela iniciativa que é muito audaciosa e urgente do DF inteiro, parabéns. Realmente é um trabalho incrível.

E eu gostaria de fazer algum acréscimo no Artigo 25 na Subzona de Dinamismo e Produtividade Econômica 4, que é a que eu estou inserida. Só um minutinho.

Em relação ao Inciso II do Artigo 25, nós estamos propondo uma pequena alteração. É garantir a multifuncionalidade na oferta de lotes urbanos... Só um minutinho, segura para mim. De lotes urbanos e a existência de lotes institucionais para qualificação e expansão do sistema de mobilidade proporcionando núcleos urbanos compactados das quais se articulam as atividades produtivas de natureza N1, N3, N4 e N2, no que couber, desde que sejam priorizados os transportes não motorizados e o transporte público coletivo de matriz energética e limpa. Só apenas um adendo. Desde que seja priorizado o transporte não motorizado e o transporte público coletivo de matriz energética limpa.

Segundo é o Artigo 6. Só um minutinho. Consolidar um sistema de áreas verdes permeáveis intra-urbanas. O adendo é: com práticas agroecológicas de fins comunitários e com o uso preferencial de espécies nativas, com plano de implementação definido, dentre outras estratégias alternativas a supressão de áreas verdes, a compensação florestal em áreas críticas urbanas no que couber

e medidas de maximização da infiltração de águas pluviais. Esse é o Inciso VI. Na verdade são só práticas agroecológicas.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Alda, vamos fazer o seguinte, você deixa registrado aqui e manda por escrito direitinho a redação.

Sra. Alda (Movimento de Agricultura Urbana do DF / GT de Agricultura do Movimento Nossa Brasília / Coletivo 416 / Movimento Repense Ponta Norte) – Já está escrito. É porque eu entreguei e não me devolveram. Por isso que eu estou lendo aqui.

Aí a terceira é só essa daqui. Só um minutinho gente, desculpe. Inciso 8 é, aprimorar os critérios tarifários segundo faixa de consumo para redução do consumo de água residencial e criar planos e políticas de incentivo à implementação de tecnologias de captação de água e outras fontes alternativas de energia.

Pronto? Então é isso pessoal, obrigado.

(Aplausos)

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Asa Norte, não é? Asa Norte.

Sra. Alda (Movimento de Agricultura Urbana do DF / GT de Agricultura do Movimento Nossa Brasília / Coletivo 416 / Movimento Repense Ponta Norte) – É Asa Norte.

Sr. Marconi (Emater/DF) – Boa-tarde, o meu nome é Marconi e eu sou agrônomo. Eu trabalho na Emater do Distrito Federal que trabalho nessa região Leste aqui do Distrito Federal desde 82. Me parece que a divisão das áreas 3 e 4, elas deveriam acompanhar o limite da bacia. Isso acontece até essa altura aqui, para cima ela respeita a bacia. Daqui para baixo, não tem nenhum motivo para ela ter avançado na bacia do São Francisco. Sem nenhuma característica diferente, ela foi colocada na Bacia do Descoberto.

Aqui, córrego do Cameirú, a cabeceira dele ficou na Bacia do Descoberto e o corpo ficou da Bacia do São Francisco. Então o limite da zona deveria ser o

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

limite da bacia e não ter esses bicos dentro de uma área sem modificação. Esses bicos todos estão na bacia do São Francisco e elas estão colocadas aqui como se estivessem na Bacia do São Bartolomeu.

Obrigado.

(Aplausos)

Senhora – Segue. Podemos chamar mais pessoas? Ou vocês...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Tá bom. Eu vou fazer algumas considerações, eu vou tentar ser bem mais objetivo.

A Lau falou a respeito de consideração das nascentes. Eu quero dizer mais uma vez a todos que o Zoneamento, ele tem que considerar as nascentes, por quê? Porque ele não se sobrepõe ao Código Florestal que é uma Lei Federal que estabelece a obrigatoriedade de proteção das nascentes. Ele não se sobrepõe às normas das APAS que, em grande medida estabelece as áreas de nascentes como os olhos de proteção de vida silvestre. Portanto, o Zoneamento, o que ele deve fazer é diretrizes, no sentido de que haja políticas, programas, projetos e de que nos licenciamentos ambientais e na outorga se respeitem essas diretrizes de normas específicas. E o que nós queremos colocar também é o apoio a um programa que a gente está chamando de Programa Recupera Cerrado que está captando, nós queremos chegar a 10 milhões de reais na recuperação de nascentes e matas ciliares, sobretudo nas áreas de proteção e produção de água.

O Chico Santana colocou aqui vários elementos. Em relação ao lava-jato, bom, e se lava jato é a primeira vez que você está falando para mim. Talvez você tenha feito denúncia para o Ibram ou para a Agefis, se você quiser me mandar – como você já tem feito – e eu tenho procurado sempre responder no *WhatsApp*, o nome do lava-jato etc., me manda que eu vou pedir mais uma vez agora a Adasa que vá a esse lava-jato para pegar essa captação ilegal que você colocou.

Em relação à preservação das nascentes, eu já repeti aqui, sou favorável e sou defensor. E eu acho que o ZEE pode incorporar a ideia de que no Park Way, nas áreas de nascentes, nas áreas de vida silvestre, a gente estabeleça uma unidade, uma categoria, uma modalidade de categoria de Unidade de Conservação cuja gestão seja, inclusive, privada, para que os moradores do Park EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Way se associando como você fez na Associação do Mato Seco, inclusive fruto de conversas que a gente fez lá para trás, eles possam fazer a gestão dessas áreas por que é quem está vivenciando no dia a dia a dinâmica de ocupação ou de proteção dessas áreas. Então eu sou plenamente favorável, acho que a gente deve construir uma diretriz para isso e depois batalhar para o mais importante que é implementar essa diretriz. Então fica registrado esse meu compromisso e vamos ver um jeito disso está explicitado nas diretrizes de subzona do Park Way.

As políticas de caráter tributário e fiscal a gente não pode estabelecer no ZEE, porque isso tem que ser por lei específica. Qualquer incentivo tributário específico, seja de IPTU ou o que quer que seja, não pode ser numa lei genérica exótica, digamos assim, ao tema específico que é tributário.

Então o que a gente pode depois é, com base no ZEE, pensar numa política de incentivos tributários para a sua implementação. O ZEE tem uma diretriz no sentido de que se faça isso. Mas aí é o day after, como eu falei. Aprovou? Agora vamos para a implementação.

Patrícia, moradora do Park Way, não foram convidados na hora do mapeamento. Olha, a gente tem feito várias consultas e vários momentos de apresentação pelo menos nesses dois anos em que eu estou à frente da secretaria. No Conselho de Recursos Hídricos foram pelo menos duas, senão três vezes. O Conselho de Desenvolvimento Rural, foi no mínimo uma vez, se não foram duas. No Complan foram duas vezes. No Conan foram duas vezes, através das instituições representativas da sociedade nesses Conselhos. É suficiente? Não é. Fizemos três consultas públicas no processo de definição das zonas e subzonas. A Patrícia não está me ouvindo aqui. Ela fez a pergunta e eu estou falando. Viu Patrícia, nós fizemos além de todas as consultas e apresentações em fases intermediárias de elaboração do Zoneamento nos diferentes Conselhos que eu citei aqui, nós também fizemos três consultas. Uma inclusive, neste auditório, para o Plano Piloto, fazendo o mesmo nível de convocação que a gente fez para essa audiência pública, a gente fez para essas consultas. Muitas instituições tiveram presentes, nem todos estiveram presentes.

O Delson, presidente do Comitê da Bacia, pergunta como que se Zoneamento vai ter uma efetividade, vai alterar a vida da pessoa lá na ponta?

Então, passando pelo desafio da sua aprovação, é preciso que o cidadão e isso faz parte do exercício da cidadania, "Todo cidadão tem o direito individual de se apresentar e de demandar". Mas é muito mais efetivo, como tem feito algumas organizações aqui, de se organizar em torno dessas associações que se representam no Comitê de Bacia, no Conselho de Meio Ambiente, no Conselho de Recursos Hídricos, nas instâncias representativas para poder estar mais permanentemente conectado e poder cobrar de nós a implementação desse Zoneamento. Ele vai ser implementado pelo licenciamento ambiental. Queremos que a outorga de água seja dada também considerando as diretrizes do Zoneamento, e para isso nós estamos aqui no processo de convencimento da Adasa que se apresentou hoje de manhã. E, dando a máxima publicidade possível a essa ferramenta para que cada cidadão se aproprie no seu dia a dia.

Não só é legítima a defender o que tá acontecendo ali onde você mora, na sua casa e tal, mas para usar como uma ferramenta para defender todo o território do Distrito Federal.

Em relação à proposta de delimitação das subzonas lá, eu acho que é bom a Maria Sílvia explicar, e tem uma razão de ser naquele caso não ser exatamente o divisor de águas da bacia.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Só para esclarecer em relação a essa questão. O Mapa dos Riscos Integrados, que a gente trabalhou hoje de manhã ele mostra e a gente falou isso. Nossa unidade de planejamento no início é a unidade hidrográfica que significa sub-bacia. E os contornos da unidade hidrográfica típica, que é o nosso ponto de planejamento, ela é modificada seja pela questão social, seja pelas questões dos riscos ecológicos.

Então, essa porção aqui o colega tem toda a razão de dizer que os limites da bacia não são esses, da Bacia do Preto. Mas aqui, como essa unidade subzona é menos restritiva do que essa subzona, que é o Vale do São Bartolomeu, essa é mais restritiva que é essa, nós usamos os riscos sobrepostos e os riscos ecológicos para tirar dessa parte da Bacia do Preto e incorporar numa área que

precisa de mais proteção. Porque tem aqui uma faixa de risco – depois a gente põe um *slide* se preciso for – que vem o Pípiripaulá em cima. Essa parte aqui em cima também faz parte do Preto, essa porção aqui. E também nós recordamos e colocamos ela para o Vale do São Bartolomeu porque ela requer mais cuidados, ela tem mais riscos, inclusive, de recarga, coisa que aqui não tem.

Então, os limites da bacia e da unidade são modelados pelos riscos, sempre buscando onde tem mais riscos ser mais restritiva e ajustando pela questão social. Por exemplo, aqui a Bacia do Melchior está cortado no meio, por quê? A bacia, a unidade vai até aqui. Mas aqui tem uma dinâmica urbana que aqui não tem. Então para efeito da gestão do ZEE a gente subdividiu colocando esse nível de dinamização de interferência humana diferente desse. Certo?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Por fim, apenas para registrar, porque eu acho que foi dito aqui que o ZEE é "ZÉ" e ele só é econômico. Zoneamento Ecológico Econômico que em quase 60% do território é colocado como zona de produção de serviços ecossistêmicos e que mesmo nas subzonas da produção de atividade ecossistêmica nós temos que respeitar o Código Florestal, as Unidades de Conservação, as Áreas de Preservação Permanente, eu não consigo, sinceramente aceitar uma crítica desse nível. Dizer que ele só é, é ou porque não conhece ou não quer conhecer.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Só mais um esclarecimento, a subzona e a subzona 5 não tem nenhuma atividade industrial. Então o Park Way, ele está submetido, ele está uma parte aqui nessa subzona, é uma parte que vai para Águas Claras está para o lado de cá. Mas nem essa e nem essa têm atividade industrial N5 nenhuma. Então é uma falta de... Tem que ler um pouquinho. Você pode ler na minuta, por favor. A gente projeta a minuta.

Senhora – Tem que ser de acordo com o que vocês entregaram para a gente.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Tem que se referenciar da minuta, a gente está... Tem que ser de acordo com que está na minuta. Só para lhe confortar, só para lhe confortar, não tem atividade industrial no Park Way e nenhuma subzona, só para lhe confortar. É só verificar na minuta, nós temos ela impressa aqui... Nós estamos...

Senhora – *(Ininteligível – interlocução sem uso do microfone)*

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Vamos lá. Ela já esclareceu, ficou claro que não tem atividade industrial e que, se eventualmente está escrito aí, se estiver escrito aí, nós vamos corrigir. O que importa é o que está na lei e a Lei está pública também.

A Maria Sílvia como coordenadora técnica do Zoneamento, que fique registrado para todos, acabou de dizer que não tem, não tem atividade N5 na Zona 3 e na Zona 5.

(Ininteligível – interlocuções simultâneas sem uso do microfone)

Industrial. Industrial. É isso que ela está dizendo.

Vamos lá, sejamos claros também nos nossos questionamentos. Isso é importante também. Próximo. Quem está na fila aí para falar? Tiago, quer falar?

Sr. Tiago – Bom, pessoal eu quero, infelizmente eu tenho que me despedir de vocês, eu já estou a mais de 40 minutos atrasado para outro compromisso. É um prazer, agradeço muito essa presença. A gente até esperava, eu pelo menos esperava ter muito menos gente a tarde, realmente a sociedade civil dedicada e dedicando horas de um sábado a esse debate, é uma perspectiva muito alvissareira para mim, porque eu sou egresso da sociedade civil também e realmente eu fico feliz de ter essa participação.

Só para eu os tranquilizar, principalmente aqueles que mais evocaram os debates que são, foram ou explicitados ou estavam subjacentes o debate da LUOS, principalmente as comunidades do Lago Norte, Lago Sul e Park Way, que nós estamos fazendo reuniões específicas, rodadas atrás de rodadas. A do Park Way nós não conseguimos ainda marcar por falta de conseguir contato de várias pessoas que nos procuraram ao longo desse processo, mas eu já coloquei aqui. Inclusive o Chico Santana de sobre aviso com a nossa subsecretaria para marcar uma reunião específica da LUOS com o Park Way. O Lago Sul nós estamos mais avançados nessa discussão sobre o uso residencial exclusivo. Temos uma espécie que a gente chama de assembleia – não é isso Nike? – no dia vinte e...? No dia 22. Ainda não tem lugar marcado, mas está marcado para lá.

E eu reitero dois entendimentos: o fato do ZEE como macrozona ou como subzona dizer uma série de diretrizes, elas não são permitidas *a priori* se a tua norma específica do seu lote permitir aquele uso. Por que é de outra natureza. Quando eu parcelo o solo, eu dedico um lote à escola, eu dedico um lote à habitação, eu dedico lote ao uso misto, eu dedico um lote à uma igreja e assim por diante. Não é essa diretriz macro, que na verdade é uma diretriz para o parcelamento e para as políticas públicas, que vai me permitir uma série de alterações de uso, nem me criar lotes dessa natureza. Então, retirando e da mesma forma para de certa forma acabar um pouco com essa discussão, não há nenhuma intenção específica ou especial, ou de modificação com relação a Lago Sul, Lago Norte, Park Way. O que havia era uma discussão que foi claramente colocada numa audiência pública para discussão e tendo havido um movimento refratário da comunidade, nós recuamos por que isso não é de fato estruturante nas políticas urbanas do Distrito Federal.

E, de novo, vamos tomar cuidado com as ideias de adensamento, como que se qualquer movimento em torno da gestão do território fosse um movimento de adensamento. Ao contrário, reitero, estatisticamente e demograficamente nós temos perdido densidade enquanto aumentamos a ocupação do território. Esse é um contrassenso que nós temos que evitar, porque é isso que está aterrando nascente Chico. É isso que está infringindo a ocupação irregular do solo. O edifício que eu moro hoje ele deve ter 60% da população que ele tinha nos anos 80. Por quê? Porque as famílias diminuíram radicalmente, aceleradamente de tamanho. E assim por diante. Então a gente tem que tomar muito cuidado com esses argumentos porque esses argumentos levam ao exato contrário: à depredação do meio ambiente e não à contenção da expansão urbana dentro de parâmetros porque ainda é uma cidade, a que mais cresce no país. Uma cidade que cresce 2.3% ao ano, uma cidade que cresce a ordem de 60.000 pessoas todo o ano. Isso não é emigração. Importantíssimo, para que a gente não cie nenhum movimento, digamos, de xenofobia ou refratário. Ele é essencialmente mais da metade de crescimento vegetativo, nascidos...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

É. Nenhum movimento, que são pistas aqui, e não venhamos sugerir ideias esdrúxulas como barrar o ir e vir das pessoas, ou construiu muros e, ao contrário disso, é o que nós estamos fazendo aqui que é planejando de longo prazo.

Então mais uma vez obrigado, parabéns aqui para os técnicos. Mas, principalmente parabéns aos bravos cidadãos aí, representantes da sociedade civil que estão até essa hora. Mais uma vez um abraço e até breve nas audiências da LUOS.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito obrigado, Tiago.

Eu acho o importante o que ele reforçou aqui porque a gente observou aqui claramente que existe uma forte e legítima – eu não disse ilegítima – e legítima defesa aqui feita pelos moradores do Park Way. Eu estou vendo isso e está muito claro.

E junto ao Tiago, eu pedi que a gente fizesse uma reunião específica porque eu estou vendo que tem questionamentos que tem a ver, mas com questões de ordem urbanística do que do ZEE. Não é? Então eu acho que a gente pode fazer uma conversa específica para esclarecer dúvidas e clarear as divergências. Se é que há, é importante que elas fiquem muito claras, porque às vezes a gente confunde as coisas, dizer que só tem um "E", que não tem dois e tal. Eu acho que não é razoável.

Só registrar aqui de manhã o nosso plantão de dúvidas atendeu 20 pessoas e nós recebemos até o período da manhã 33 documentos que foram protocolados aqui nessa audiência pública. E que as inscrições estão encerradas. Quem quiser agora só vai fazer contribuição por escrito ou numa próxima audiência pública que a gente está examinando aqui há necessidade de ser feita.

Senhora – Certo. Eu vou ler agora o nome dos 5 próximos expositores para que já possam se organizar. Eu peço para dizer o nome e a instituição para ficar na gravação. O Roney, Tatiano Tavares, Michael Becker, Roberto Eduardo Giffoni e Adolfo Kelssel Ringer.

Sr. Roney – Boa-tarde a todos e a todas. O meu nome é Roney e eu faço parte de um movimento social chamado Movimento Nacional de Catadores. Eu queria dizer da importância dessa discussão, eu queria também parabenizar ao Secretário André e toda a sua equipe. Porque eu acredito no seguinte, foi aberto um espaço para a gente discutir. A gente não pode utilizar isso aqui como um campo de guerra e ver todos como inimigos. Eu acho que aqui é um espaço extremamente importante para a gente discutir justamente essa problemática.

(Aplausos)

Bem, eu vi muita gente falar de tudo aqui, mas eu não vi ninguém falar de lixo. As pessoas hoje não estão preocupadas com o que está acontecendo com um dos maiores crimes ambientais que Brasília está sofrendo. Nós temos o maior Lixão da América Latina, perto da barragem de Santa Maria, em torno de 10, 12 KM inauguraram um novo aterro sanitário lá na cidade de Samambaia. Ninguém quer ter um aterro sanitário na porta da sua casa. Ninguém quer ter uma usina de incineração na porta da sua casa, mas é isso que vai acontecer se nós não tomarmos medidas emergentes nesse momento. Por quê? Porque Brasília está enterrando materiais recicláveis no aterro sanitário de Samambaia. Brasília não implantou coleta seletiva. Nós temos dois milhões e oitocentos mil habitantes produzindo em torno de 2.800 toneladas de resíduos domésticos diariamente. E todo esse resíduo, uma parte vai para o aterro sanitário de Samambaia e a outra parte para o Lixão da Estrutural. Nenhum catador é a favor daquela mazela que está ali. Nós lutamos muito por uma Lei chamada Política Nacional de Resíduos, lutamos para que essa lei fosse criada, para quê? Para que se implantar se coleta seletiva, para que se construir sem galpões para que os catadores pudessem trabalhar. Para quê? Para que a gente pudesse ter uma boa gestão da limpeza pública.

E eu queria dizer aqui que nos meus 20 anos de catador de material reciclável, ou um pouco mais, essa é a pior operação da limpeza pública dos últimos 20 anos. Eu vi entrar e sair governo, eu vi entrar e sair governo, mas eu nunca vi uma operação tão ruim quanto a de hoje. Catadores que ao longo dos anos nós lutamos para tirar das ruas, para trabalhar dentro de cooperativas e associações estão saindo e estão recolhendo o material na rua, sabe por quê?
EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Porque não existe material chegando nessas cooperativas, coisa que é uma obrigação do GDF. Infelizmente é isso o que está acontecendo – 30% dos resíduos que é um para o Lixão da Estrutural, que estão indo para o aterro sanitário, existe um percentual de material reciclável absurdo ali.

A minha pergunta é: vocês vão querer Um aterro sanitário na porta de vocês daqui a 10 anos? Porque esse aterro de Samambaia só vai durar mais 10. Ou vocês vão colocar em outro aterro sanitário no Goiás? Não existe “o fora”. Pode estar fora do Distrito Federal, mas está no Brasil. E vão continuar contaminando todo o entorno do Distrito Federal com microaterros sanitários. E aí quais são os interesses econômicos envolvidos com isso? Porque o governo do Distrito Federal criou no papa-resíduos sólidos lá na Ceilândia no universo de 2.800 toneladas de resíduos domésticos por dia. Contrataram quatro cooperativas que estão recolhendo mensalmente em torno de 100 toneladas. Mensalmente. Bem, eu queria agradecer a todos vocês. Dizer que eu quero fazer uma denúncia para o Ministério Público, por isso que eu gostaria tanto que a Dra. Marta Eliana estivesse aqui, porque senão nós vamos perder o aterro sanitário de Samambaia nos próximos anos. E aí vamos contaminar outra área?

Era isso, muito obrigado.

(Aplausos)

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito obrigado, Roney. Também quero agradecer a presença do Movimento Nacional dos Catadores aqui nessa audiência pública.

Senhora – Roberto. O Roberto recebeu um tempo de outros colegas que estão indo embora e pediram para transferir um tempo a mais para ele.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Que outros colegas? E quantos?

Senhora – Dois. O Cláudio aqui e Rogério Menegun.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Que estavam inscritos para falar agora à tarde?

Senhora – É.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Está certo. Dois minutos de cada um, seis minutos.

Sr. Roberto – 6 ou 9? Está certo.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Eu conheço o nosso secretário de Meio Ambiente, do governo Arruda, eu conheço ele. Vamos lá.

Sr. Roberto Giffoni – Bom, é sempre bom a gente poder participar de um debate quando a pessoa vem instruída e o André já começa errando. Eu nunca fui secretário do Meio Ambiente do governador Arruda. Ele está errado, no tempo e no cargo. Então vamos começar a situar aqui. Eu fui o seu antecessor no governo Maria de Lourdes Abadia. É bem diferente.

E aí é importante que a gente possa estar vindo aqui explicar para as pessoas André, porque se você quis fazer disso alguma carta de apresentação, primeiro eu venho apenas como cidadão. O meu nome é Roberto Giffoni, eu sou procurador federal de carreira, ponto, morador de Brasília, Distrito Federal. Então não tem conotação política, tem realidade. E a realidade número um é vocês compreenderem qual é a finalidade do Zoneamento Econômico Ecológico. Ele é instrumento de proteção, essencialmente da questão ambiental. Mas tudo que ele, com todo o respeito à área técnica que elaborou isso aqui, não tem, não tem é afirmação dessa proteção. E essa afirmação, porque não é o mapa que vai valer, não é a retórica do André ou do Tiago que vai valer. Não é a retórica dos técnicos que venham aqui dizer, mas é o que está no texto que ninguém leu, que é o texto do projeto de lei. É ele que embasa. É ele que norteia. E fica aqui todo mundo divagando. "Não, nós vamos fazer essa correção. Nós vamos assimilar isso". Conversa fiada. O que vale é o texto da lei. Nem os mapas têm importância tal qual o texto do projeto de lei. E, aí, por isso que nós nos reunimos aqui da Zona IV – Brasília, Lago Sul, Lago Norte, nós estamos extremamente preocupados. E a proposta é objetiva: lote multifuncional nessas áreas, não. Lá é só residência, é a primeira proposta. Não tem essa. Onde tem setor de comércio, de indústria, o Plano Diretor de Brasília e bagunça nós não queremos. Entendam, a legislação é uma teia. Hoje fica muito bonito e dizer assim: "Não o Zoneamento ecológico só é

um apontamento, uma orientação”. Mas se ele abre a porta da esperteza, o técnico que amanhã pode estar aqui, pode não ser esse que falou aqui, pode interpretar da maneira que quiser. É por isso que tem atividade industrial N2 onde a moça falou aqui, porque está lá. É de pequeno porte? É. Mas tem atividade industrial, sim. E é essa falácia que nós não podemos deixar. E é por isso que os mapas das Unidades de Conservação não estão nem prontos e nem há um artigo que aplique essas regras das Unidades de Conservação ao Zoneamento Econômico Ecológico. E é essa porta aberta que interessa a quem vem aqui defender interesse econômico. Porque amanhã possibilita uma série de coisas: adensamento populacional sem infraestrutura de transporte urbano, ocupação de áreas verdes como sendo a áreas habitáveis, aumento da densidade de ocupação com construções verticalizadas. E é isso que não pode ter. E por que há tanto anseio da comunidade? Porque se esse Zoneamento Econômico Ecológico de um certo ponto é necessário, "Oh, demorou 24 anos", mas cuidado para ele ao invés de melhorar, ele não piorar. Porque se você faz uma discussão dando um cheque em branco para a interpretação N1, N2, N3, N4 e ninguém sabe o que é. Nós aqui estamos referendando o passo fundamental para a aprovação do ZEE, que é estar aqui dizendo: "Olha, a minha sugestão é essa". Eles podem não acolher nada. E amanhã isso segue dentro do interesse daqueles que tem a possibilidade que nós não temos de fazer audiência no gabinete, dizer recebido por A, B e C. E é por isso que toda a população vem aqui André, cheia de anseios. Lixo, combate à grilagem. Mesmo que não sejam instrumentos que o ZEE tem capacidade legal para implementar. E é por isso que quando teve um conflito aqui, pouca gente percebeu, na questão do licenciamento de água. Porque o Lago Sul, se é área de captação, ele não pode desenvolver determinadas atividades que o ZEE está contemplando. Então precisa o corpo técnico acertar isso aí, porque ele é sistêmico. Senão nós vamos estar aqui apenas servindo para um propósito, que é cumprir o dispositivo legal de que a comunidade foi ouvida. Só, única e exclusivamente isto. E é por isso que você tem aqui pessoas de diferentes origens. Você tem um produtor rural, você tem aquele que vem dentro da preocupação ambiental, você tem aquele que tem a preocupação comunitária, você tem aquele que tem interesses governamentais, você tem até aqueles que vêm mobilizados

com transporte gratuito. Porque veja, aqui neste auditório se tiver 300 lugares, é muito. Mas nós somos uma população de dois milhões de habitantes. E eu tenho certeza que nenhum de vocês aqui compreendeu todos os pré, as pré audiências que aconteceram no Coplan, no Conselho de Recursos Hídricos, porque são fechadas. São para não ter participação mesmo. E aí a essa hora que nós temos dois minutos para tratar aquilo que a 27 meses quem está no governo está tratando, para apontar esses equívocos que não são do ponto de vista político, zero, mas do ponto de vista de Brasília, da Ceilândia, do Guará, da área rural que eu quero para o Distrito Federal que eu escolhi para morar. É isso que está faltando essa compreensão.

Então André, tem que rever. Não pode ter lote multifuncional como um cheque aberto num dispositivo das zonas do ZEE. Você abre uma perspectiva para qualquer um interpretar. E mais: aprove o ZEE hoje, amanhã vem a LUOS. Sabe o que a LUOS vai dizer? "Não, a ZEE já está autorizando aqui. Nós não estamos criando nada de novo. Você só vai ter uma indústria do lado da sua casa, uma vendinha, um boteco". E aí é esse o transtorno que a nossa qualidade de vida, que vem se deteriorando, ela fica sacramentado com a nossa própria participação. Então falta ter a capacidade de explicar as pessoas, principalmente aqueles que não tiveram, porque deveria ter vindo aqui um anexo com um texto legal do projeto para vocês verem que não tem um artigo que remeta ao discurso correto do André aqui que diz respeito à Legislação Federal de proteção ao Meio Ambiente, a respeito às Unidades de Conservação. Então bota um artigo no projeto dizendo, "Aplicação Zoneamento Econômico Ecológico irá observar integralmente a Legislação Ambiental Federal Distrital para que se possa consumir a forma de ocupação das áreas". Aí você amarra de uma forma definitiva esse tipo de porta aberta, que amanhã ninguém sabe aonde vai dar. Ou melhor, não sabemos André: na nossa baixa qualidade de vida, numa total insegurança que nós convivemos aqui dia a dia. Porque hoje se o ZEE coloca atividades 2 e 3 aqui nas 700, significa manhã, para quem vai dar o alvará, pode fazer comércio ali sem nenhum problema: Hotel, prostíbulo, casa de massagens, seja lá o que for. Se você mora na Samambaia, ao invés de ter um bar vou ter três, porque todo mundo vai querer fazer um negócio para poder ganhar um

pouco mais. Se você mora na Ceilândia... Então, isso atinge todas as camadas da sociedade.

E eu lamento, para encerrar, que o Ministério Público não tenha ficado para a parte da tarde, porque a Dra. Marta Eliana é uma lutadora da questão ambiental, mas o Ministério Público precisa levantar da cadeira. Se ele quer saber o que acontece em Brasília, ele tem que pegar, requisitar o helicóptero do Detran que fica ali dizendo aonde é que tem engarrafamento, porque todo mundo já sabe e olhar onde estão fazendo ocupação irregular para todo o lado. Não é possível, André, que o cidadão tem a que dizer aonde que o lava-jato está captando água dentro de um córrego se o córrego está ali há anos. Não pode é ter lava-jato ali do lado. Então falta essa capacidade de entender o que acontece na cidade para que nós não venhamos a ser cúmplices de um Zoneamento Econômico Ecológico que hoje, na forma como está, como uma lei esparsa, sem compreender a realidade, a não ser do ponto de vista econômico. Porque quando eu vejo, André...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Olha o tempo.

Roberto Giffoni – Última frase. Porque quando eu vejo todo o setor produtivo de Brasília falar bonito aqui que o ZEE está bom, que está tudo direitinho, é Sinduscom, é Fecomércio, é Abracom é não sim COM, COM, COM, algo está errado nessa Seara. Porque eles são os mais organizados. Eles têm 50 advogados para ler, 30 técnicos ambientalistas, enquanto que aqui a comunidade está se desdobrando para poder chegar aqui com proposições concretas. Então revejam isso. Essa proposta do jeito que está, no entendimento da minha comunidade que eu participei, que eu discuti, não atende e não está apta a ser encaminhada à Câmara Legislativa de forma absolutamente nenhuma. E para continuar, abrindo espaço para esse tipo de ação, vai faltar muito para nós voltarmos a ter a Brasília de não sei quantos anos.

E fecho, só lembrando o Tiago embora da ausência, algumas áreas de Brasília tem pequeno adensamento por que foram concebidas assim não por mim, não pela Eliete, não pela Mônica, não pela Adriana, mas por Lúcio Costa, por Juscelino Kubitschek, por Israel Pinheiro. Então não venham agora aqui olhar área verde e falarem assim, "Ôpa, é aqui que eu vou construir mais casa, é aqui que

eu vou botar mais um comérciozinho, por que Brasília não comporta isso. Brasília precisa de uma ação de políticas públicas que defendam de verdade as nossas nascentes que estão mortas. A culpa da falta de água não é de São Pedro, é porque a água cai e se perde porque as nascentes estão abandonadas. Não é possível que não tenha tido um programa que tenha conseguido liberar as nascentes, por exemplo, do Lago Paranoá. Por isso que nós recebemos aquele problema de bactéria no lago.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Concluindo Giffone. Já passou o seu tempo, vamos lá.

Sr. Roberto Giffoni – Então fica aqui o registro de que o ZEE não está pronto, não está adequado. E eu creio que a comunidade séria, que entende de Meio Ambiente e aquelas que sabem o problema que as afligem na sua área rural, não pode compactuar com o ZEE dessa forma. Muito obrigado.

Senhora – O próximo aqui. Está todo mundo escutando? O próximo é o José Roberto Furquim.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Só um instantinho Furquim, antes de você falar. Quantos nesse bloco ainda? Naiara, quantos nesse mesmo bloco aqui?

Sr. José Roberto Furquim da Silva – Você quer responder agora, André?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Não, não. Pode falar.

Sr. José Roberto Furquim da Silva – Eu acho que seria interessante, até porque dessa eloquência toda que desvirtuou de certa forma o ambiente.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Pode falar aqui porque depois eu vou... Na medida certa.

Sr. José Roberto Furquim da Silva – Eu não estou perguntando se você aceita, meu amigo. Certo?

Sr. José Roberto Furquim da Silva – Bom, eu sou o José Roberto Furquim da Silva.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Põe mais perto microfone assim.

Sr. José Roberto Furquim da Silva (Conselho da Serrinha no Paranoá / Conselho Regional Desenvolvimento Rural Sustentável do Lago Norte / Conselhos Rurais Sustentáveis do Distrito Federal) – Eu sou o José Roberto Furquim da Silva, sou membro do Conselho da Serrinha no Paranoá, sou membro do Conselho Regional Desenvolvimento Rural Sustentável do Lago Norte e me atrevo a falar também em nome dos Conselhos Rurais Sustentáveis do Distrito Federal, pois eu já representei eles em vários níveis.

A minha colocação é no sentido de que os Conselhos Rurais Sustentáveis são os antigos, as antigas terras do cinturão verde inicial do Distrito Federal. Elas, de forma adequada, no momento em que foram assentadas, estavam sobre áreas de recarga. A maioria da produção que ainda existe nessas áreas e é o que eu defendo, e que são a produção...

Por favor, a pessoa que está do meu lado está falando, está incomodando.

As áreas que eu defendo e o que eu estou querendo defender é que essas áreas que ainda são produtivas, elas são benéficas ao processo de recarga e elas são áreas que precisam ser melhor manejadas. Que os indicativos do ZEE sejam para a preservação dessas áreas, porque são áreas de recarga que vão dar nas nascentes e que elas indicam a restrição máxima para que a qualidade do uso delas seja orgânico, seja ecológico, seja sustentável. Era isso que eu queria colocar.

Mais uma colocação rápida. Eu entendo de que a responsabilidade na construção desse instrumento chamado ZEE, que é fundamental para o indicativo do futuro do Distrito Federal e a gente sabe que há uma expectativa que ele seja mutilado na Assembleia Distrital, que os cadernos técnicos que venham a ser trabalhados desse ZEE sejam registrados em nome da academia, em nome do governo, em nome dos técnicos e passe a ser instrumentos de demonstração da profundidade e da qualidade dos trabalhos. E que as mutilações que ele venha a sofrer na Assembleia Distrital sejam superados por ele. Porque eu acho muito

importante e a gente precisa dar continuidade neste nível e não permitir a mutilação. Muito obrigado.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito bem.

Senhora – O Tatiano Tavares.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Espera aí. Encerraram os 5?

Senhora – Não. Não, ele era o segundo e acabou o que o Roberto falou antes dele e ele não falou. É o Tatiano Tavares.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Cadê?

Senhora – Com ele encerra o bloco.

Sr. Tatiano Tavares (Coordenação Nacional do Movimento de Luta pela Terra, dos Povos das Águas e das Florestas) – Olá, boa-tarde. O meu nome é Tatiano Tavares, faço parte da Coordenação Nacional do Movimento de Luta pela Terra, dos Povos das Águas e das Florestas.

Bom, primeiro parabenizar cada um de vocês que estão até aqui a essa hora. Não é brincadeira chegaram aqui de manhã e vir para uma discussão complicada dessa e permanecer aqui. Então Isso demonstra publicamente compromisso de cada um aqui, de representante de cada coletivo aqui.

Bom, senhores, eu sou agricultor defensor de camponês, agroecologista acima de tudo, ambientalista e tenho como princípio de vida que uma coisa necessária para a nossa vida e a manutenção dos ecossistemas é: que o homem, novamente, se ligue umbilicalmente como a terra, com o meio ambiente. Aí o Distrito Federal tem toda essa peculiaridade. É de fato um vertedouro de água. É aqui que nascem grande parte das bacias do país. Daí, é claro que no momento desses aflorem várias discussões um pouco alteradas porque todo mundo pensa assim, por mais que no passado não se fizeram para o futuro e querem corrigir e é isso que nos interessa. E o Movimento de Luta pela Terra – como todos os membros de reforma agrária e justiça no campo que são coordenadas inclusive por mim, nesse mesmo fórum, Fetraf, Contag, MST, MLT, MTD – vem aqui hoje dizer que para resolver parte dos problemas ambientais do Distrito Federal e EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

garantir o aumento e a manutenção das zonas de amortecimento, é implementar um processo diferente de uso da terra no Entorno dessas nascentes. Eu tenho uma visão crítica a respeito dessa história. Há aqui no DF alguns processos produtivos ou, algumas grandes lavouras que não deveriam mais ser mantidas. Deveriam ser reorientadas por um processo de assentamento de agricultores agroecológicos para garantir o reflorestamento da área e garantias que a gente tenha pessoas cuidando de cada planta, de cada semente, impedindo de que o fogo entre ali. Então não adianta ficar, a ideia do parque, às vezes, isolar o homem da natureza, isolar o homem do compromisso com a terra, isolar também um homem do compromisso com a manutenção desse ecossistema, pode ser um suicídio.

Acho também secretário, que o processo não está terminado, temos que construir coletivamente a redação que queremos que seja enviada para a Câmara. Não é o momento, o processo aqui não é seguro, ainda não é suficientemente esclarecedor e não dá a segurança para comunidade. Então a gente pede aqui que seja feita uma nova audiência para mostrar que foram incluídas nesse texto e na proposta do projeto as alterações propostas pelo povo aqui hoje.

Então a gente espera que isso seja levado em consideração. Obrigado por tudo aí.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Rapidamente, só esclarecer aqui então o Dr. Roberto Giffoni que, como Procurador Federal, deve saber e, e secretário de Meio Ambiente, deve saber que o Zoneamento Ecológico Econômico, como o próprio nome diz, não é só um instrumento de proteção ambiental. Ele é um instrumento de Proteção Ambiental sim, mas ele é muito mais do que isso. Ele é um instrumento, como foi dito aqui, algumas vezes, ele é um instrumento que busca sair exatamente dessa dicotomia do econômico de um lado e do ecológico de outro lado. Ele é um instrumento que busca calibrar com base em informação qualificada no território o que do econômico pode acontecer no ecológico, o que do ecológico tem que acontecer dentro do econômico para a gente buscar um equilíbrio no território. Portanto, no século passado o Zoneamento é um instrumento de proteção ambiental na Lei de Política

Nacional de Meio Ambiente de 1981. Muita coisa vamos ou de lá para cá, inclusive novas legislações. Depois eu posso até te recomendar um livro importante sobre Zoneamento Ecológico Econômico.

Outra coisa importante, que já foi dito aqui algumas vezes e eu acho que isso precisa ficar mais claro mesmo. Se isso não está claro, isso precisa ficar claro. Então aí eu reconheço que, se não está claro precisa ficar claro. E o Giffoni também, como procurador federal, sabe disso melhor do que ninguém. A Lei do Zoneamento Ecológico Econômico não se sobrepõe ao Código Florestal. A Lei do Zoneamento Ecológico Econômico não se sobrepõe às unidades, à Lei de Unidades de Conservação. A Lei do Zoneamento Ecológico Econômico não se sobrepõe a uma série de legislações específicas no território. Isso não é uma interpretação do André Lima, isso é o direito. Mas se for preciso, a gente pode esclarecer e colocar um artigo lá para ficar claro para aqueles que não conhecem direito, porque nem todos precisam conhecer o direito, que esta Lei do Zoneamento Ecológico Econômico não se sobrepõe às leis específicas dos parques e etc., etc. Eu acho que clareia. E se clareia, é para o bem e melhor é o instrumento.

Outra coisa que também foi dita aqui algumas vezes, inclusive pelo Tiago, é que o Zoneamento, eu vou dar um exemplo para vocês, vocês estão falando... Vamos sair um pouquinho do Park Way na audiência pública? Vamos lá, por exemplo, poucos aqui falaram, poucos aqui falaram da prioridade de preservação e recuperação da bacia específica do Descoberto. Está todo mundo preocupado lá com as suas regiões. É legítimo, mas está faltando água por quê? Governos anteriores não fizeram o que deveria ser feito – da Abadia, do Arruda, do Roriz, do Cristóvão etc.

Bacia do Descoberto, vamos falar da Bacia do Descoberto. Não está dito lá que não poderia ter comércio. O Zoneamento não diz. Bacia do Descoberto da mais alta relevância para produção de água do Distrito Federal. Não está dito, porque o Zoneamento não é para isso. O Zoneamento é para estabelecer diretrizes de forma de uso. Estabelece que naquela região as atividades econômicas, prioritariamente... Ele não vai dizer, "Só atividade agrícola". Isso não

pode, se ele disser isso, você sabe muito bem, ele vai ser questionado e vai se tornar uma lei inconstitucional. Ele vai dizer que ali as políticas e os incentivos são prioritariamente para área agrícola, de baixo uso intensivo do solo, com a proteção e preservação das nascentes, obviamente. Estamos colocando lá não uso de agrotóxicos. Está tendo um conflito com a área agrícola. Mas não está dito lá que não pode ter uma pequena indústria, ou um pequeno comércio, ou uma área urbana como tem em Brazlândia inteira. Isso é preciso entender. Isso é preciso entender. Se isso não está claro nós vamos buscar no texto da lei e aí ele tem razão, porque o que precisa ficar claro é no texto da lei porque mapa às vezes perde a cor, quem está lendo não enxerga bem porque não sabe ler mapa e nem todos são obrigados a saber ler mapa. Precisa estar claro na lei.

Então eu acho, e eu quero registrar aqui um desafio, da gente deixar claro e isso na lei. Que o papel do ZEE não é dizer que vai ter padaria aqui e acolá, tem outras legislações que vão trabalhar nesse nível de detalhamento. Isso já foi dito aqui umas cinco ou seis vezes. Se for necessário eu vou dizer mais umas duas. Maria Sílvia, quer dizer mais alguma coisa aqui? Ou os nossos amigos sobre...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Pronto, ela vai falar a respeito disso.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – A gente não trata em nenhum momento de lote no ZEE. Isso é de novo uma outra questão. A multifuncionalidade que a gente está falando é da subzona. A palavra “multifuncionalidade” existe no texto, comparece no texto, a gente está falando do caráter múltiplo da zona. Porque veja, por exemplo, vontade de ser essa área aqui, ela tem, essa última área, ela tem cidade, ela tem área rural, que é o rodeador e tem parque nacional. É uma zona que têm multifuncionalidade, mas a gente não trata da escala de lote, a não ser para dizer que, precisa ter variação de tipos de lote para lotes institucionais, por exemplo, nos pontos de transpor *(descontinuidade)*...

[Ininteligível – interlocuções simultâneas sem uso do microfone]

Eu posso só terminar? A gente projeta já. A gente vai ler. A gente vai ler. O que eu queria dizer é que assim, a multifuncionalidade dentro da zona vai insistir.

São os vários usos. A gente tem a multifuncionalidade usos econômicos e a gente tem a multifuncionalidade usos da água. É tratado nesses dois momentos. Vamos ler o texto da lei.

[Ininteligível – interlocuções simultâneas sem uso do microfone]

Na Subzona 4, a gente está falando...

[Ininteligível – interlocuções simultâneas sem uso do microfone]

Eu vou ler o texto.

[Ininteligível – interlocução simultânea sem uso do microfone]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Calma, homem. Calma macho. Calma, macho. Ela vai ler.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – É porque o senhor não me conhece, eu não fujo de coisa alguma. Eu vou ler na ordem, eu vou ler, mas eu vou explicar subzona, porque as pessoas têm direito de entender a subzona. E aqui a gente não tem só população do Park Way e do Plano Piloto, então a gente precisa... O Sol Nascente está aí e outros tem aqui. Descoberto está aqui, área rural, a Prontag está aqui.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Vocês vão deixar ela falar, ou não?

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – É, porque demora mais.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Porque senão a gente passa para o próximo e ela não fala. Então, por favor. Vai lá Maria Sílvia. É a segunda vez que ela tenta falar e não consegue.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – A gente tem em cada subzona vários usos e várias situações que não vou repetir o regramento, ou reiterar o regramento de PDOT. O que é urbano, o que é rural e o que é proteção, Unidade de Conservação são regramentos que estão exaustivamente trabalhados do PDOT. Nós estamos trabalhando aqui do risco ecológico e do Risco socioeconômico com e a partir disso entendendo as áreas que precisam gerar emprego e renda numa área que é múltipla e diversa. Em todas as subzonas a

gente tem mais de um tipo de situação. Tem área urbana, tem área rural e Unidade de Conservação.

Quando a gente trata dessa área aqui, o que a gente percebeu? A gente percebeu que tem problemas na área urbana que dizem respeito ao fato de que a gente não consegue sequer perceber a cidade como uma teia de relação econômica, por exemplo, para comércio e serviços. Vamos pegar o Plano Piloto? Vamos pegar o Plano Piloto...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Mas Maria Sílvia, vamos tentar com objetividade, por favor. Vamos lá. Porque tem 20 pessoas ainda.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Eu vou chegar ali. Não adianta ler o inciso descontextualizado do que é a zona. Vamos lá, minha gente, ter boa vontade. Porque senão eu pinço uma frase, uma palavra deu um negócio e tiro do contexto. E a gente não está aqui para isso. Então nesse caso a gente tem necessidade nos ambientes consolidados que compõem essa subzona, que inclusive é tombada, vem o PPCUB aí, tem o Iphan, tem toda proteção do que é o Lúcio Costa, a gente precisa garantir sim uma multifuncionalidade, uma oferta múltipla de tipologia de lotes. E não só o residencial. A gente está falando dessa zona. Vejam quem está nessa zona. Não é só o Parque Way que está nessa zona. Isso é uma demanda de gente do Plano Piloto que mandou por escrito e a gente tem que contemplar o Plano Piloto que é uma tipologia urbana, tem que contemplar Park Way que é outra tipologia urbana, tem que contemplar o Guará que é outra tipologia urbana, Águas Claras. A gente tem que contemplar o conjunto e a especificidade do Park Way é levado em conta.

Nesse sentido, secretário, eu só vou falar uma coisa que eu acho que é muito importante antes de ler aqui, antes de mais. A gente já chega na leitura. É o seguinte, eu participei pessoalmente de três pedidos de reunião com a comunidade do Park Way, uma inclusive organizada pela RA. Eu soube, porque eu sou um morador do Park Way, de mais três reuniões que aconteceram. Uma inclusive, realizada pelo Chico Santana. No Zap do Park Way. Tem muito Zap, eu participo de 07 Zaps do Park Way e foi extremamente bem divulgado. Nós fizemos

uma consulta pública aqui nessa sala e nós tivemos uma baixíssima representação do Park Way. E houve a consulta pública. Nós montamos um portal, nossos erros consulta, duas reuniões com Lago Sul, organizada inclusive por quem está hoje operada, a Natham Hiosório. Nós fizemos reunião com a Natham Hiosório, um coletivo do Lago Sul. Nós demandamos a Natham Hiosório e o coletivo do Lago Sul que mandasse por escrito, com antecipação para a gente incorporar na minuta. Logicamente tem uma crítica que é: que bom que todo mundo está consciente da importância do ZEE e vamos abrir tantas reuniões quanto se forem necessárias porque o objetivo é esse mesmo, é a apropriação social do texto. Mas não adianta vir aqui só reclamar, tem que mandar a redação alternativa Giffoni e eu convido você a fazer isso. Por favor, mande a sua proposta de redação. Como a Prontag mandou, chacareiros. Como o Jardins mangueiral mandou, inclusive propondo alteração de poligonal para incluir e ligar isso com isso. Várias comunidades estão sendo extremamente ativas. E esse é o momento. Então esse é o meu pedido encarecido, como é o de todos aqui. Por favor, pulem para dentro do barco, é o momento de união. Redijam o que está errado, "substitua-se o inciso tal pela redação tal". É isso que vai nos fortalecer e não a divisão da crítica apenas.

(Aplausos)

Façam isso, por favor, agora o inciso diz, "Na Subzona 4, garantir a multifuncionalidade da oferta dos lotes urbanos...".

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Esperem aí...

[Ininteligível – interlocuções simultâneas sem uso do microfone]

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – "Garantir a multifuncionalidade...". A gente está falando da subzona. "Garantir a multifuncionalidade na oferta dos lotes urbanos, para...".

Senhor – Lote? Que lote?

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Não. Espera aí. Eu posso acabar de ler? Eu posso acabar de ler?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Não deixou nem ela molhar o bico, cara. Não deixou ela nem molhar o bico, espera aí. Eu vou ler.
EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Cívico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Muito cuidado em pegar uma parte da frase...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Está difícil fazer essa leitura aqui. Eu vou ler.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – (...) pegar uma expressão e generalizar. Eu posso acabar de ler? Você deixa?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – "Garantir a multifuncionalidade 'na oferta de lotes urbanos' é existência de lotes institucionais para qualificação e expansão do sistema de mobilidade, propiciando formação de núcleos urbanos compactos, nos quais se articulam as atividades produtivas de natureza N1, N3, N4, N2 no que couber".

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – N3 no Plano Piloto, existe.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – 'No que couber'.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Na subzona. A subzona não é o Park Way e nem o Lago Sul. A subzona tenho Plano Piloto. Vocês querem desconstituir o comércio? O Plano Piloto que é isso e mandou por escrito. Quer melhorar o comércio de serviços.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Está muito claro. Amigos, olha só... Maria Sílvia.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Por favor, mande a sua contribuição.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Deixa eu te agradecer e dizer o seguinte, olha só, foi feita a defesa aqui, foi apresentada a posição, vai ser encaminhado por escrito a proposta. Agora, nós não vamos ficar aqui jogando tênis, *pá-pum*, com o monopólio do debate em cima do Park Way. Pelo amor de Deus.

Sra. Maria Sílvia (Coordenadora Técnica do ZEE) – Só mais um esclarecimento. Multifuncionalidade que a gente está falando não é uso misto do lote. Só para esclarecer, não estamos tratando de uso misto do lote residencial ter

comércio. Não é uso misto. É multifuncionalidade na oferta de tipos de lotes. Não é por comércio em residência e nem um bairro residencial. É diferente.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito bem gente. A democracia é assim, ela é empolgante justamente porque existe o contraditório. Sem o contraditório não tem democracia, não se qualifica o que está sendo feito. Eu agradeço a todos aqui que fizeram esse pequeno debate. Nós vamos retomar o rumo das coisas. Agora eu só preciso fazer um ajuste aqui, são 16H40.

Auditório – Ah!

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Calma. Ainda tem 20 minutos de alegria. Não sofram. Nós temos quantas pessoas na fila para falar? Vinte pessoas inscritas. Vinte pessoas inscritas. Espera aí, eu vou acolher aqui, nós vamos examinar a viabilidade de se fazer uma nova audiência pública, ou pelo menos uma nova consulta, não necessariamente nos mesmos termos que essa.

Também, registrar aqui mais uma vez, estamos abertos. Aqueles aqui que quiserem fazer reuniões bilaterais com a equipe do Zoneamento, estamos abertos a fazer essas reuniões. Dois. Por quê? Porque o Chico Santana tem razão, nós só vamos ganhar essa parada na Câmara Legislativa se a gente chegar junto lá. Só assim. Então tem aqui também se compromisso da gente fazer isso. Agora, a equipe é pequena. Considere também o lado de cá. A equipe é pequena, a equipe vai ter que sistematizar todas as contribuições feitas aqui nessa audiência pública, vai ter que qualificar, vai ter que dizer o que incorpora, o que não incorpora, o porquê não incorpora. Isso é a obrigação da equipe. Então é importante que vocês considerem que isso tudo vai acontecer também com algumas rodadas ainda dentro do governo para aparar algumas arestas dentro do governo.

Então, com muita calma nessa hora, nós temos o compromisso e eu quero assumir esse compromisso de apresentar esse projeto de lei ainda esse semestre na Câmara Legislativa. Então nós vamos, pelo menos, mais um ou dois meses dê tempo para fazer reuniões e eventualmente, mais uma audiência pública.

Senhora – Este semestre?]

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Este semestre. Este semestre. Isso.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Vamos fazer isso também. Vamos fazer isso.

Agora o seguinte, eu quero saber o que nós vamos fazer com as 20 inscrições? Nós temos duas opções, três opções. Uma, seguir até às 17h (cinco horas) como está no regimento.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Podemos inclusive fazer isso. Tudo bem, mas é que as pessoas fazem perguntas e querem respostas. Mas a minha proposta é a seguinte, são duas ou três opções, como está programado ir até as 17h os que falaram, falaram. Os que não falaram vão apresentar por escrito. E encerra às 17h.

Senhor – Secretário...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Não. Calma aí, calma aí.

Duas, vamos até o último que estiver aqui falar, com uma limitação que aí foge da minha governabilidade que é: esse auditório é cedido gratuitamente, tem algumas pessoas que trabalham aqui pelo CREA e às 18h tem que fechar. Então a gente vai até às 18h e se eventualmente só grava 1 ou 2, a gente depois recebe e acolhe as contribuições de vocês, mas a gente vai até às 18h OK? Vamos fazer assim? Então pronto. Próximo.

Desculpe, mas é o seguinte, o promotor de justiça aqui, o Dr. Paulo, como ele foi citado numa das falas dizendo que vai encaminhar denúncia etc., eu acho que é importante ele fazer uma fala aqui só para a gente não deixar passar batido aqui. Acho importante.

Dr. Paulo Leite (MPDFT) – Só para esclarecer, Ministério Público sempre esteve presente aqui. Seja pela manhã com a Dra. Marta Eliane, seja pela tarde comigo, Paulo Leite estou aqui desde às 14h. Então não tem dificuldade do Ministério Público estar aqui, ele está acompanhando e vai continuar acompanhando como vem acompanhando esse processo desde o início. Muito obrigado.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Tá bom. Muito obrigado, Paulo. Então sigamos o rumo normal aí, natural. E eu vou ter que ser – desculpa – eu vou ter que ser um pouco mais rigoroso com o tempo. Eu estou tentando ser quase total flex, mas eu estou vendo que não é um bom caminho. Vamos lá.

Senhora – José rilhante Neto, está aqui? Delenir? Cíntia no lugar da Delenir. O Deputado Lira já foi? Mauro Ribeiro? OK. Weuber Ferreira e a Mônica Veríssimo.

Sra. Cíntia (Área de Proteção Ambiental São Bartolomeu, Parque Ecológico Bernardo Sayão) – Boa-tarde a todos. Eu sou a Cíntia, moro no Jardim Botânico e hoje eu quero me chamar aqui Área de Proteção Ambiental São Bartolomeu, Parque Ecológico Bernardo Sayão que são duas regiões do ponto de vista ecológico extremamente importantes para o Distrito Federal. E foi dito aqui essa questão de diretrizes. E diretrizes são muito importantes, tanto é que nós, nessa região, nós temos uma densidade demográfica baixa prevista na lei da APA de São Bartolomeu e, no entanto, Governo do Distrito Federal expediu diretrizes urbanísticas em agosto de 2016 dizendo que na nossa região pode ser feito prédios de pavimentos de até 6 a 8 andares. É uma região extremamente delicada do ponto de vista ecológico. Lá nós temos uma nascente extremamente importante, ali do São Bartolomeu. E o que é perigoso, é que essas diretrizes que parecem ser inocentes, inofensivas, não são, por que trocam se os gestores e os técnicos e fica isso lá com lacunas graves. Agora, essa diretriz de prédios no Jardim Botânico, as autoridades precisam ver e eu aproveito o Ministério Público aqui, por que o Ministério Público quer erradicar os loteamentos que ele chama de ilegal e de clandestino. E aquele lugar, as pessoas que estão lá são pessoas dignas e que têm vocação para defender o meio ambiente. Quando eles erradicam, que é a proposta da Recomendação Número 4 do Ministério Público, existirão pessoas que têm consciência ecológica, que foram lá pela afinidade com aquele meio ambiente e colocam lá para os grandes incorporadores fazer um Noroeste, vender a preço absurdo de caro.

Gente, eu tinha muita coisa para falar, mas o tempo é curto. Eu espero que haja uma nova oportunidade para nós podermos tratar deste assunto que é muito importante para o futuro, para as próximas gerações, inclusive.

Senhora – José Brilhante Neto?

Sr. José Brilhante Neto (Comitê da Bacia do Rio Preto e afluentes) – Boa-tarde a todos. O meu nome é José brilhante Neto e eu estou pelo Comitê da Bacia do Rio Preto e Afluentes. Praticamente essa Subzona aqui IV. Observando ela, principalmente aqui no mapa de disponibilidade hídrica, o mapa 9A e o 9B é a questão da outorga e a questão da vazão remanescente, nós estamos já num grau absurdo aqui de risco, incluindo até o ano passado já tendo tido problema na questão dos irrigantes da região ali da subzona. Então eu vi aqui pelo ZEE, no Artigo 5, Inciso VI, nós temos aqui que o objetivo específico, uma das partes aqui dos objetivos específicos do ZEE é: "Preservar e proteger as águas do território do Distrito Federal promovendo ações de gestões e manejo que visam estabilizar e elevar os níveis de água nos aquíferos e melhorar a qualidade e quantidade de águas superficiais, reconhecendo e valorizando as suas diversas dimensões e seus usos múltiplos". Eu vi também que cabe aqui ao Conselho de Recursos Hídricos determinar as diretrizes para outorga.

Então a pergunta que eu faço aqui é a questão de barramento. Por que não usarmos de barramentos para procurar melhorar essa situação hídrica, principalmente nessa região que tem uma demanda grande para a produção agrícola? Então é isso que eu tenho a questionar. Obrigado.

(Aplausos)

Senhora – Mauro Ribeiro. Mauro, pode ir. O Leonardo Bergamini está cedendo a vez para o Mauro também.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Antes de você falar, você vai ter essa seção de tempo, mas eu quero agora adaptar à nossa regra. Quem não quiser mais falar, não tem mais o direito de ceder o tempo. Como a gente não falou isso antes, você vai ficar com o tempo cedido. Base aí agora a gente vai priorizar os que estão querendo falar. Tá bom?

Sr. Mauro Ribeiro (Gestor de Unidade de Conservação / Reserva Ecológica do IBGE) – Bom, boa-tardea todos. O meu nome é Mauro Ribeiro, eu sou ecólogo e eu venho falar um pouco como pesquisador e como gestor de uma Unidade de Conservação, eu sou o gerente da Reserva Ecológica do IBGE que está colocada nessa Zona 5 aqui.

Como cientista, eu confesso que cheguei aqui um pouco preocupado com uma coisa básica que a gente aprende na ciência, quer dizer, não se discute, não se apresentam resultados e, muito menos discussões sobre resultados antes de apresentar a metodologia que está por trás da produção desses resultados. Então é muito bonito a gente ver uma série de mapas, ou melhor, cartogramas, já que não tem escala e um mapa tem que ter escala. Muito bonito a gente ver uma série de cartogramas coloridos, mas a gente não tem ideia de como eles foram gerados. A gente acredita no esforço da equipe técnica. Eu participei de uma discussão há 3 ou 4 anos atrás, eu não sei, a Maria Sílvia deve saber melhor. E depois a Maria Sílvia me procurou inclusive na reserva do IBGE para que eu pudesse ajudar no processo e sumiu. Nunca mais houve contato. Mas não é comigo. Eu acho que faltou um contato formal com a Comunidade Científica. Porque Brasília reúne o maior acervo de cientistas e de conhecimentos produzidos sobre biodiversidade no Bioma Cerrado. Não tem nenhuma área do Brasil que se compare, que chegue perto do acervo de dados que nós temos. Então não se trata, como o secretário falou de, "O ZEE não pode esperar que todos os dados necessários sejam produzidos". Claro que não, nós temos plena consciência disso. O senhor está coberto de razão. Mas não se pode admitir que o ZEE desconsidere todo o acervo existente. Que ele não incorpore todo o acervo de dados existentes e as metodologias. Eu imagino a aflição que a Maria Sílvia e a sua equipe passou com conceitos, que são muito complexos mesmos, de sustentabilidade, risco ecológico e serviços ecossistêmicos. Mas a comunidade científica poderia diminuir muito essas aflições se a gente fosse chamado para participar ativamente.

Do ponto de vista de gestor de Unidade de Conservação, eu me sinto não preocupado, mas decepcionado, porque o ZEE queira ou não queira, ele é um instrumento da política ambiental. Então nós tínhamos uma grande esperança de que esse instrumento iria de fato incorporar as preocupações ambientais. E

quando a gente olha para os mapas, a gente vê o quê? Será que vocês vão, vocês vão ter que me convencer que depois de todas as análises de sustentabilidade, risco ecológico e serviços ecossistêmicos, a melhor opção, por exemplo, para a área em frente à APA do Gama Cabeça do Veado, que é a onde se concentra a maior parte do conhecimento científico gerado sobre o bioma cerrado, a melhor opção de ocupação em frente, é uma cidade de um milhão de habitantes. Vocês vão ter que me provar, por A mais B, que vocês têm razão. Se vocês me provarem, eu tiro o meu chapéu. Mas não custa lembrar que essa área aqui, no Exercício do MMA de 1998, de áreas prioritárias para conservação, colocou todo esse corredor aqui como zona de alta *prioridade* de conservação. A COP VIII em Curitiba referendou essas áreas de conservação como corredores ecológicos, comprometido pelo governo brasileiro e pelo governo do Distrito Federal, se comprometendo em fazer os corredores aqui. E o que a gente vê logo em seguida? O PDOT que se sucedeu transformando e isso em zona de dinamização urbana. Beleza, é o PDOT. Os interesses estão todos lá. O ZEE vai consertar isso. E de repente o instrumento da política ambiental vem e referenda o PDOT. E vocês vêm querer me convencer que tem análises científicas por trás disso? Dados ecológicos por trás disso? Vocês vão ter que me provar por A mais B que isso é verdade. Porque vocês estão somente referendando o que o PDOT, que é um documento que tem toda a especulação que já foi falada aqui fartamente, por trás estava colocando. No PDOT, eu posso até entender porque eles colocaram, mas o ZEE referendar isso, para mim eu fico de queixo caído.

(Aplausos)

Então eu acho que nós temos muito a caminhar. Eu entendo que isso aqui não é o ponto final, espero que não seja o ponto final. Seja o início de uma discussão séria com a comunidade científica e pode participar e pode ajudar muito no processo. E com as Unidades de Conservação. Porque é inadmissível, se vocês mesmo reconhecem que a lei do ZEE não pode se sobrepor a lei ambiental, esse as Unidades de Conservação têm os seus usos e sua lei própria, é inadmissível que vocês simplifiquem o PDOT em duas grandes áreas, em duas grandes zonas. E vocês mostram, vocês misturam as Unidades de Conservação com zona agrícola, por exemplo, aqui do Rio Preto, e digam o que tudo isso é

zona, como é que vocês chamaram? Área de serviços ecossistêmicos e mais produção de não sei o quê. É inadmissível. As unidades de conservação não têm nada a ver com essa área agrícola aqui. São áreas muito diferentes e tem que ter destinos e respeito muito diferentes da área agrícola. Área agrícola é importante, mas tem que ter outro destino. Não pode estar na mesma zona. É uma grande simplificação para depois chegar e colocar um monte de coisa.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Concluir o tempo, Mauro.

Sr. Mauro Ribeiro (Gestor de Unidade de Conservação / Reserva Ecológica do IBGE) – Só um segundo, por favor. Vocês estabelecem, por exemplo, que essa zona ela é possível de produção também, de produção de empregos e tudo mais. Aonde? Dentro da reserva ecológica do IBGE? Dentro do Parque Nacional de Brasília? Dentro de Águas Emendadas vai ser zona de produção de empregos?

(Aplausos)

Eu acho que tem uma grande confusão e ainda nós temos tempo, para rever. E eu espero que haja disposição e espaço para isso.

Muito obrigado.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito bem. Grato. Próximo.

Senhora – Cristiane no lugar do Élber, da Adasa.

Sra. Cristiane (Adasa) – Boa-tarde a todos. Eu sou o Cristiane, sou da Adasa. Estou aqui representando a Adasa, estou representando a carreira de regulação como servidora escolhida para isso. Sou uma das participantes do trabalho elaborado e mestrado pela Maria Silvia, especificamente na questão de disponibilidade hídrica. E eu venho apresentar a minha contribuição. Eu venho sugerir, Adasa já apresentou formalmente que a gente retome o debate do grupo de disponibilidade hídrica. Eu ainda não estou confortável com alguns indicadores. Eu posso citar, por exemplo, o mapa de disponibilidade hídrica e qualidade e quantidade. Eles foram construídos com dados oficiais, mas eles foram

construídos para um mês, o mês mais crítico aqui do Distrito Federal. E a Adasa propõe que os mapas mostrem o retrato dos 12 meses do Distrito Federal.

Outra preocupação, agora como coordenadora de outorgas e da carreira de regulação, não se discute a possibilidade de União dos instrumentos de licenciamento ambiental e outorga. Isso já aconteceu no Distrito Federal há 12 anos atrás e não foi uma experiência bem sucedida. O estado de Minas Gerais promoveu a união dos instrumentos e voltou atrás, rapidinho. Então assim, isso não quer dizer que a outorga não vá comprar as diretrizes apresentadas pelo ZEE. Elas são importantes, é um debate que é relevante e precisa ser cumprido assim que ele for determinado.

Eu queria retomar um pouco a fala do Paulo Salles, conectar com a fala da Maria Silvia a respeito da capacidade de suporte. No texto aqui a gente traz o conceito de capacidade de suporte ecológica. E eu entendi, após a explicação da Maria Silvia, que existe no objetivo de capacidade de suporte sócioecológica. Então eu sugiro que a gente possa rediscutir o Inciso V do Artigo 3 e eu creio que a preocupação do Paulo Salles é relevante, ele é doutor em Ecologia pela Universidade da Escócia, pós-doutor em Holanda. Então ele tem muita propriedade ao se preocupar, mas nada impede que possamos reescrever e inserir o contexto social que a Maria Silvia se refere.

Eu agradeço atenção vou finalizar, dar a oportunidade para os próximos.

Senhora – Mônica.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – A Mônica está pedindo para falar 6 minutos porque ela tinha se inscrito de manhã e não falou.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Não entendi.

Senhora – Ela estava no Bloco 5 e passou para agora.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Mônica, vai. Comece falando, por favor. Nós temos quantas pessoas ainda? Começa, Mônica.

Sra. Mônica Veríssimo – Boa-tarde. Eu acho que o grupo mais legítimo...

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – 13 pessoas para falar ainda até as 18h. Não, eu só estou dizendo que é isso.

Sra. Mônica Veríssimo – Eu acho que o grupo mais legítimo para estar aqui, no sentido não legítimo, porque todos nós temos espaço. Mas o Fórum das Energias Ambientais que eu faço parte há 20 anos, nós desde 1996 batalhamos por esse instrumento que, infelizmente hoje não me apareceu em nenhuma mídia e é o instrumento principal como diz Dr. Mauro, da Política Nacional de Meio Ambiente, da Política Distrital de Meio Ambiente, a 20 anos senhores e senhoras, cadê o governador? Cadê os secretários? Se é um instrumento que fala de economia, que fala de todas as atividades econômicas, por que na questão hídrica ele estava e aqui como principal instrumento da política distrital, o governador não está? Porque ele não tem o devido peso, talvez para o governo, para o secretário sim e para toda a equipe, mas eu sinto falta, depois de 20 anos de termos sim o Governador Rollemberg, que é uma conquista Nossa do fórum.

A minha camiseta atrás está falando sobre a crise hídrica. Isso aqui foi Catetinho. Catetinho foi nós que seguramos, porque iam colocar uma outra Águas Claras em cima de uma área de captação da Caesb e que agora a Caesb vai pegar água do Catetinho, que nós seguramos junto ao Ministério Público.

Eu falo não só pelo fórum, eu falo como pesquisadora. Para mim é muito tranquilo está aqui falando, porque a linguagem parece meio hermética. Para mim é simples senhores. O meu doutorado foi em Zoneamento Ecológico Econômico. Eu fiquei seis anos trabalhando com isso, eu trabalhei na APA Gama Cabeça de Veado, trabalhei com todas as metodologias que existiam na época, eu inventei, porque no doutorado você é obrigado a inventar, fiz isso e a Unesco publicou esse trabalho. Foram mais de 300 mapas sendo produzidos. E todos produzidos 1/25.000. Senhores, foi dito aqui, 1/25.000 é obrigatório, o IBGE diz para as áreas urbanas. Toda a APA que eu fiz estava na base 1/25.000. Nós temos base 1/10.000 e 1/2.000. Como é que é a questão de escala? Tem que ter. 1/25.000, 1/10.000 aliás, eu vejo uma casa no lago e 1/2.000 eu vejo a casa do cachorro. Ora senhores, a primeira pergunta é, onde eu estou? Não na fita, mas no mapa? Eu tenho que estar no mapa. Não é certo falar que, "A escala que você está...".

Errado. Eu digo isso com muita tranquilidade como pesquisadora. As Áreas de Preservação Permanente, as zonas mais restritivas da APA do Gama, toda a população do Park Way via no mapa e sabia exatamente que o lote deles estava com problema. Para vocês terem uma ideia do que o Zoneamento pode ter, como diz o Dr. Mauro com pesquisa, e eu vou falar aqui que eu, como Mônica Veríssimo, não foi como pesquisadora chamada para tratar a metodologia, eu fui numa audiência pública, eu sou conselheira de Meio Ambiente e Recursos Hídrico, eu estava aqui na frente e falei: "Eu esperava tudo, menos do instrumento do ZEE deixar a Caixa de Pandora aqui". Eu falei está gravado isso eu sou conselheira. E falei dos problemas que foram apontados aqui em outra reunião também do Conselho de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e não foram mudados. Então a pergunta é: o que adianta a contribuição? E eu sou conselheira. Se várias coisas não foram, não foi feito? É sempre a mesma história, "Depois a gente vê, depois a gente vê". Ora, se você como disse Dr. Mauro, existe o conhecimento científico, por que não utilizá-lo? Eu vou dar um exemplo para vocês: é possível sim você ter uma área do Park Way e me perguntarem, "Mônica, naquela área do Park Way, se eu quiser colocar lote de 1000 metros, quanto eu vou ter de material carregado para dentro do curso"? Tem jeito, a ciência deu. Eu fiz isso para o Park Way. Eu sei que se o Park Way for parcelado, na época, quanto na verdade se eu parcelar se em terrenos de 1000, quanto eu precisava ter de Área de Preservação Permanente em volta do Rio para que ela mesma quantidade de sedimento (02:29:55) que eu coletei estivesse.

Doutor Mauro falou muito certo, falta muita ciência para o que foi colocado em termos dos conceitos e etc. É muita informação que precisa, um detalhamento. Eu acho que é importante o trabalho que foi iniciado aqui há alguns anos, eu dou os parabéns à equipe, dou parabéns ao secretário da gente poder estar aqui, que a gente não estava em outros momentos. Mas eu sinto falta, eu sinto falta de perguntas que o fórum gostaria de fazer, mas nos deram um pouco tempo. Infelizmente, pois a gente espera 20 anos e sempre nos calam a boca, 2 minutos, 3 minutos e de repente tinha que ser 2 minutos também para todo o pessoal do governo que fala.

(Aplausos)

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Exatamente, me deram um minuto. Então, 20 anos para me darem mais um minuto. Eu acho que é essa que é a questão, de repente uma coisa importante para nós é dada na questão do minuto. Está errado senhores, sabe o porquê de estar errado? Porque na verdade não somos contribuintes. O governo está fazendo algo e se a gente disser que não... E eu já adianto aqui, o Fórum das ONGs Ambientalistas não vai assinar esse documento para ir para câmara no ano que vem o mês que vem. O Fórum da ONGs Ambientalistas diz: "Estamos num processo. Precisamos aumentar o diálogo e informação científica. Mas o ZEE ainda está cru. Ele não está na hora de ir para o forno". O Fórum de Ambientalistas, ele não compactua com a caixa de Pandora. Isso é Caixa de Pandora. O Fórum das ONGs Ambientalistas, ele não compactua com todos os acordos internacionais, que o último foi o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que o governador assinou, eu acho que uma semana e pouco atrás. Senhores, a pergunta é: onde está nesse mapa a crise hídrica? As outorgas que aparecem no mapa são outorgas antigas que pararam, os produtores pararam. Tudo aquilo que está lá é uma outorga que não funcionou. Então tiveram que parar e agora existe um outro cenário que nos foi trazido e isso não está no ZEE. E nós vamos trabalhar com isto?

Para quem não sabe o ZEE, antes desse governo estar aí, ele começou lá atrás. Eu participei há muitos anos, eu acho que tem uns 10 anos quando começou. Era uma empresa, pegaram alguns consultores e, na verdade eles não compreenderam a complexidade do Zoneamento. Não entenderam o que é um ZEE, o quanto de complexidade precisa e precisa ir para campo. O que está acontecendo? Eles inverteram. O que é inverter? Um triângulo, você precisa inverter a base científica e depois que eu digo para você da base científica, "Olha, aqui é essa situação". Tanto que está na lei. O decreto de 2002 GMA fala o seguinte: "Se a atividade não tiver, muda a área para outra coisa". Então, quando eu tenho uma base científica eu vou dizer, "Essa área tem processo erosivo. Essa área não tem. Vamos ver o que a gente faz para poder retirar". Aí é que você negocia. Vocês não negociam... Obrigada, gente. Dois dias sem dormir. Vocês não trabalham isso simplesmente entra em negociando antes da informação científica. É o inverso. Vocês estão falando de algo que vocês não têm informação

para dizer de que aquilo é possível. Eu digo com muita tranquilidade: nós não temos base científica para isso que foi colocado. Nós não temos.

Só para vocês terem uma ideia, só essa expansão aqui são sete Gamas. Sete Gamas colocados. Nós falamos em 1996 dessa área aqui. Tem uma caneta? Cadê a camisa? Tudo bem, já passou o meu tempo mesmo. Já vão mandar eu calar a boca. Aqui, tá?

O que acontece? Essa água quando a gente fez, nós mostramos toda essa área aqui de São Bartolomeu, que não era necessário em 30 anos, a professora Sueli lá da UnB, da área de arquitetura mostrou. Nós fizemos uma modelagem na época, em 96, dizendo que não precisava para 30 anos. Senhores, nós estamos certos. Está aqui. Até hoje você não tem alta densidade aqui. E continua essa grande especulação imobiliária no mapa. Se o fórum há 20 anos, nós batalhamos e muito, não foi pouco, foram várias vezes, rodando noite, entrando com processo, porque é um projeto aqui, um parque aqui.

E digo mais, eu fui consultora da Unesco e do Ibram em 2015 e eu digo tranquilamente, nós temos sim todos os parques na base 1/10.000 que eu que gerei. Só que eles sentaram em cima. E eu falei isso como conselheira. Foi sentado em cima desse material, esse material não tem acesso, ninguém tem acesso a isso, está todo digital, você tem um processo erosivo de cada unidade. Você tem, por exemplo, eu te digo até, eu digo até para vocês cada parque do ponto de vista da questão fundiária. Quando ele foi gerado? O que é isso e o que é aquilo? Tudo isso eu produzi, eu produzi mapa de contaminação, desfragmento, eu produzir mapa de ravinamento.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Mônica, já deu 9 minutos.

Sra. Mônica Veríssimo – Eu sei. Mas são 20 anos. 20 anos, segura aí. Não, não, comigo não.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Não, eu acho assim...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Não importa. Senhor, eu acho o seguinte é importante vocês saberem. Não, é um instrumento muito complexo que muitas vezes...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Senhor eu até entendo que eu tenho capacidade, eu estou até resumindo muito. O problema é que, eu não sei se o senhor reparou, toda a audiência hoje aqui foi em cima de algo que as pessoas não entenderam. Eu faço parte de comunidade, de vários grupos. As pessoas não entenderam ainda. É simples. Se o governador não está e não me saiu na mídia, o ZEE não é pauta. ZEE não é pauta. Eu quero muito que o ZEE dê certo. Você sabe o quanto que eu participo. Eu acho fundamental e eu dou os parabéns para o grupo, porque querendo ou não foi uma etapa em que eles chegaram ontem aqui, estão indo e estão tentando em termos metodológicos, a equipe que era antiga empresa não aconteceu. Eu só estranhei que alguns mapas que deveriam estar aqui e que poderiam ajudar, o meu trabalho também de corredores que eu fiz poderiam estar aqui como cruzamento. Eu não entendo muito a questão como é que é interna, não nos interessa. O que importa é que está extremamente frágil. Como disse um senhor aqui, "Um grande cheque em branco", tanto do ponto de vista da ciência, quanto ponto de vista da questão fundiária.

E esperamos 20 anos. Vamos dar continuidade, vamos ver o que é possível ser colocado de todas as informações que eles fizeram. Mas da maneira que está, trazer o PDOT para dentro do ZEE, não era a hora de já ter trazido tudo junto. É isso o que eu queria dizer. Todos os instrumentos, o próprio LUOS está sendo discutido.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Obrigado, Mônica.

Sra. Mônica Veríssimo – Só um instante. O secretário saiu daqui, que infelizmente todo mundo sabia da audiência e ele tinha um compromisso. Eu tirei os meus compromissos para estar aqui.

Então, é só no sentido de, a população ainda não entendeu. Vamos continuar trabalhando e o governo tem obrigação. Tem uma mexicana que ela disse o seguinte: "Não cabe ao governo dizer...". O México é um dos países que

mais tem processo de Transparência do mundo. Ela veio em São Paulo e ela foi dar uma audiência lá. Ela deu uma entrevista na Folha e ela disse o seguinte. É muito interessante eu vejo aqui o governo dizendo, "Estou sendo transparente". Quem tem que dizer que está sendo transparente é a população.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Mônica, por favor. Agora já concluiu, não é? Muito obrigado. Está tudo registrado. Muito bem. Concluiu, Mônica. Ela falou dez minutos. 12 minutos.

(Aplausos)

Senhora – Podemos seguir, não é?

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Próximo, por favor.

Senhora – Breno Pires. Em seguida é o Carlos Bomtempo e Regina Suzuki.

Sr. Breno Pires – Bom, gente, boa-tardea todos os seres humanos e a todas as pessoas. Eu queria reforçar o papel da materialização pelo trabalho da equipe, do diagnóstico que ocorre em todo DF. Porque nem sempre é comum o entendimento a todos, as regiões. Cada região já se conhece, mas eu não conhecia algumas. Entretanto, existem questões rurais e urbanas que estão sendo classificadas da mesma forma.

Eu vou trazer primeiro as sugestões e depois eu faço para outras questões como críticas.

Primeiro, a questão como foi reforçado pelo advogado Arthur, do Park Way, da inclusão da Lei da Regularização dos Produtores. Confirmando junto com um colega promotor, a questão de incluir os demais instrumentos legais que são da esfera para deixar claro para a população o que é o PDOT, a LUOS sob o guarda-chuva do ZEE, sob o guarda-chuva da Lei Ordinária do DF e as Federais.

A publicação das coordenadas dessas poligonais, porque o grande problema que a gente enfrenta no DF, como já diz o Zoneamento, é territorial. Então, o que ocorre? A gente vê a urgência da importância do ZEE de ser publicado. Só que essa velocidade, como a Mônica colocou agora, não compactua com o bom embasamento que o ZEE precisa. Então vou reforça a necessidade

de uma segunda audiência para que seja transparente como bem está sendo Secretaria do Meio Ambiente, essa oportunidade é rara de ter toda a população e essa preocupação do André em abrir para que todos falem. Mas para que fique claro o que está sendo sugerido e o que está vindo à tona, e o que vai ser proposto para câmara para que fique claro e a gente poder ir lá defendermos juntos.

O André colocou no comecinho a questão da promoção à agroecologia. Então que a gente tire essa parte da fala e que ela vá para o papel. É muito importante reforçar que antes dos parques existirem, as leis que definem os parques, existiam os produtores rurais como colocou o professor lá da Serrinha. Num debate primeiro da apresentação do ZEE pela SEMA, foi reforçado pelo colega do Ibram a necessidade de observar os mapas e os corpos hídricos, o grau de importância de cada um, e que na Serrinha não existe um potencial hídrico para ser resguardado nesse sentido. Só que se esquece que esses grandes córregos, esses grandes corpos hídricos vieram das nascentes. E essas nascentes estão lá dentro da Serrinha e estão dentro das áreas rurais.

A gente, como classe produtiva no DF, não aceita ser mais classificado como "O chacareiro virou o possível grileiro". E a gente não aceita mais ser chamado assim. Porque como eu coloquei, antes dos parques existentes, existiam os produtores. E se não fossem os produtores estar em resguardando as áreas verdes que existem até hoje, podem ter certeza que o nosso espaço já não estaria do jeito que está. Não existiriam as Unidades de Conservação.

Eu quero reforçar que na zona que a gente se encontra, dentro da área JK, a Subzona 2, a gente foi classificado como uma mancha única. E se vocês observaram em até de si próprio mapa aqui, a 2 está nesse involucro aqui. Não é? Aqui a gente tem, esses pontinhos pretos são os assentamentos populacionais. Aqui a gente tem Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Recanto. E toda essa área que existe sem o adensamento, são áreas rurais. Em nenhum momento do texto da lei consta a manutenção e a existência desses produtores. Como foi falado também, dos bolsões de calor. Poderiam ser muito pior se não fossem os produtores nesses locais.

Então cabe reforçar – como colocado pelo Park Way, eu já vou encerrar André – cabe colocar que toda essa questão de toda a parte de corredor ecológico, a gente reforçou e eu não vou ficar chovendo no molhado porque a gente protocolizou também as sugestões, cabe observar a peculiaridade das regiões dentro das zonas, porque a gente não se enxerga dentro dessa zona. A gente não se enxerga. E como o colega também colocou no Park Way, o Antônio e o professor, que fomos convidados por JK, eu estou na terceira geração de produtores, somos agroecológicos. E deve se observa quem prejudica a água e quem colabora com a questão da água. Todo mundo usa, mas a gente está sendo prejudicado está sendo como o algoz. O produtor é o que está detonando a água. Então cabe observar isso. Então que fossem vistas as peculiaridades e o histórico de cada região dentro da zona. Aqui tem um histórico de 56. Samambaia veio embrionária dos produtores. Samambaia foi formada em 89. A associação que eu hoje represento foi fundada em 87.

Então cabe essa observação e a gente está aberto ao diálogo e a contribuições.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito bom Breno. Grato, amigo. Próximo?

Senhora – Marcelino Barberato.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Como é o nome?

Senhora – Marcelino Barberato. Massai Watanab, próximo. Massai Watanab.

Sr. Marcelino Barberato – Boa-tarde a todos. Bom, eu já tinha passado o meu tempo para o Breno, mas como não foi disponibilizado e possível isso, eu vou falar alguma coisa.

Eu acho que a gente tem que pensar que pessoas trabalham, como essas pessoas estão trabalhando e eu vejo verdade nessas pessoas.

(Aplausos)

Há muito tempo eu não via, eu não participava de um encontro como esse e percebia verdade. E hoje eu e percebendo verdade, mesmo que tenham coisas

que precisam ser ajustadas. E isso depende de cada um de nós e de cada grupo que está participando. A gente já se reuniu duas vezes ficando até tarde, discutindo e verificando tudo o que foi escrito, e colaborando. Então a gente já mandou o documento, a gente já escreveu coisas, o Breno falou alguma coisa aqui. Então já está para o quê? Para contribuir com esse processo que está sendo feito. Eu acho que a contribuição de cada um aqui é muito importante, mesmo dizendo coisas que essas pessoas não vão gostar. Mas eu acho que elas estão abertas a receber isso. Eu acredito nessas pessoas que estão trabalhando aqui. O que virá para frente, Câmara Legislativa ou outros interesses, cabe realmente a essas pessoas que estão participando, que estão representando aqui o Distrito Federal a realmente contribuir no máximo que puderem para que isso realmente possa vir para os nossos filhos e outras gerações essa contribuição.

Eu acredito no Ministério Público, na presença de hoje de manhã, a Dra. Marta estava aqui. Porque eu já vi ações na nossa área. A nossa área tem 900 hectares e ela foi mantida graças ao conjunto de produtores com a garra, com a força contra os grileiros, até levando coronhada de revólver no rosto e a Dra. Marta encarou isso de uma forma que precisavam as pessoas virem que realmente, que capacidade, que é integridade, que pessoa que fez isso. Então quando eu vejo Ministério Público trabalhando com pessoas como essas, eu acredito, eu dou crédito. E eu vou contribuir com que eu posso contribuir. Eu agradeço realmente a todos vocês o que eu ouvi aqui hoje, pessoas do Park Way, de todos os espaços. Teve uma pessoa que pediu uma nova audiência e eu acho que é fundamental para que cada contribuição realmente seja colocada. Isso é importante. E eu não vi em nenhuma audiência pública que eu participei essa possibilidade que vocês estão dando de uma nova audiência e de colocar todas as possibilidades que cada um deu em colocar e ser reavaliado e ser discutido novamente. Por que todas as que eu participei, o que acontecia? Chegava, discutia e discutia, e acabou, vamos embora. Ninguém nem sabia o que estava acontecendo mais, vinha depois tudo pronto. E aqui não, aqui está sendo visto de uma nova forma. Eu quero parabenizar a vocês realmente por isso. E agradecer por essa oportunidade. E eu acho que esse ZEE pode realmente ser, eu não sei qual é a palavra, mas há possibilidade de coisas melhores, de um Distrito Federal melhor. Você entendeu?

É isso aí. Muito obrigado.

Senhora – A Massay cedeu o tempo dela para o João Marcos.

Sr. João Marcos (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental/DF) – Bom-dia a todos e a todas. Oi meu nome é João Marcos, eu sou vice-presidente Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, seção Distrito Federal. Eu queria pedir desculpas porque eu tenho compromisso todos os sábados e só pude chegar aqui às 15h40. Mas teve um colega nosso, inclusive foi companheiro nosso de luta, o Roney, que fez uma citação. Ele é do Movimento dos Catadores e ele tem a preocupação total com a problemática dos resíduos sólidos e ele colocou o Tim da maneira como ele pensa, a atual gestão do SLU é a pior gestão que ele conheceu. Eu queria descontar diametralmente dele. Eu acho que a atual gestão da SLU é a mais eficiente dos últimos anos nesses 45 anos que eu estou em Brasília, para mim é a melhor gestão que está ocorrendo no SLU. Então eu só queria registrar isso gente que nessa gestão com apoio do secretário nós estamos licitando na Novacap 7 centros de triagem, os 4 mais 3 do BNDS. O aterro sanitário de Samambaia está construído. Os papa-lixos, papa-entulhos está tudo caminhando. Logicamente, existe defasagem? Existem defasagens de 30 anos, não é de hoje. Se existem algumas discordâncias entre o Roney e a atual administração do SLU, vamos conversar. Nós conversamos com o secretário, dentro do Conan, que eu também sou conselheiro do Conan, vamos trazer essas discordâncias e vamos tentar acertar os ponteiros.

Eu só queria então mais uma vez deixar registrado que ao meu ver, a atual gestão do SLU é a mais eficiente e a melhor dos últimos tempos.

Muito obrigado.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito obrigado, João. Embora esse assunto esteja um pouco assim fora do radar, mas...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Mas é melhor deixar assim. Se a gente trazer o lixo para a conversa aqui ficar mais complicado. Vamos lá.

Senhora – A Sol e Cláudio Pires. O Cláudio Pires está presente?

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Tem mais quantos aí, só para eu ter uma noção aqui?

Senhora – 10.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Mais 10?

Senhora – 9 agora.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Vamos lá. Quem são os 9? Leia aí.

Senhora – Sol, Cláudio Pires, Maria Rosa, Antônio Nobre, Benjamim Soares, Weber Marques de Araújo, Bruno Sobrinho e José Gomes Garcia.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Então não são mais 10, pelo amor de Deus, você me assustou agora. Gente é o seguinte, nós vamos ter que encerrar às 18h. Então eu vou anunciar, agora não é mais consultar faltando 5 minutos para as 18h eu vou encerrar. Pois é. Quem não tiver condição de falar vai apresentar por escrito e vai falar numa próxima reunião que nós vamos abrir essa condição de fazer uma próxima. Porque eu vou precisar de 2 ou 3 minutos para fazer alguns encaminhamentos, *OK?* Por favor.

Sr. Consolação Rudri – Sol (Instituto Oca do Sol / Movimento Salva Urubu, do Movimento Serrinha, do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável) – Primeiro eu gostaria de agradecer e reverenciar o trabalho realizado pela equipe técnica. O meu nome é Consolação Rudri, eu sou conhecida por Sol, eu sou fundadora do Instituto Oca do Sol, participo do Movimento Salva Urubu, do Movimento Serrinha, do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e tocamos o pau, dessa... Estamos nessa região, no Plano aqui nós estamos na Área 5. Então nós estamos propondo uma qualificação geral que é em relação às atividades relacionadas à produção agropecuária no N2. A gente entregou esse papel, vamos entregar o papel, ou seja, para a região do GDF é necessário que as atividades de agricultura sejam relacionadas à produção sustentável privilegiando a agricultura agroecológica e orgânica, evitando a contaminação do solo e das águas por agrotóxicos. É inaceitável que o

Zoneamento Ecológico aceite níveis de agrotóxicos que nós temos em relação à produção agropecuária. Então essa é uma recomendação geral para o ZEE.

A segunda recomendação geral é que a integração dos planos de governo, a partir do próprio ZEE, o entendimento metodológico, como é que esse ZEE vai rebater em todos os instrumentos abaixo, ou relacionados, que o plano de uso da LUOS, todos os outros planos de uso, por quê? Primeiro, LUOS, PPCUB, Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento. Ou seja, a escala ali como a Mônica disse, eu tenho que me enxergar nessa escala. Então o ZEE já tem que me dar os elementos que depois vão me possibilitar atuar de forma prática na questão dos outros instrumentos de planejamento. Então eu acho que é fundamental a gente ter esses mapas, conseguir esses mapas. Eu acho que nesse sentido o ZEE, embora eu acho maravilhoso que ele pôs, a questão hídrica como elemento central, eu acho que ele está imaturo, com espaço realmente para outros, como não se vê, tem espaço de manipulação muito...

Então se a gente puder trazer os mapas em que eu me enxergue, eu vou poder atuar de uma forma mais contundente na preservação das minhas águas nesse desenho hídrico.

Em um instrumento que nós temos para a Serrinha do Paranoá, que eu estou lá, o trabalho científico realmente, conexões dos padrões espaciais com os ecossistemas urbanos realizado pela Lis Andrade e pela equipe, por vinte estudantes que ela tem. Isabela, Gisele e outras que já estudaram em detalhe nesse contexto da Serrinha do Paranoá, todos os impactos, de maneira que ela estudou os padrões para conectar com o ZEE com todos os outros instrumentos. Já existe a metodologia. Lógico, é uma tese de 500 páginas para uma região, mas que pode ser aplicado em todos. É um trabalho da Cidades Sensíveis à Água. E aqui no ZEE, a coisa fantástica que foi trazida é exatamente esse ecológico da água. Isso está extraordinário. Não tem outro trabalho como esse. Então a gente tem que melhorar, dar um *plus* a mais metodológico, que essa é a proposta que eu também escrevi aqui.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Sol, temos 3 minutos e 48 e temos mais oito pessoas aqui.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. Consolação Rudri – Sol (Instituto Oca do Sol / Movimento Salva Urubu, do Movimento Serrinha, do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável) – Está certo. Partilhando que a comunidade tem que fazer a sua parte na história, ou seja, não é derrubar Planaltina, ou Ceilândia cidades construídas, mas é não construir novos Taquaris, novas cidades. Que história é essa? Não construir Taquaris, que são novas cidades. A gente tem aqui no ZEE que não pode, é área de recarga.

A gente fez, a comunidade fez 100 nascentes, eu distribuí o folder; 100 nascentes que vão sumir, se tiver Taquari por que é área de recarga. E está no mapa do ZEE. Então é fazer valer os estudos, fazer valer. Como no mesmo governo saiu hoje uma licitação essa semana de abastecimento de água para Serrinha. O que é isso? Para Taquari. O que é isso? Estamos sem água e sai isso? Que licença é essa da Adasa, que licença é essa da Caesb? O que é isso? É uma dissonância muito grande. Então construir um novo Taquari se não tem água para ninguém? Temos que rever isso.

É isso o que eu queria falar.

E a comunidade tem que participar fazendo os seus mapas, as suas coisas.

Senhora – Cláudio.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Já vamos chamando os próximos para se aproximar aqui antes do Cláudio chegar.

Senhora – António Nobre e Benjamin.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – António Nobre. A Maria Rosa antes dele, não é isso?

Senhora – A Maria Rosa acabou de ceder a vez dela.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Amigos, nós combinamos aqui...

Senhora – Ela desistiu.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Ela desistiu, é diferente.

Sr. Cláudio Antônio Teixeira Pires – Alô. Boa-tarde a todos e a todas. O meu nome é Cláudio Antônio Teixeira Pires, eu sou conhecido mais por Cláudio Pires e com relação ao meu trabalho, eu já participei inclusive do Conselho da Funam, do Conselho Rural e de outras entidades também, da... Eu esqueci o nome agora. É tanta coisa para trás que vale a pena falar para frente agora.

O caso que a gente quer colocar aqui é de forma mais genérica com relação ao ZEE. Nós participamos de várias fases de ZEE aqui em Brasília e a visão nossa é que hoje em determinadas ações, como o ZEE vai agir? Qual a sua possibilidade? Eu poderia reduzir algumas coisas aqui que eu vou dizer, se eu tivesse um mapa que a própria imagem ia reduzir em 70% o que eu gostaria de falar. Ou seja, fica impossível se vocês projetarem hoje área que nós vamos nos referir que é a área JK ali como modelo por ser a primeira iniciativa que houve no Ministério Público com relação ao problema que ocorreu lá. Se eu amplio aquilo ali, vocês vão ver que é cercado da maior população de três cidades: Samambaia, Ceilândia e Taguatinga. E têm dois córregos que infelizmente para o público não dá para ver, mas está muito pequeno, mesmo que fosse desse tamanho aqui daria para perceber, em que essa população foram construídas – a gente está falando de coisas distantes, em áreas diversas do DF, Park Way e etc. – mas essas aqui foi construído um conjunto de prédios com mais de 18 andares se eu não me engano, ou mais, mas para uma população de 6.000 pessoas autorizado pelo governo do Distrito Federal, cuja população vai entorno de 6.000 pessoas. É uma cidade até relativa de interior. Isso na cabeceira do Córrego Cortado.

Não basta isso, nós temos descendo no Córrego Taguatinga, que também faz parte daquele que a gente chama útero das três cidades, porque é o miolo das três.

Eu acho que vou mais prático lendo, não gostaria de ler, mas eu vou falar algumas coisas então rápidas. Primeiro, importantíssimo, que fique registrado que é fundamental que a proteção das áreas finitas, as são as áreas rurais, blindar essas áreas em um mapa, que a gente possa chegar aqui e mostrar “Olha, aquilo ali passou do limite dele. Ou seja, que compromete a área rural, impedindo firmar com os ocupantes adicionais que, conseqüentemente impediram o avanço da

especulação imobiliária da maior empresa do governo, maiores salários e desvio de função, cuja vida deveria ser efêmera até a nova capital ser implantada. Foi criada em função de dar mobilidade financeira etc. etc. para mudança da nova capital.

Segundo, mecanismos isolados de ocupação, até foi dito pelo Thiago com relação à expansão consolidada. Essa expansão consolidada ela coincide exatamente com essa área aqui, ela vai espremer o que existe ali. Gente, foram construídos um ginásio de futebol, no trajeto de Taguatinga-Ceilândia; mais coisas impactantes lá, um ginásio. Foi construído mecanismos de utilização de espaços que têm praças vazias, que não têm nada lá, e o Buritinga, que é um palácio imenso, que está em desuso, em cima do maior lençol d'água de Taguatinga.

Já passou o tempo.

Eu tenho coisa acumulada para falar, para duas horas, mas infelizmente, parece que... Vamos abrir para os outros. Eu peço só à mesa...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Tá. Então é o seguinte, essa parte, por exemplo, existe uma lei maior, no Distrito Federal, que é a Lei chamada “Fato Consumado”, com relação à essa expansão. O Fato Consumado sobrepõe a qualquer Lei. O pessoal vem, ocupa, depois esperneia-se, a Terracap vem e regulariza, licita e a coisa continua por aí. Ou seja, isso é fato consumado. E a Lei que prevalece.

Com isso, esses casos da Expansão, concluindo, Cláudio, nesse caso, cobre essa área. Fico devendo então. Eu quero só colocar, André, que eu gostaria que esse texto depois fosse remetido para vocês, porque está manual.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Pode mandar para a gente por escrito.

Sr. Cláudio Antônio Teixeira Pires – Mas é para ser publicado junto com as demais.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Para a Coordenação. Vai estar junto com os registros da audiência.

Sr. Cláudio Antônio Teixeira Pires – Fico devendo então, que tem muita coisa para colocar. Muito obrigado.

[Aplausos]

Senhora – A Maria Rosa resolveu tomar a vez dela junto com Benjamim, mas ele também está inscrito. Os dois já vão falar de uma vez só.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Estão dividindo o tempo em vez de somar? É isso?

Senhora – Isso, eles vão compartilhar.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Obrigação, Ana.

Sra. Ana Clara – É só uma palavrinha rápida, porque estamos de acordo. A importância das águas, o mundo inteiro com as mudanças climáticas, a COP21 tem obrigação de cuidar da proteção das nascentes. E nós, aqui, nessa região tem um futuro muito grave para os nossos netos. Então, é importantíssimo. Parabéns a todas as comunidades locais próximas de chácaras, que habitam chácaras, que cuidam de nascentes nas chácaras. Os que estão cuidando das nascentes nos parques ecológicos, que a maioria está precisando ser revitalizada, estão abandonados ainda. É um esforço grande, a gente entende, mas precisa os parques, porque ali tem as nascentes. São quase 80 parques. E precisam de inovação. As pessoas precisam morar, tem que ter moradia, tem que ter trabalho, emprego, então tem que ter economia, sim, mas hoje o mundo está mudando, a economia hoje é sustentável. Você tem casas que se faz hoje, nós vimos até em uma reunião de ontem, do movimento DF em Movimento, discutindo os parques, já está se fazendo na China, na Inglaterra, uma casa com quatro quartos, em um dia, na impressora 3D. Isso é inovação tecnológica sustentável, porque R\$ 30 mil. Então isso é importante que Brasília, a capital do país, seja vanguarda na inovação sustentável, na inovação, na construção civil, na tecnologia de ponta, na energia solar.

A luta que a Sema vem fazendo – Leila com Adapta Solar –, mas a gente está vendo a resistência de setores antigos, e é natural. Acho que era o Gramsci que falava que às vezes o velho morreu e não deixa o novo nascer. Então temos que, nós como unidade, ajudar os setores progressistas do Governo, EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

entender que temos que deixar o novo nascer para o bem do futuro das novas gerações, para que Brasília, não venha a.... Então, por exemplo, nós estamos ampliando asfalto, fazendo mais quatro pistas para Sobradinho, sendo que já podia muito bem, ter esquemas baratos de fazer um trem urbano para Sobradinho. Isso não é caso... Em uma das nascentes, como estão matando a nascente lá na ponte do Bragueto, para fazer 17 viadutos; 17 viadutos, quase meio bilhão de reais. Gente, não tem dinheiro para um montão de coisas importantes, por exemplo, uma política de coleta de água da chuva – nas escolas, no setor público e nas casas. Então isso envolve dinheiro. Então não. Estamos impermeabilizando e essa ampliação de um montão de pistas de asfalto, para Sobradinho e Planaltina, é também para outras regiões. São cinco grandes estradas, com muita pista de asfalto, com muito viaduto, que vem tudo para o Plano Piloto. Então a gente pergunta: onde vai ficar o tombamento, com um milhão de automóveis aqui dentro? Esse é o ponto. Então até destruir; tem uma política de destruir gramado do Parque da Cidade para fazer estacionamento para automóvel e aí a pessoa pega uma *van*, porque não tem aqui na área central, onde estacionar. Ou seja, dá para ter ônibus, dá para ter trem, dá para ter bicicleta, dá para ter calçada. Cada modal no seu lugar. Bicicleta é bicicleta; ônibus é de baixa capacidade e você tem o trem que é de alta capacidade para os grandes eixos nas grandes distâncias. E os ônibus elétricos já deviam ter chegado. A Federal de Santa Catarina já está fabricando. Itaipu já fabrica. Então está ajudando os veículos. Então nós já estamos um pouquinho na contramão, da inovação sustentável no transporte e, finalizando, o Circula DF, que foi aprovado, está na contramão do que a Sema está lutando. A Sema está lutando pela proteção ambiental; a Secretaria de Transporte está lutando para mais automóvel.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Obrigado, Ana Clara. Eu sabia que você tinha que falar. Mas agora você não está mais dividindo o tempo como ele, o tempo é teu.

Sr. Benjamim Soares y Soares – Boa-tarde, Doutor, eu estou inscrito.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Está bom.

Sr. Benjamim Soares y Soares (De Olho no Trem) – Boa-tarde senhoras e senhores. Meu nome é Benjamim Soares e Soares. Eu sou do movimento De Olho no Trem, onde participa Maria Rosa e alguns professores da UnB também e pessoas da comunidade de Valparaíso de Goiás. Na verdade, eu vim trazer aqui um alerta. A cidade de Valparaíso de Goiás, e o Entorno Sul todinho despeja em Brasília, diariamente, aproximadamente 155 mil veículos de diversos tipos, sendo que 65% aproximadamente com um único passageiro. Nós temos um trabalho de um engenheiro que se formou na UnB, que morava em Luziânia, que é o professor – perdão – que é o Engenheiro Diogo Mota. Ele fez um trabalho para usar a linha do trem que existe de Luziânia até Brasília, onde com um modal, aproveitando o trilho que já existe e que está funcionando, porque tem uma linha de trem de carga que usa aquela linha então com os carros, com os trens da Bom Sinal, que é uma empresa brasileira que opera lá no Nordeste, teria carro com 750 passageiros em cada viagem. Então a nossa sugestão, do Movimento de Olho no Trem, é para a observação dessa situação, onde tanto o governador do Goiás quanto o atual governador de Brasília fizeram uma viagem nesta linha do trem, para demonstrar a viabilidade. Já existe um estudo técnico que foi pago pelo Governo Federal, por um preço absurdo e, até hoje, nós não ouvimos falar no trem. E a cidade de Brasília é a única cidade, acho que no Planeta Terra, que poderia ter trilhos de Leste ao Oeste, de Norte a Sul, porque nós podemos fazer o metrô aqui, sem precisar derrubar uma única casa; o que seria o máximo, replantar alguma árvore.

A todos os senhores boa tarde. Muito obrigado, pela gentileza do tempo e do espaço.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Como é o nome do senhor?

Sr. Benjamim Soares y Soares (De Olho no Trem) – Benjamim Soares.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Benjamim Soares. Muito grato. Mais quantos aí só para a gente calibrar aqui?

Senhora – Quatro.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Mais quatro.

Quatro vezes quatro, dezesseis. Quatro vezes três, doze.

EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

SAFS - Qd 02 – Bloco B – Sala 106

70.070-600 – Zona Civico/Admin. - Brasília-DF - (61) 3034-1718

Sr. Antônio Nobre – Alô. Meu nome é Antônio Nobre. Eu só venho aqui reforçar algumas ideias. A primeira ideia que a gente precisa reforçar e que já foi, de certa forma, acatada pelo secretário e, talvez, pela equipe técnica, é que preciso destacar as áreas de proteção integral do Distrito Federal, como Águas Emendadas, o Parque Nacional e o Complexo da Reserva Biológica, da Estação Biológica do Jardim Botânico. Enfim, essa região. Só que isso num documento intermediário. É importante que, a gente olhando o mapa síntese, a gente possa ver essas três importantes manchas e a criação então de uma zona econômica, ecológica, de proteção integral dos serviços ecossistêmicos. Então é importante a gente elevar, ao mais alto nível de visibilidade em mapas, esta área.

No mais, é importante a gente estar ressaltando aqui a necessidade de uma nova audiência, em função dos apelos da comunidade científica e da sociedade organizada, e é importante ainda destacar que o Código Florestal ao fazer a referência do ZEE, ele também consolida alguns atrasos em termos de proteção ambiental, como as áreas de preservação permanente, ao longo dos rios e as áreas consolidadas. Então é importante sim, que o documento do ZEE no venha referendar esses atrasos. Talvez, até seja um pouco mais restritivo, porque se não ficar – isso aqui parece que já foi, de certa forma, registrado pela mesa, mas é mais no sentido de a gente entender isso, que o Código Florestal não é mais um instrumento que era. Pelo contrário, ele joga responsabilidade para o ZEE. E nós estamos fazendo ZEE. Então nós temos que garantir as proteções de nascentes e enfrentara uma discussão que são essas áreas consolidadas no mapa técnico específico para isso. E garantir ai Distrito Federal máxima proteção, ou seja, que o ecológico, embora não dissociado do econômico, e sim o econômico que tenta se dissociar do ecológico, possa ser uma vez considerado.

Então são essas as questões e a questão de fundo então é trazer essa zona econômica, ecológica, de proteção integral de serviços ambientais, que corresponderia às três áreas núcleo da Reserva Biológica do Serrado.

Muito obrigado.

[Aplausos]

Sr. Weber (Comunidade do Sol Nascente) – Quero cumprimentar a todos; praticamente, uma boa-noite.

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Só um instantinho para a gente chamar quem é Nayara. Já está aí? Mas você disse que eram mais quatro. Cadê os outros? Cadê o Zé Gomes?

Sr. Weber (Comunidade do Sol Nascente) – Meu nome é Weber. Eu sou pastor da Igreja Assembleia de Deus, represento à comunidade do Sol Nascente, aonde essa semana passada eu protocolei lá na Sema, o protocolo. É interessante o que eu vejo, você quando faz um bolo junto com a equipe, você deseja alimentar desse bolo, porque você construiu esse bolo. E o que eu quero dizer com isso? Na gestão do governo, na hora de ele estar como governador e vocês hoje, concursado ou talvez, com a gestão que eles colocaram vocês de um cargo confiança, foi porque o governador ganhou. E o que fez ele ganhar, foi esse povo aqui. E, às vezes, na hora de comer a fatia, não se come. Para botar e confeitar o bolo, se faz e não participa. O que eu quero dizer com isso? Eu estou aqui porque eu represento ali o Sol Nascente, no Trecho 2, aonde foi derrubado 300 casas de famílias, de trabalhadores, de pessoas carentes, que precisam de uma moradia e têm um sonho que é destruído às vezes por alguém que coloque lá em cima. E aonde ali foi colocado, que aquela área era área de risco e de mina. E depois que derrubou, nós corremos, inclusive a Dra. Lina ela teve que sair, tem nos ajudado bastante. E nós já fomos em todo órgão, já fomos na própria Sema, pedindo a provação, que lá é mina e ninguém, um joga a peteca para o outro, e para o outro e ninguém deu nada. Nós juntamos com a comunidade, mesmo humilde, pagamos o projeto, está aqui nas minhas mãos, foi protocolado lá me Sema, inclusive o Thiago estava aqui. É isso que é ruim; às vezes a pessoa... Eu tive na outra audiência que aqui esteve, quer dizer, as vezes, quem precisa ouvir também, porque diz que a Sedest foi lá, dar todo apoio e não foi não. Às vezes é diferente. A doutra aqui estava dizendo que a gente tem que sair da zona de conforto e vir. Eu convido vocês saírem da zona de conforto. O doutor aqui falando que, às vezes, a gente tem que sair da zona de conforto para conhecer. Você falou. E eu convido vocês saírem da zona do Plano Piloto, ir lá também no Sol Nascente, que é muito fácil ficar aqui na comunidade, aonde tem dinheiro, aonde EHN Carvalho Serviços de Publicidade – Eireli-ME – 19.052.652/0001-06

tem conforto, aonde o índice do crime é bem menor do que dentro de um lugar que é comparado como a maior favela, mas essa favela, quando o governador ou qualquer deputado precisa se reeleger, eles vão lá. Mas depois que eles ganha, nunca mais eles voltam lá.

[Aplausos]

Então está aqui. Nós pagamos – vou terminar agora – nós pagamos esse Laudo. Foi comprovado por uma empresa que tem uma responsabilidade, que lá não tem mina e não tem água. Foi falado aqui, eu admirei muito aqui o Mauro e também o Jefferson, quando eles falou aqui. Eu fiquei admirado. Sabem em que eu admirei eles falando? Aonde, às vezes, igual a esse mapa aqui, talvez a pessoa chega aqui, ele é leigo. Isso aqui se torna para ela alguém que enxerga e tem uma venda e ele não enxerga. Então tem que ser mais claro para as pessoas, para eles entender. Então o que acontece? Tem um projeto aqui, urbanístico, aqui nas minhas mãos também, aonde ele foi falado aqui que tem que ser comércio. E o que eu vejo? Como que essas cadeiras aqui, cada uma é uma casa e ali, onde está aquela máquina ali é o centro, aonde está essa filmadora. Vai lá e derruba o centro e deixa as casas em volta. Por quê? Porque algum olho tem lá de montar algum comércio. Então eu queria e te proponho como secretário, fazer uma reunião com a gente. Está lá, eu acho que vai chegar nas suas mãos, eu protocolei. Então a gente queria alguma resposta disso, porque eu acho que isso é desumano. E aqui eu termino a minha fala. Eu acho que é prioridade maior, aonde está os direitos humanos de um cidadão? Será que o mato cerrado vale mais do que uma alma, do que um cidadão? Então eu acho que vocês rever isso, porque são pessoas carentes e necessitadas que dependem do governo e de vocês hoje, que estão fatiando esse bolo; dê esse bolo para essas pessoas participar também.

Que Deus abençoa.

[Aplausos]

Sr. Bruno Sobrinho (Calangos do Cerrado) – Boa-tarde a todos. Estão aqui até agora, não é? Meu nome é Bruno Sobrinho; atualmente eu estou na graduação em Assistência Social. Calangos do Cerrado.

Então, Calangos do Cerrado é um projeto totalmente filantrópico, a gente não recebe subsídio de nenhum local. É como se fosse uma OSCIP, uma organização civil, mas ela não é institucionalizada nesse sentido; a gente faz o guiamento da população para cachoeiras, locais naturais e promove a educação ambiental. Então por ela ser de construção social, qualquer pessoa pode se dedicar a ter uma palavra, a fazer esse guiamento. E lá nos espaços, a gente mostra a responsabilidade do lixo sólido não ser deixado nesse local; a gente mostra também a responsabilidade, além de ambiental, socioambiental e é um resumo do projeto.

Como a Maria Silvia falou, se eu não me engano, ela citou uma autora, Yasbeck, que é do serviço social, que é a graduação que estou fazendo agora, e eu sou formado em Recursos Humanos e técnico em Meio Ambiente também, a ideia aqui, quando você abre na página 10 e 11, eu vejo que o ser social ele é identificado apenas por uma questão laboratorial, então a gente não tem a perspectiva individual como o Roney trouxe aqui, da sua perspectiva daquele local e tudo isso.

E eu queria saber, por uma questão mais acadêmica mesmo, essa perspectiva, o elemento humano, quando abro aqui na primeira página do corpo técnico, eu não vejo o assistente social aqui. Eu não vejo como foram colhidos esses dados também das questões pontuais, como a dos catadores de lixo, ou qualquer um outro, para toda essa parte técnica. Eu queria saber... E nas parcerias aqui, junto à UnB, eu só vi que são apenas engenharias.

Eu queria também ter a resposta sobre, nessas políticas de incentivos de grupos, que na página 10 e 11, é citado aqui, que essa população carece de políticas públicas específicas. Mas a gente não entende como esse ser social, o elemento humano ele é enxergado nessa perspectiva, porque, pelos levantamentos que eu vejo aqui, é somente ele como laboral, que vai estar falando aqui em diversificação econômica, oferta de empregos em todas as regiões e a questão dessa pessoa que tem uma propriedade e, dentro dessa propriedade tem, por exemplo, uma nascente. Como são esses incentivos e tudo? Queria uma resposta referente a isso. Mais acadêmica. Tudo bem?

Obrigado.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Muito bem. Vou pedir para vocês não se retirarem, que eu ainda quero falar dois minutos.

Sr. José Gomes Garcia – Boa-tarde. É árdua a tarefa de ser o último inscrito. Fazer essa análise aqui em menos de dois minutos. José Gomes Garcia. Eu sou ativista na área de Meio Ambiente, atuo na região do Gama, principalmente mais no Distrito Federal como um todo já há algum tempo. E vim aqui hoje a essa atividade. Estou participando também no seminário de cultura ali no Legislativo, onde o tema não é menos rico do que o que nós estamos tratando aqui hoje. Mas, eu gostaria de dizer que vim a esta cerimônia para encontrar duas pessoas. Uma é a Dra. Mônica Veríssimo, porque atuamos juntos no Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal, na gestão ainda do governo Cristóvão, por ser ela uma pessoa que, além da formação acadêmica, também é uma ativista da área do Meio Ambiente, tanto e que continua com o Fórum das Organizações não Governamentais Ambientalistas do Distrito Federal. E está aqui, por sorte, tive a felicidade de encontrá-la e de resgatar esse contato e poder colocar em dias esses 21 anos que nós estamos sem nos reunir, o fórum. De modo geral. E a Maria Silvia, pela capacidade que ela apresentou na última vez que estivemos juntos aqui, na análise, a reflexão desse contexto que é quando ela faz uma abrangência do ponto de vista antropológico e aborda a questão do adensamento populacional aqui e salienta a questão da demanda dos recursos naturais que o Distrito Federal tem, e que deveria ser o ponto primordial do debate em uma ocasião que se fala sobre o ZEE, que eu acho que, pelo que ouvi aqui hoje, o Zoneamento Ecológico ficou em segundo plano e foi colocado aqui então, foi debatido então a questão do Zoneamento Econômico. Eu acho que e Meio Ambiente foi tratado do ponto de vista de mercado e não do ponto de vista conceitual. Então, nesta conversa que tivemos aqui, quando encontrei com Maria Silvia pela primeira vez, a nossa despedida foi dizendo que, na verdade, o nosso grande inventário era a crise, e vejo que, naquela época a gente não tinha o racionamento hídrico em Brasília. E de lá para cá, eu avalio que o nosso inventário, do ponto de vista pejorativo, ele aumentou porque a crise está acentuada e nós não evoluímos no tocante à

questão das leis e do debate científico que deveria ser tratado e oportunizado aqui nesta ocasião, dado a questão prioritária, que é a questão econômica, que é a Lei de mercado, que foi colocada aqui até agora.

Infelizmente, já foi me apresentado meu um minuto e já tem mais de um minuto. Eu vou me despedir. Obrigado. Um abraço ao André, um abraço a todos. E colocar para vocês que o mercado ele tem a sua importância, mas a questão simbólica que é a questão que rege a questão do uso da água e a questão do uso da terra, deveria ter tido oportunidade aqui. Espero que na próxima ocasião a gente possa falar sobre a questão desses aspectos também. Obrigado.

[Aplausos]

Sr. André Lima (Secretário/SEMA-Presidente da Audiência) – Amigos, você tem alguma resposta para dar algum questionamento, mas assim, objetivo, para encerrar? Porque, olha só, gente, vamos lá. Nós aqui chegamos às 8h, a gente tem que liberar aqui o auditório. Tem uma série de questionamentos e questões que, obviamente precisam ser respondidos.

Eu já quero acolher a sugestão de algumas pessoas que se apresentaram aqui pedindo mais uma oportunidade para a gente poder continuar esse diálogo. Quero dizer que estou extremamente feliz com a intensidade, a densidade, a qualidade, o interesse que as pessoas estão demonstrando para com esse debate. Independentemente do tom, eu acho que houve vez ou outra subiu um pouco; independentemente disso, independentemente de serem elogios ou críticas, porque quem está no lugar em que nós estamos tem que ter uma capacidade de suporte e uma capacidade de resiliência e recebê-las da melhor maneira possível, traduzi-las da melhor maneira possível, e respondê-las.

Então eu quero dizer a vocês que nós vamos traduzir respeitar, assimilar as considerações que foram feitas aqui; buscar atender aquelas que forem possíveis de atender. Se, por ventura, uma ou outra ou alguma contribuição não for possível, nós vamos justificar. Então eu quero agradecer; dizer da nossa – e aí eu falo em nome da equipe do governo e da equipe da Secretaria do Meio Ambiente, mas da equipe do governo também – a nossa satisfação de ter conduzido e promovido essa Audiência Pública, em que a gente aqui, em um

sábado; a essa hora, já entrando a noite, a gente tem mais de 50 pessoas aqui, presentes; algumas de vocês, se não todos, desde o início da reunião aqui.

Muito bem. Então eu quero também dizer, e aí a minha preocupação; de um lado a minha alegria e minha satisfação de ter realizado essa Audiência, com a qualidade que ela teve, que foi trazida por... quase todos os participantes aqui trouxeram considerações pertinentes e que precisam ser, efetivamente, consideradas.

A minha preocupação – e aí agora... eu não poso tirar o meu chapéu de secretário, mas eu também sou militante do Movimento Sócio Ambiental, há mais de 25 anos – por isso eu compreendo muito bem toda a gramática que foi colocada aqui e, o que me preocupa – e eu quero só deixar esse registro, esse diálogo vai continuar – é: o ótimo é inimigo do bom. Isso me preocupa muito, porque inclusive na minha dissertação, que o meu orientador está aqui, o Prof. Schubart me auxiliou muito na minha dissertação sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico, na última Nota de Rodapé diz assim: “A vida é o que nos acontece enquanto fazemos planos”. Isso foi algum poeta aí que eu não me lembro se foi aquele dos Beatles, como é o nome dele? John Lennon; mas já disseram que teve outro filósofo, muito anterior a ele que disse isso. Então, isso me preocupa muito. Eu vi aqui questionamentos de ordem metodológica. Muito bem, vamos examinar, vamos interagir e vamos dar respostas. Agora, o governo tem que optar. Por isso que eu disse, nós temos que tomar decisões. Nós temos que andar para frente. Esse Zoneamento está aí há 24 anos. Eu duvido que ele não saiu do papel por causa de questões metodológicas. Eu duvido. Ele não saiu do papel, porque nenhum governo quis. Então a gente vai ter que, em alguma medida, superar questões metodológicas, que são importantes. Obviamente, se tiver graves lacunas – que eu duvido que tenha, eu confio muito na equipe que formulou – agora, pode ter divergência porque na ciência, não é muito diferente do Direito. Você junta dois advogados, às vezes você tem três teses. Então nós temos as questões metodológicas que nós vamos examinar, procurar suprir. Estou de acordo. Nós estamos aqui no centro do país, inclusive o próprio Zoneamento Ecológico é o nome que demonstra em um dos seus indicadores que é o maior índice de doutores e mestres por hectare do Brasil. Esse indicador não está no

ZEE, mas eu estou dizendo que ele revela isso. Então têm as questões metodológicas.

Têm questões de diferença de compreensão; porque foi colocado inclusive aqui algumas vezes e depois, depois que nós esclarecemos, continuaram sendo colocadas. Que é o fato do ZEE ter que replicar, reproduzir, repetir, Código Florestal, Lei do SNUC etc. São diferenças de compreensão, porque já foi dito aqui e nós, inclusive, vamos incorporar na Lei do Zoneamento, um artigo dizendo que o ZEE não desrespeitará nenhuma Lei em vigor. Revogam-se as disposições em contrário. Mas, se é uma diferença de compreensão, vamos buscar afinar e alinhar o máximo possível e incorporar para dar mais clareza para isso. Acho que isso é outro nível de diferença que foi colocado aqui.

Então, tem um primeiro nível. São questionamentos de ordem metodológica; nos vamos examinar e ver se tem alguma grave fragilidade. Tem outro diferente em outro nível que são diferenças de compreensão, que é natural – pessoas de diferentes visões, de diferentes óculos, diferentes olhares, diferentes perspectivas. A gente viu aqui o senhor lá do Sol Nascente, que veio desdizer muito do que muitos aqui disseram o extremo oposto. E nós temos que considera, porque não é só econômico. Ele é ecológico. Mas ele é social, mas ele é político. Por quê? Eu também me considero ambientalista. O meu Zoneamento é muito mais ecológico, mas se não tiver o econômico, ele não para em pé. Se ele não tiver o econômico, ele não para em pé e não passa nem na portaria da Câmara Legislativa.

Então a gente tem que ter também um pouco de reflexão sobre a responsabilidade do processo. Então tem um terceiro nível de divergência, que aí diz respeito ao resultado dele. Questões, por exemplo, como foram colocadas aqui em relação a regiões que deveriam ser mais restritivas do que estão na proposta. E isso está na centralidade do debate. Esse é o debate também que nós temos que fazer. Se vai ter, mas uma cidade ou se não vai ter; qual o nível de ocupação e qual não é. E o que me preocupa, foi colocado aqui pelo Frederico Floscon, que eu achei que foi colocado de uma maneira simples e objetiva, que é o seguinte: a gente achar que nós vamos transformar tudo o que não está ocupado no Distrito

Federal hoje em, parques, não vai rolar. Se a gente não der a ocupação adequada, e ela não gerar algum tipo de viabilidade, há especulação imobiliária nesse Distrito Federal, vai tomar de conta com ou sem ZEE. Com o sem Código Florestal, que é o que tem acontecido. Vocês estão acompanhando há muito mais tempo do que eu; eu cheguei aqui só em 99. Então, nós vamos ter que calibrar isso. E nós vamos procurar responder a todos esses questionamentos. Eu simplifiquei em questionamentos de três ordens: Metodológico, de compreensão que a gente pode alinhar e diferenças substantivas; e aí a gente tem que clarear, nivelar, por a bola no chão, chamar e discutir, porque nós precisamos também e queremos o apoio de todos vocês para esse Zoneamento Ecológico-Econômico. Queremos e vamos buscar o apoio de todos vocês.

Então tem um resuminho aí? Porque no Regimento diz que agente tem que ler um resumo da Audiência. Isso é uma formalidade, mas é importante. Então eu vou ler rapidamente aqui. Inclusive o que está escrito aqui atrás? Deixa concluir aqui.

“Ata da Audiência Pública para participação popular e contribuições à proposta do anteprojeto de Lei Ordinária do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal, às 9h35 do dia 11 do mês de março do ano de 2017, tendo por local o Auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal Crea DF, localizado no SGAS, 901, Conj. D, Asa Sul, Brasília, foi realizada a Audiência Pública convocada pelo Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com a finalidade de esclarecer e colher subsídios para aprimoramento da proposta de anteprojeto de Lei Ordinária do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal, em observância ao art. 26 do ato Das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal, e o Art. 4º, inc. II, do Decreto Federal 4297/10 de julho de 2002. Estiveram presentes na Audiência Pública 326 cidadãos e cidadãs conforme a lista de presença anexa á presente Ata.

Na oportunidade foram protocoladas junto à Coordenação desta Audiência, 48 contribuições, sugestões ou recomendações por escrito, pelos participantes presentes e os debates com a população em geral trataram dos seguintes pontos: Combate à grilagem de terras, especialmente em São Sebastião; fortalecimento de diretrizes que tratam da preservação e recuperação das nascentes; indicação das Unidades de Conservação no mapa e áreas núcleo da reserva de Biosfera do Cerrado; necessidades de alternativas para o setor produtivo; importância da manutenção das áreas rurais em toda as subzonas; solicitação para que os mapas sejam em escalas mais próximas; transparência nos processos de outorga e licenciamento; necessidade de inclusão em questões relativas a resíduos sólidos; debates sobre a crise hídrica e futuro do Distrito Federal; relação do Zoneamento com outros instrumentos de gestão e ordenamento de território; tratativas sobre a natureza de atividades econômicas e instrumentos econômicos nas zonas e subzonas; solicitação para que os documentos técnicos sejam plenamente disponibilizados; questionamentos sobre as questões de uso multifuncionais em subzonas; demandas por continuar o debate, tendo se protocolado documento com 58 assinaturas, solicitando uma nova Audiência Pública”.

Isso é um extrato muito resumido, que a gente está lendo agora e eu vou assinar, mas obviamente que todo o registro das contribuições de debates vai ficar, vai ser formalizado. Nós vamos procurar responder todas e vamos marcar uma nova reunião. Consulta pública. Eu ainda não vou te dizer que vai ser exatamente uma nova Audiência Pública, porque vai ser, mais ou menos, no mesmo formato. Vamos convocar todos os que quiserem. Se possível em um auditório maior do que esse, com estrutura para todos falarem, mas as

formalidades todas específicas de Audiência Pública a gente não é obrigado a fazer. Isso tem que ser publicado em diário, tem uma série de formalidades que...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Isso. É. E vamos examinar a necessidade de uma nova Audiência Pública.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Isso. Mas por isso que eu estou dizendo que vou examinar se vamos fazer uma Audiência Pública, agora, tem um compromisso explícito de que nós vamos fazer uma nova Consulta Pública, reunião ampla, em um auditório, se possível maior do que esse, convidando e convocando todos os que estiveram aqui e, os que não estiveram e quiserem estar presentes, para ter primeiro, uma apresentação do resultado disso, que eu acho que é importante. Inclusive aí eu já vou pedir de antemão a vocês que a gente possa organizar o tempo para poder trazer mais esclarecimentos e o que foi incorporado dessa Audiência Pública – eu acho importante trazer isso – e abrir mais uma rodada de falas e de apresentações de críticas e de comentários de todos.

Então...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Sim, senhor.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Tudo bem. Ele está citando é porque... Vamos considerar. “Preservação e manutenção de áreas exclusivamente residenciais”.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Ótimo. Fala um pouquinho mais alto que daqui eu não estou ouvindo.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Então, veja bem. Aí está naquela questão que eu falei para você que é de ordem metodológica. A escala dos mapas, a escala de informações que vão estar disponibilizadas, é uma discussão de ordem metodológica, que eu não vou dizer se sim ou se não. Nós vamos examinar e ver o que é possível e o que não é dentro do estado da arte atual, considerando os objetivos e finalidades do Zoneamento Ecológico-Econômico que nós estamos apresentando aqui. Agora, não vamos... Vamos dizer assim? Não reaja negativamente, que eu não estou dizendo “não”.

Eu só não quero dizer sim para algo que, no prazo de uma consulta, não seja viável, porque vou dizer sim para você, só para você sair sorrindo, feliz daqui, depois você vai ficar... Não é? Então eu não quero. Por isso que eu estou dizendo que isso...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Sim, senhora.

[Ininteligível – interlocuções sem uso do microfone]

Amigos, por favor, com licença. Foi colocado... Isso foi colocado...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

E eu estou repetindo, que está constando em Ata.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Sim senhora. Vou repetir aqui, são três questões: uma delas é de ordem metodológica e que tem diferentes visões em relação à metodologia. Uma delas tem a ver com a escala dos mapas que estão disponíveis e a escala dos mapas de trabalho. Isso eu não posso agora assumir. Isso vai ser considerado pela equipe. Na próxima consulta, nos vamos trazer ou as explicações do porque essa metodologia que nós estamos usando não é compatível com o que vocês estão pedindo, ou nós vamos trazer explicações e decisões no sentido de incorporar, porque também tem outra coisa que é preciso, foi dito algumas vezes e muitos não estão considerando isso.

Zoneamento Ecológico-Econômico não é uma Lei que está aprovada, pronto e acabou. É um processo. Neste processo, por exemplo, pode ter uma diretriz lá de que “para implementação de determinadas diretrizes dessa subzona, é necessária a produção do mapa em uma escala mais detalhada que deverá ser feita previamente”. Compreendem? Então assim, a metodologia...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Perfeito. Mas o Zoneamento, como já foi dito aqui também e eu vou encerrar agora o contraditório, a gente está sendo aqui extremamente democrático. Inclusive fazer um contraditório em tempo real. Estou exagerando no *democratês*. Temos que encerrar, as pessoas estão querendo ir embora. Quero dizer que como já foi dito aqui, o Zoneamento Ecológico-Econômico, não é

um instrumento para a pessoa enxergar a casinha do cachorro. Assim dizendo, no *populês*.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

É bom. Podemos chegar lá se necessário for. É bom, podemos chegar lá.

Para a finalidade do Zoneamento ecológico Econômico, não necessariamente, porque a casinha do cachorro, vai estar sendo definida pela Lei de Uso e ocupação do Solo, e por Leis que chegam lá na ponta. Então estou sendo muito firme nisso, e eu não quero concordar com vocês, para as pessoas saírem daqui felizes e sorrindo para mim.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Você já disse; já constou. Eu li aqui. Se você me ouviu...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Eu já falei aqui, já li aqui. Giffoni, eu conheço, conheço como é que você funciona. No final, você tumultua. Eu conheço muito bem. Não é a primeira, não é a segunda nem é a terceira vez. Conheço. Conheço. Conheço.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Não é a primeira nem a segunda. Eu quero dizer...

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Isso é natural, conheço a peça. Trabalha dessa forma assim mesmo.

[Ininteligível – interlocução sem uso do microfone]

Eu quero dizer que a reunião...

Mais uma vez agradecer a presença de todos. A Ata já foi lida. Faremos uma nova consulta. E esta sessão está encerrada. Fiquem todos com Deus. Bom final de semana e até a próxima.

[Aplausos]

[Fim da DEGRAVAÇÃO: 154 (cento e cinquenta e quatro) laudas, incluindo a capa]